Vila do Conde – Estudos de enquadramento e caraterização

Património

O Concelho de Vila do Conde - Análise Histórica-Arqueológica

Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida

O Concelho de Vila do Conde

Análise Histórica-Arqueológica

Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida

1 - Aspetos da realidade geomorfológica

O concelho de Vila do Conde sempre pertenceu ao velho e sábio Entre-Douro-e-Minho que a reforma liberal do século XIX veio estilhaçar para a substituir por novas designações, as províncias do Minho e do Douro Litoral[1], as quais, por sua vez, foram divididas em distritos. Vila do Conde passou a integrar desde então a província do Douro Litoral e a pertencer administrativamente ao distrito do Porto. O concelho formado por um conjunto de freguesia[2] que se repartem, desigualmente, por ambas as margens do rio Ave, uma velha fronteira que, em alguns aspetos, teima em manter-se. Neste âmbito entram certos hábitos, costumes e tradições e até uma divisão administrativa religiosa, pois as paróquias que se distribuem pela margem norte do Rio Ave dependem da arquidiocese de Braga, enquanto as da margem sul são parte integrante do bispado do Porto. Esta divisão é bem antiga, que em certa medida se compreende se nos lembrarmos que o atual território de Vila do Conde é a junção de duas fatias, com áreas distintas, das outrora terras de Faria e da Maia. A primeira tinha, na Idade Média, a sua cabeça no antigo Castelo de Faria, situado no Monte da Franqueira (Barcelos) e estendia-se do rio Neiva ao rio Ave; a segunda abarcava todo um território que daquele rio se estendia até às margens do rio Douro que nem a longa caminhada por vales encaixados, polvilhados de ciclópicos fraguedos, conseguiu amaciar.

O concelho de Vila do Conde no início do século XVI ainda era um território jurisdicionalmente exíguo, pois só comportava a freguesia de São João Baptista e parte da freguesia de Touguinha. As origens, no entanto, recuam até meados do século X, já que a *villa de comite* vem referida em 953 no Livro de Mumadona Dias[3]. Esta *villa de comite* alto-medieval

---

[1] As províncias instituidas pela reforma de 1836 foram adninistrativamente extintas com a Constituição de 1976, mas não desapareceram do léxico popular.

2 As freguesias deste concelho são 29, mas a reorganização administrativa alicerçada na lei nº 56/2012 de 8 de Nov. e a lei nº 11-A/2013 de 28 de Jan. acabou por determinar a junção de algumas (7 uniões) de modo que o número actual é de 21.

[3] PMH, DC. doc. LXVII.

estava situada no epicentro da cidade atual, bem junto ao rio e ao mar. No tempo presente os territórios concelhios seus vizinhos são, a norte, a Póvoa de Varzim, a nascente Vila Nova de Famalicão e Trofa e a sul, Matosinhos e a Maia, esta a verdadeira epónima da antiga Terra com o mesmo nome.

Em termos geológicos o concelho de Vila do Conde é parte integrante da zona Centro-Ibérico do Maciço Antigo. Os mais antigos terrenos da região formaram-se no mar pré-ordovícico e talvez pré-câmbrico. São bastante espessos e repousam sobre o solo metamórfico-graníticos e sobre areias e cascalheiras de praias antigas[4]. Estas formações podem definir-se como depósitos areno-argilosos bastante finos, amarelados e negros, contendo seixos eolizados removidos, que foram formados no final da glaciação do Wurm, num ambiente periglacial, com fraca cobertura vegetal. Aliás, segundo Soares de Carvalho, para se poder explicar a origem destes depósitos é necessário recorrer a um ambiente mais chuvoso que o da época da eolização dos seixos e à ausência de uma vegetação densa. Tal facto teria originado fenómenos de solifluxão, isto é, à alternância de gelos intensivos com degelos, o que levou a camada superficial do solo a ficar periodicamente embebida em água e, por esse facto, numa situação de deslizar pelas encostas abaixo. Teria sido assim, em movimento lento, que a massa argilosa teria arrastado os seixos eolizados e "*os seixos fragmentados por gelivação da época anterior"* para pontos mais baixos, dando origem a uma boa parte do litoral sul do concelho[5]. Fora deste quadro geológico, há uma outra formação similar, só que de menores proporções. Encontra-se no lugar do Outeiro da Figueira, em Rio Mau e é descrito na Carta Geológica como sendo um suposto depósito ao nível de 100-110 metros[6], mas que na opinião de Soares de Carvalho trata-se de um depósito areno-argiloso de tonalidade amarelo-avermelhado, com couraças ferruginosas resultantes da *"acumulação de sesquióxidos de ferro provenientes das concentrações ferruginosas do Devónico da Serra de Rates*" [7].

O clima desta região é do tipo temperado marítimo, com "*carácter benigno*", mormente nas zonas de baixa altitude e naquelas mais permeáveis à influência marítima, pois tem o oceano a funcionar como elemento moderador. A predominância dos ventos é de Oeste mas há que contar com as nortadas que, em determinadas épocas do ano, assolam o litoral, o que combinado com o vento Suão, oriundo de Leste, provoca dificuldades no desenvolvimento normal das culturas,

---

4 TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. Cândido de - Carta Geológica de Portugal, Notícia Explicativa da Folha 9-A, Lisboa, 1965, pág. 12.

5 CARVALHO, G. Soares de - Notícia sobre a eolização durante o Quaternário no litoral Minhoto (Braga), in Cadernos de Arqueologia, Vol. 2, Braga, 1982, pág. 3-13.

6 TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. Cândido de, op. cit. pág. 15.

7 CARVALHO, G. Soares de, op. cit.

especialmente em áreas descobertas, bem como nos vales abertos cujas orientações correspondam à direção dos ventos.

O mapa pluviométrico da região norte, apesar das alterações mais recentes, mostra que a proximidade do mar e o predomínio das planícies aluviais em detrimento das zonas mais montanhosas, influencia o regime normal das chuvas, a ponto de a precipitação média mensal atingir valores entre os 1000 e os 1200 mm. Em média há 155 dias com uma precipitação igual ou inferior a 0,1 mm/m^2, 107 dias com intensidades iguais ou inferiores a 1,0 mm/m^2 e 36 dias com valores de intensidade igual ou superior a 10 mm/m^2 [8]. Basicamente, diríamos que há dois períodos de queda pluviométrica que interessam sobremaneira à atividade agrícola. O primeiro, que vai de novembro a janeiro, tem normalmente o seu pico em dezembro, no fundo a dar razão ao adágio popular que diz "*vai mal Portugal se não há sete cheias até ao Natal*". O segundo, de menor intensidade, coincide com as lavragens e sementeiras da Primavera e tem o seu ponto alto em março e por vezes, como diz o adágio "*em abril águas mil*". Para o mês de maio são as trovoadas, os aguaceiros e, não raras vezes, a descida de temperatura a pontos de "*em maio comem-se cerejas ao borralho*".

Ao contrário do interior, na faixa litoral, há menos condições para a formação de geadas. Elas aparecem em locais de fraca exposição solar e nas depressões abrigadas das influências marítimas. Ocorrem principalmente entre dezembro e março e condicionam, sobretudo, as sementeiras do tipo arvense.

Finalmente, uma palavra para os nevoeiros que são particularmente frequentes na orla costeira nos meses de Verão. O seu aparecimento, em termos agrícolas, pode considerar-se uma faca de dois gumes. Por um lado torna-se benéfico porque evita a evapotranspiração intensa e dispensa gastos excessivos de água na rega; em contrapartida proporciona um ambiente favorável ao desenvolvimento de certas doenças prejudiciais às culturas[9]. Fenómenos de condensação, como os nevoeiros e a nebulosidade, são extremamente importantes no Minho. Os nevoeiros de advecção "*que se formam pela condensação do vapor de água em contacto com as águas marítimas*"[10], são próprios do litoral e acontecem com mais frequência de manhã e no Verão.

Caso o depósito do Outeiro da Figueira não seja uma antiga praia, outras há na área do concelho. De origem marinha documentam-se na orla litoral, terraços de antigas praias com níveis de 30-40 metros, em Souto (Árvore), Moimenta, Igreja, Covelo (Mindelo) e Rio da Gândara (Vila Chã). Mais elevado é o depósito de Joudina (Gião) com um nível de 45-50 metros.

---

[8] As alterações climáticas estão a tornar estes núneros obsoletos.

[9] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - O Alto Minho, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pág. 16.

[10] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da - Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas, (Tese de Doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, 1981, pág.100.

Ao longo do rio Ave assinalam-se igualmente depósitos de terraços fluviais em ambas as margens. Os mais significativos - níveis de 45-50m - estão na margem norte, ocupando algumas parcelas do território de Bagunte (lugares de Figueiró de Baixo e de Figueiró de Cima) e uma parte apreciável de Ferreiró, entre a Trindade e o Cimo da Cheira.

Terraços de menor altitude (30-40m) escalonam-se ao longo do rio Ave, só que na margem sul. Os mais expressivos são em Macieira da Maia, os de Sabariz, Ral e Moinhos, mas também estão presentes, mais a nascente, na Mata das Freiras, em Ferreiró, sítio onde se documenta uma pequena mancha de nível 60-70m, o que constitui à partida o mais alto terraço fluvial existente neste concelho. O de menor expressão, com nível de 5-8m, está sobranceiro ao rio Ave, no lugar do Outeiro[11], a poente do cabeço onde no decurso do I milénio a.C. se instalou um habitat da Idade do Ferro, ou seja o Castro de Santa Marinha da Retorta.

Na orla costeira e ao longo das margens dos rios Ave e Este, predominam os depósitos superficiais de formação, por vezes relativamente recente, que escondem, em geral, formações paleozoicas, ou granitos. Entram na sua composição as areias de praia e dunares e as cascalheiras com desgastes mais ou menos acentuados. Ao longo do rio Ave os aluviões estendem-se, sobretudo, do lado norte, ocupando significativas fatias das bacias inferiores das linhas de água de maior expressão, especialmente nas imediações da sua confluência com o rio recetor. Estão também presentes, só que em menor escala, ao longo do rio Este, sobretudo em Tougues, onde o rio desagua no rio Ave e na zona da Várzea de Rio Mau. Como corolário onde os aluviões são mais evidentes é ao longo da faixa costeira, com especial destaque para a faixa compreendida entre a Areia (Árvore) e Vila Chã. Nestes espaços a acumulação de areias chegam a formar pequenos montes com três a quatro dezenas de metros de altura[12]. Foi nesta faixa arenosa que se instalaram algumas casas agrícolas e, muito em especial, nasceram alguns bons campos de cultivo que, quando cavados no interior das dunas, receberam o nome de masseiras[13]. As populações costeiras, como as que confinam as praias do Mindelo e de Vila Chã, que até aos anos sessenta viviam da pesca, da apanha do sargaço e da exploração agrícola das suas "gamelas", viram-se confrontadas com a insistente procura de terrenos situados na orla marítima por parte dos utentes das praias da área do Grande Porto e pela força poluidora das indústrias sediadas na região e cuja expressão maior está na refinaria da Petrogal[14].

Se a mutação ocupacional da orla costeira não passasse de uma mera substituição da paisagem silvo-agrária por habitações dispersas ou concentradas, mais ou menos dispostas em consonância com a geomorfologia local, a situação não seria grave, como já o é, para os utentes

---

[11] TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de - op. cit., pág.13-16.

[12] TEIXEIRA, C. MEDEIROS, A. Cândido de - op. cit., pág.12.

[13] Esta designação é sobretudo usada na região a norte de Póvoa de Varzim.

[14] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit. pág. 292-302.

e gravosa para o erário público. É que a atual subida do nível das águas do mar está a pôr em risco as populações ribeirinhas. Tal facto deriva do chamado "*efeito de estufa*", da destruição da camada de ozono através do uso de clorofluor, de carbonetos e do excesso de dióxido de carbono e de outros gases na atmosfera, que originarão uma capa capaz de permitir a passagem das radiações ultravioleta e de reter as radiações infravermelhas, a ponto de aumentar a temperatura atmosférica, produzindo alterações climáticas nas quais se contam a fusão dos gelos polares e dos glaciares de montanha[15]. Por isso considera-se ser um sério risco a ocupação da praia e da ante-praia com habitações, estruturas ligadas ao comércio turístico, extração de inertes e estruturas de proteção incorretamente colocadas, que alterem a normal formação das restingas na foz dos rios e conduzam à destruição das praias e dunas adjacentes localizadas nas regiões situadas a sotamar e cujos efeitos já se fazem sentir na zona das Caxinas e a sul, entre Mindelo e Vila Chã[16], mas com muito maior premência nos concelhos de Esposende e Viana do Castelo, bem como em quase toda a orla costeira que se estende da foz do rio Douro até à Figueira da Foz[17].

A hidrologia deste território está marcada pelo rio Ave que divide o território do concelho em duas metades, não uniformes e por outros pequenos cursos de água que são subsidiários daquele rio, como o Este, ou que vão desaguar diretamente no mar, como é o caso do rio Donda ou Onda.

O rio Ave é um curso de água com um passado histórico bem explícito, pois já era bem conhecido dos geógrafos clássicos, como Pompónio Mela, que o menciona quando trata da localização dos Gróvios, um dos povos que ocupavam uma pequena parcela da *Gallaecia* meridional: *Totam Celtici colunt; sed á Durio ad flexum Gravii; fluuntque per eos,* ***Avo,*** *Celadus, Naebis, Minius, et cui oblivionis cognomen est Limia*[18]. Também o cita C. Ptolomeu, quando pretende localizar um promontório entre os rios Neiva e Ave[19]. Tarefa difícil, convenhamos, se atendermos à ausência de grandes relevos na costa por estas latitudes e à sua quase retilineidade.

---

15 GRANJA, Helena Maria - Zona Costeira, Ontem e Hoje. Um Espaço e um Tempo para Interrogações, in 1º Simpósio sobre Proteção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz, Porto, 1990, pág. 184-200.

16 ALVES, António M. Caetano - O Porquê da Inversão das Restingas na Costa Ocidental Portuguesa, in Actas do Simpósio Luso-Brasileiro de Hidráulica e Recursos Hídricos, vol. I, Lisboa, 1989, pág. 303-312; ARAÚJO, Maria de Assunção et alii - Dinâmica actual do litoral compreendido entre a foz do rio Donda e a Póvoa de Varzim, in III Congresso de Geografia Portuguesa, Porto, 1997, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 1999, pág. 67-81.

17 GRANJA, Helena Maria - Zona Costeira, Ontem e Hoje. Um Espaço e um Tempo para Interrogações, in 1º Simpósio sobre Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz, Porto, 1990, pág. 184-200.

18 POMPÓNIO MELA - De Chorografia, III,10.

19 C. PTOLOMEU - Geografia, II, 6,1.

No entanto, nem sempre foi assim. Entre 3000 e 2000 b.p., a geografia da orla costeira apresentava-se diferente, especialmente nas zonas deprimidas da plataforma baixa, coberta por pântanos ou lagunas que, por estarem na proximidade do mar, de vez em quando eram atingidas pelo encrespar das ondas. Estudos recentes confirmaram esta teoria[20], sendo bem possível que um panorama análogo se repita a sul do Ave e a norte da capela de Sto. André, em A-Ver-o-Mar (Póvoa de Varzim), já que entre a capela e a foz do rio Ave domina uma plataforma de abrasão. O tal promontório, se os cálculos de Ptolomeu e de A. Tranoy[21] estiverem certos, situar-se-ia a norte da Póvoa de Varzim, provavelmente na zona da capela de (Sto. André A-Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim).

O rio Ave, ao entrar no concelho de Vila do Conde, torna-se num curso de água bastante sinuoso e espraiado, especialmente a partir do lugar do Bicho (Fornelo), onde toma contacto com a mancha granítica. Até à confluência com o rio Este predominam as margens agrestes. A exceção está entre o lugar de Vila Verde e a Ponte de Ave (Bagunte), sítio onde a linha de estrangulamento se amacia e recolhe um pouco para o interior. Foram, aliás, tais características que influenciaram a construção da fábrica de papel na *Mata das Freiras,* em Fornelo, e a instalação dos açudes e azenhas, algumas das quais remontam, comprovadamente, à Idade Média[22]. Entre a Ponte de Ave e a Espinheira, sítio que antecede a foz do Este e onde funcionou uma barca de passagem, o rio volta a encaixar-se entre margens um pouco mais altas e abruptas. Depois, até uma foz estrangulada pela restinga que se foi formando do lado meridional, o rio meandra entre margens baixas, onde estão presentes todas as características e condicionantes das áreas lagunares entulhadas de aluviões recentes e por isso mesmo, permeáveis às periódicas subidas das águas.

O rio Este, seu subsidiário, é um curso de água cheio de alternâncias. As margens mais inclinadas que as do rio Ave abrem-se para vales abertos entre a Ponte de S. Miguel de Arcos e a Várzea de Rio Mau para, de seguida, se voltar a encaixar até Vilar de Matos (Junqueira). O panorama repete-se, mais ou menos, acentuadamente até à sua foz onde, por alturas de Touguinhó, dá origem a uma vasta planície sedimentada por aluviões de formação recente. A sinuosidade e o encaixe do seu percurso permitiram-lhe, tal como no rio Ave, comportar uma série

---

[20] GRANJA, Helena Maria - Aplicações da Vibrosondagem ("Vibrocoring") nas Formações Holocénicas da Zona Costeira do NO de Portugal, in 2ª Reunião do Quaternário Ibérico, Madrid, 1989; GRANJA, Helena Maria L. P. - A História Geológica Recente da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende e o seu ; ia L. P. - Os conhecimentos actuais sobre o Holocénico do Noroeste de Portugal, in O Quaternário em Portugal, Balanço e Perspectivas, Lisboa, 1993.

[21] TRANOY, A.- La Galice Romaine, Paris, 1981, p. 30. Este autor levanta a hipótese de Ptolomeu se ter confundido com a costa a sul do Douro.

[22] PMH, Inquis. 1258, pág. 1415; GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S.; FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e; NEVES, Serafim Gonçalves das - Azurara. Subsídios para a sua Monografia, Porto, 1948, pág. 304-305.

de azenhas que, como noutras paragens, apresentam já um adiantado estado de degradação e abandono.

Excluídos estes dois cursos de água, há ainda uma vasta rede de ribeiros e de pequenas linhas de água que completam a hidrografia do concelho. Os de maior expressão situam-se na margem norte, aquela que oferece maior pendor orográfico. Por exemplo, das encostas meridionais das Pedras Brancas e da Soledade descem, entre outros, o ribeiro dos Peixes, no limite nascente do concelho e o ribeiro de Friães, que entra no rio Ave a ocidente da Azenha do Salgueiral.

Também o rio Este, singrando entre orografias mais agrestes, possui uma vasta rede de riachos que engrossam o seu curso. O destaque vai para o ribeiro que, da Cova da Andorinha, na Serra de Rates, desce até à freguesia de S. Miguel de Arcos e para o rio Negro que ao atravessar uma parte da freguesia de Rio Mau estará na origem do seu topónimo[23].

Na parcela meridional do concelho, por força de uma orografia mais suavizada, não há cursos de água de relevo. No geral as principais linhas de água encaminham-se diretamente para o mar, com destaque para o rio de Soutelo ou Donda, como é conhecido na parte final do seu curso, o qual desagua no limite sul do concelho, nas freguesias de Labruge (Vila do Conde) e Lavra (Matosinhos). Para além deste, há ainda o ribeiro da Granja, ou de Pindelo, que nasce nas vizinhanças do Castro Boi, em Vairão, e depois de serpentear através das freguesias de Fajozes e Árvore vai desaguar no rio Ave, mesmo junto à foz. Este pequeno ribeiro, na parte inferior do seu trajeto, alimentava um extenso Sapal, que a construção dos novos estaleiros de Vila do Conde destruiu na sua quase totalidade.

A rede hidrográfica reflete, no fundo, o panorama orográfico do concelho. Este pode considerar-se zona de relevos de baixa altitude, onde predominam as planícies e as colinas de pouca de expressão. A área mais acidentada é, sem dúvida, a da margem norte do rio Ave e corresponde em boa parte ao trajeto do rio Este.

Os montes de maior expressão altimétrica são o da Soledade, ou da Cividade, com os seus 205m; no limite noroeste, a separar Rio Mau (Vila do Conde) de Terroso (Póvoa de Varzim), está o Picoto, um monte esguio com 115m. De permeio há um sem número de colinas, sem expressão, que delimitam alvéolos de maior ou menor amplitude, e que favorecem o escorrimento das águas na direção dos muitos ribeiros e dão corpo a boas agras de cultivo. Estas distribuem-se sobretudo pelas freguesias de S. Miguel de Arcos, de Rio Mau, da Junqueira, com especial relevância para o espaço que se estende de Bagunte e Outeiro Maior para Ferreiró, Touguinha e para a linha do rio Ave.

---

[23] O mosteiro de São de São Cristóvão Rio Mau já vem mencionado no ano de 1103. Cfr. PMH, DMPP, Vol. III, doc. 111 ou ANTT, *Tombo de S. Simão da Junqueira*, II, fl. 27.

Na metade meridional do concelho sul tudo é mais suave. A planície ocupa toda a orla costeira e, mesmo no interior, esta sobrepõe-se a uma série de colinas que se sucedem até às imediações do Monte Grande/Santa Eufémia, na fronteira com o concelho da Trofa. A dissonância vai para o emaranhado de cabeços florestados que acompanham o curso do Ave até ao seu limite oriental (Bicho - Fornelo)[24] e para o Monte de Santo António (Castro Boi - Vairão), sediado nas proximidades do Mosteiro de Vairão. Os seus 128m prenunciam a pequena cordilheira (Monte Grande 221m; Santa Eufémia 238m e Marão 210m) que servem de tampão, a nascente, de limite físico do concelho, ao separá-lo do vale de Alvarelhos e do concelho da Trofa. É nele, no Monte Grande, junto a Palmazão (Guilhabreu), que se encontra o castro de Alvarelhos (Alvarelhos – Trofa / Guilhabreu - Vila do Conde), a principal estação arqueológica da Idade do Ferro a sul do rio Ave, responsável pela ocupação e ordenamento do espaço silvo-agrário no começo da romanização nesta parte do território.

É neste quadro de pequenas colinas que delimitam ou ponteiam as planícies e alvéolos que caracterizam uma boa parte do concelho que, ao longo dos milénios, se desenvolveu uma intensa atividade, através da qual se foi transformando, gradualmente, uma região densamente arborizada e marcada por zonas lagunares que topónimos como *Lagoa* ou *Junqueira* bem documentam (quadro II). O primeiro, a sul da foz do rio Este, mais precisamente na zona de confluência do ribeiro da Aldeia com o Ave (Touguinha), está longe de ser no presente, uma zona seca. Os restantes estão ligados à família das *Juncaceae*[25]*,* isto é, dos juncos, uma herbácea que gosta de zonas bem húmidas e encharcadas e que, por isso mesmo, dominava os sapais que proliferavam nos cursos inferiores dos rios de maior envergadura e nas orlas litorâneas mais baixas e pantanosas.

Das antigas junqueiras do concelho de Vila do Conde pouco ou nada resta.

A que esteve na origem da freguesia de S. Simão da Junqueira resta, quando muito, a recordação e o imaginário. A última, aquela que na foz do Ave conseguiu chegar ao século XX, acabou por desaparecer quase totalmente com a transferência dos estaleiros navais de Vila do Conde para a margem sul, em Azurara.

Uma análise mais profunda do quadro II traz-nos mais motivos de reflexão. O primeiro prende-se com o geotopónimo *Areias,* presente ao longo da costa concelhia, especialmente na parte meridional. A presença das areias ao longo da costa sempre foi uma constante na nossa milenar história, mas houve momentos em que a agressividade da natureza foi particularmente sentida na costa portuguesa. Referimo-nos, muito concretamente, à fase regressiva, correspondente à *Pequena Idade do Gelo* que os especialistas colocam, uns no século XIV, outros

---

[24] Este sítio está no limite administrativo do concelho. Faz partte da freguesia de Guidões, concelho da Trofa.

[25] SAMPAIO, Gonçalo - *Flora Portuguesa*, 3 ed., Lisboa, 1988, pág. 94-98.

como tendo início na passagem deste para o XV, com um agravamento no decurso do século XVII. Serão, pois, desta altura muitas das dunas mais antigas que compõe a costa ao norte e ao sul do rio Ave, pois aquela fase regressiva foi a principal causadora do avanço das areias no litoral[26]. Todavia, se as areias podem esconder um certo tipo de solos e estruturas das mais diversas, são geotopónimos como *Gândara* e suas variantes *Gandra e Gandarinha* que refletem a imagem de inospitalidade que determinadas áreas apresentavam. Considerados como terrenos inóspitos e cobertos de plantas agrestes não eram, por isso mesmo, convidativos à fixação de populações e, muito menos, suscetíveis de aproveitamento agrícola, enquanto outros de mais elevada qualidade, continuavam à mercê de quem os ocupasse. Por isso, o seu aproveitamento, seja ele agrícola ou habitacional, apareceu em fases mais recentes e reflete a necessidade que houve de arrotear terrenos onde predominavam seixos (*Seixo)* e burgas (*Burgal)*, por força da pressão demográfica e a falta de terrenos de melhor qualidade. O mesmo princípio pode ser aplicado a sítios como *Lama, Lamelas, Lamosa e Lamaçães*[27]*, Barro, Barreiros, Lage* ou *Pedreira*. Os primeiros são solos encharcados que dificilmente convidavam à fixação humana, embora pudessem ser usados, desde muito cedo, como sítios privilegiados para prados e pastagens. Os demais falam de matéria-prima tão necessária à construção das habitações por mais modestas que elas fossem. A pedra usada na construção precisava do barro (*Barreiros, Barros*[28] para que as paredes ficassem suficientemente sólidas, assim como os telhados necessitavam das telhas cozidas em telheiras, com o barro extraído nas barreiras que, em certa medida, proliferavam um pouco por todo o aro concelhio[29].

Se o estudo da geotoponímia se revela de extrema utilidade para a compreensão dos fenómenos que presidiram ao povoamento e aproveitamento agroflorestal das duas metades do concelho, uma viagem ao mundo da fitotoponímia permite, por outro lado, alargá-la e aprofundá-la. Senão, atente-se na grande variedade de espécies vegetativas que deixaram as suas marcas na toponímia do concelho de Vila do Conde.

---

[26] GRANJA, Maria Helena - *A História Geológica Recente da Área Protegida do Litoral Esposendense*, in Actas do 2º Congresso das Áreas Protegidas, Lisboa, 1989.

[27] Estes topónimos têm uma raiz pré-romana (raiz *lam*) e estão relacionados com terrenos com bem irrigados. Cfr., FERNANDES, A. de Almeida *Toponímia de Ponte de Lima, II, Estudo Toponímico*, Ponte de Lima, 2001, pág. 138. Os topónimos acima indicados estão presentes em São Simão da Junqueira e Mosteiró.

[28] EStes topónimos estão presentes, por exemplo, em São Simão da Junqueira.

[29] Sobre o tema da toponímia Cfr. entre outros autores, FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia Portuguesa,* Arouca, 1999; FERNANDES, A. de Almeida - *Toponímia de Ponte de Lima, II, Estudo Toponímico*, Ponte de Lima, 2001.

No grupo das frutíferas, o destaque vai para a figueira *(Ficus Carica Lin*.), árvore que se estendeu desde Vila Chã a Bagunte e Rio Mau, onde não encontrou certamente, os solos mais recomendáveis, mas que superou com magníficas exposições solares, especialmente em Figueiró de Cima e em Figueiró de Baixo (Bagunte). Menos marcantes foram a oliveira (*Olea Europea Lin.),* a videira (*Vitis Vivifera Lin*.), a pereira (*Pirus Communis)* e a macieira (*Malus Comunis Lamke*), o que se compreende devido à proximidade do mar e ao clima adverso para este tipo de espécies frutíferas[30]. Todavia, não podemos deixar de referir o caso particular da macieira, árvore cuja importância económica remonta, no mínimo à Idade Média, por causa do fruto que era usado na coinfecção de cidra e da própria árvore que foi muitas vezes utilizada nas bordaduras dos campos onde, no dizer de Ferreira de Almeida "*ajudava a segurar as sebes, as videiras e as ramada*s"[31]. A sua importância cresce ainda mais se repararmos que está na origem do topónimo com que foi batizada a freguesia de Macieira da Maia.

Importantes e significativas são, na verdade, as espécies arbóreas que caracterizaram, em tempos recuados, a paisagem florestal do concelho. Abundam ainda os topónimos relacionados com soutos de carvalhos e ou de castanheiros em diversas freguesias: Souto, em Outeiro Maior, Souto da Roda/Padinho, em Vilar de Pinheiro, Souto da Sapateira, em Canidelo, Souto de Aires, em Malta, Souto de Baixo, Souto de Cima e Souto do Gago, em Malta e Souto, em Árvore.

Na lista dos fitotopónimos estão ainda o *loureiro* (*Lauros Nobilis Lin*.), em Árvore, o *freixo (Fraximus Exelcior Lin.),* em Guilhabreu e o *pinheiro* (*Pinus Pinaster Sol*.), em Mindelo e como *pinhal,* em Labruge.

O *Saltus* sempre foi elo fundamental do sistema ecológico primitivo e elemento fulcral numa unidade de exploração agrária. As manchas de castanheiros (*Castanea Vulgaris Hill)* e de carvalhos (*Quercus Rober Lin*.), estão bem patentes em toda a área de Vila do Conde e refletem não só o panorama arbóreo, mas também o interesse económico que lhes estava subjacente. A madeira era necessária na construção de habitações, no mobiliário e na tanoaria, já para não referir a lenha, a cortiça no caso dos sobreiros, as castanhas e as bolota[32]. As primeiras eram importantíssimas na alimentação humana pois, além de se poderem comer secas e peladas, também se prestavam a fazer parte do caldo e *"em épocas de crise, pão, o qual no testemunho*

---

[30] LOPES, Ma Eugénia S. De A. Moreira - *Vegetação de Portugal III - Plantas Cultivadas*, in Estudos de Geografia das Regiões Tropicais, no 11, Lisboa, 1981, pág. 96.

[31] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-e- Minho*, vol. I, Porto, 1978, pág. 116-117.

[32] ABREU, Alberto Antunes de - *Vila Cova. A Terra e o Homem*, Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, 1989, pág. 101.

de Rui Fernandes era adocicado"[33]. As segundas entravam na alimentação dos humanos e dos porcos e as grandes manchas de carvalhos que marcavam as encostas e morros são bem o exemplo da sua importância como a madeira que entrava nos travejamentos, suportando os soalhos e os telhados das casas de habitação, ou fornecia a trave resistente e poderosa que presidia aos destinos dos lagares de antigamente. Aliás, terá sido a profusão de carvalhos, hoje praticamente desaparecidos, que estará na origem de Vilar de Porcos, posteriormente mudado para Vilar de Pinheiro[34].

Desapareceram os carvalhos, os sobreiros e os castanheiros e com eles o equilíbrio ecológico. Das manchas de robles e dos soutos de castanheiros que remontavam a tempos idos, quando muito restam meia dúzia de topónimos e um ou outro exemplar perdido no imenso mar de eucaliptos que têm vindo a substituir o residente pinheiro bravo.

Numa região tão densamente arborizada como esta o foi ao longo dos tempos, não podiam faltar aquelas espécies arbustivas e subarbustivas que caracterizavam os sítios e marcavam a vivência humana. Entre as muitas que a toponímia registou destacam-se o mato, os espinheiros e os sanguinhos.

A parte inculta, aquela que genericamente se apelida de monte, sempre despertou um interesse muito especial nas comunidades agrárias. O interesse pelo monte está na sua reserva lenhosa, na caça que aí se acoita e nas várias qualidades de matos, que a agricultura usava nas cortes como "*cama"* para os animais e no quinteiro onde estes circulavam, de modo a obter o estrume necessário à fertilização das terras. Usual era também a sua aplicação simples nas valas onde se plantavam as videiras, ou acompanhada de estrume "*nas terras lentas para lhes facilitar a respiração".*

Os sítios do monte onde há mato[35], genericamente, são apelidados de bouças, as quais ainda são muitas no tempo presente. Bastará, para o efeito, folhearmos os livros das matrizes dos prédios rústicos, para depararmos com uma infinidade de denominações que podem ir da "*Boucinha"* à "*Bouça da Giesta*" e à "*Bouça Grande*". No monte e nas áreas não cultivadas, ou improdutivas, cresciam outras espécies que a toponímia registou, caso dos fetos, das giestas e dos cardos, estes na variedade estrelada e leiteira, mais as silvas, os espinheiros e os sanguinhos,

---

[33] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, op. cit. pág. 90-91.

[34] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, op. cit. pág. 102. A mudança do nome de Vilar de Porcos para Vilar de Pinheiro, independentemente dos motivos que estarão na génese de tal decisão, ocorreu na primeira metade do século XVI, Cfr. MARÇAL, Horácio; DACIANO, Bertino - *Vilar do Pinheiro, Subsídios para a sua Monografia*, Porto, 1950, pág. 51-53.

[35] Em São Simão da Junqueira há o topónimo Vilar de Matos.

uma ramnácea arbustiva que cresce um pouco por todo o país e deu o nome a lugares, por exemplo, na freguesia de S. Simão da Junqueira[36].

As espécies típicas dos terrenos altos e enxutos sucedem-se àquelas que necessitam de ambientes húmidos, como todas as que, por razões que se prendem com a constituição dos seus tecidos, podem transportar o ar dos seus órgãos aéreos até às raízes. Entre eles podem estar topónimos como *Carrazedo* (Vairão)[37], cuja origem pode ser pré-romana - de *car(r)* - mas o mais certo é estar ligado a zonas com água e a vegetação aquática onde crescem, por exemplo, também os caniços, uma gramínea muito vulgar em locais húmidos e encharcados[38]. A este há que juntar, ainda, as espécies que caracterizam os sapais que marginam os cursos hídricos envelhecidos, as margens dos rios que a montante da foz recebem diariamente as águas das marés e as áreas lagunares que se formaram nessas zonas deprimidas ao longo da faixa litoral. É nestes ambientes, com formações areno-limosas que crescem os juncos (*Juncus Maritimus Lank. e os Juncus Effusus Lin.)* e uma infinidade de espécies da fauna e flora. Importante era, sem dúvida, a junqueira da foz do Ave (Azurara), como outrora o fora o que havia na *Lagoa,* entre a foz do rio Este e o pequeno ribeiro da Aldeia, sem esquecer o que está na origem do topónimo, não religioso, de São Simão da Junqueira.

Terrenos inóspitos, não produtivos, havia muitos neste concelho, sobretudo na sua vertente meridional mais litorânea, já que são mais vulgares em áreas planas e abertas, onde cresce uma vegetação própria e adaptada a este tipo de terrenos, por vezes, arenosos. A origem deste topónimo (raiz *gand*) é claramente pré-romano[39] e em geral são solos que só muito tardiamente foram arroteados, quando houve necessidade de novos terenos para a agricultura. Na sua forma normal *gândara* ou *gandra* está presente nas freguesias de Malta, Labruge, Vila Chã, Fajozes e Touguinhó, mas também como Gândara Nova, em Mindelo e como diminutivo Gandarinha, em Modivas.

A florestação maciça deste território, antes de uma desmatação que conduziu a um largo arroteamento, também deixou as suas marcas na toponímia do concelho. Se outras provas não houvesse quanto à intensa florestação que existiu na área do concelho de Vila do Conde até aos arroteamentos da Idade Média, bastará atentar nas "*Vila Verde"* que se documentam nas freguesias de Bagunte, Fornelo, Mosteiró e Touguinhó. Estes quatro sítios são pequenos núcleos

---

[36] O lugar da Espinheira confina com o rio Ave e ali, para além de azenhas, havia uma barca de passagem que se articulava com a ponte d'Este.

[37] A área baptizada com este topónimo é uma extensa agra que se estende para poente do castro Boi em Vairão.

[38] FERNANDES, A. de Almeida, op. cit. pág. 60.

[39] FERNANDES, A. de Almeida, op. cit. pág. 118.

habitacionais do tipo concentrado que buscaram o nome nas características fitotoponímicas da região onde acabaram por se inserir.

Mais abrangentes são topónimos como Árvore e Mindelo.

No primeiro caso estamos perante um topónimo que designa o nome de uma freguesia da parte meridional do concelho. O topónimo não explicita o tipo(s) de árvore presente, mas é a expressão de uma forte e talvez densa presença no espaço desta freguesia. O mesmo poderemos dizer de Mindelo, só que aqui a origem do topónimo está relacionada com amieiros e estes são árvores de pequeno porte que se dão muito bem em terrenos encharcados e muito próximos da água, caso das margens de rios e ribeiros. A origem deste topónimo é claramente latino (*amoenitu*) e tem semelhanças com Meadela (Viana do Castelo) no parecer de Almeida Fernandes[40]. Nesta freguesia, ribeirinha do mar, há pequenos cursos de água junto dos quais cresciam os salgueiros e os amieiros, os quais estão na génese do topónimo que crisma a freguesia.

Com o rodar dos séculos, a pressão demográfica sobre a terra levou ao arroteamento de muitas áreas até aí arborizadas e à transformação de muitos soutos, bouças e gândaras em campos e leiras, isto é, em pão para homens e animais. Do antigo revestimento arbóreo, muito pouco resta nestes sítios. A única exceção será talvez a *"Vila Verde*" de Fornelo, afinal uma mancha agro-habitacional inserida numa floresta onde preside o pinheiro bravo, apesar do ataque em crescendo que lhe move o eucalipto.

A finalizar, alguns considerandos acerca dos topónimos de origem zoonímica que, no nosso entender, são parcos e pouco variados. Entre os animais à primeira vista estão representados o *tourão,* em Fajozes, o cavalo através de *Cavalão*, a cabra a propósito de *Cabreiro* e o porco através da antiga designação de Vilar de Pinheiro. Nas aves registam-se o corvo, presente em *Corvos* (Bagunte), a pega quer ficou plasmada no Alto da Pega, em Vila do Conde e a Gaivota, uma ave que tem o seu habitat nas cercanias do oceano.

O tourão, nome popular para designar o furão bravo, é um mamífero carnívoro da família Mustelidae representado em Portugal pela subespécie aureolos. É um animal extremamente útil porque, ao habitar em bosques e campos com água nas proximidades, tem uma dieta alimentar à base de roedores que, em certa medida, são uma praga para determinadas espécies cultivadas, sobretudo para os tubérculos, nomeadamente a batata. Mas este simpático animal tem sido incompreendido, como muitos outros, pelo homem e daí a sua quase extinção. O que não admira, pois, a fauna selvagem nesta região restringe-se a coelhos bravos, doninhas, texugos, raposas e alguns esporádicos porcos bravos. No entanto, não se pode taxativamente afirmar que o topónimo *tourão* provenha da existência destes animais em Fajozes. O mais provável é ele ser um

[40] FERNANDES, A. de Almeida - *Meadela Histórica*, Viana do Castelo, 1994, pág. 15.

antroponímico de "*Tauroni"* e assim estarmos em presença de um possível povoador da época de época romana[41].

Ligados ao uso e presença dos equídeos estão, ao que parece, C*avalão* e em certa medida *Palmazão*. Segundo Jorge de Alarcão, "*a palma era uma marca ferrada de que frequentemente se serviram os romanos para identificarem os seus cavalos"* [42]. Ora neste lugar limítrofe da freguesia de Guilhabreu e do concelho com o da Trofa, há indícios de uma ocupação que remonta, pelo menos, à época romana. Perto, muito perto, a nascente, situa-se a mais importante estação arqueológica do território localizado entre os cursos inferiores do Ave e do Leça. Pode ter sido a Abóbriga mencionado por Plínio[43]. Hoje, devido aos seus inúmeros vestígios da época castreja e romana é conhecida por cividade de Alvarelhos (Trofa).

O porco "*era bicho que toda a casa de lavoura criava*"[44] e que, em certa medida, se pode relacionar com os Soutos, sejam eles de carvalhos ou de castanheiros. Neles abundavam as landes e as castanhas, ótima base alimentar para humanos, mas também para suínos de criação doméstica e para os seus congéneres javalis. A atual Vilar do Pinheiro chamava-se, até ao século XVI, Vilar de Porcos e na sua área de implantação não faltam os indícios toponímicos da existência de soutos (Souto da Rosa e Souto de Quires), bem como de carvalhos (Carvalhido e Carvalhas)[45], a evidenciarem, em tempos recuados, um estrato arbóreo mais consistente e diversificado.

Que as zonas litorais não são, nem nunca foram, áreas preferenciais para a prática da pastorícia, prova-o a quase ausência de topónimos relacionados com a atividade pastoril. O único que conhecemos é o de "*Cabreiro*", situado na freguesia de Árvore e que está relacionado com o pastoreio de cabras, animais não muito usuais na faixa litoral onde o predomínio, já na Idade Média, era das ovelhas [46]. É, sem dúvida, um adjetivo qualificativo, mas tanto pode provir de alguém que pastoreou cabras, como pode ser uma alcunha.

O concelho de Vila do Conde em 1975 abrangia uma área de 15.230 ha, sendo 13.417 ha ocupados pelo binómio lavradio-bravio, o que corresponde a 80% da área total. Mas se analisarmos em pormenor os dados recolhidos pela Doutora Rosa Fernanda, torna-se evidente que a área cultivada, apesar de variar de freguesia para freguesia, ocupava percentualmente quase o dobro da ocupada pela floresta e matos – 62% para 38%, isto é, 8.226 ha para 5.191 ha

---

[41] A hipótese deste topónimo derivar de uma raiz pré-romana (*taur*) indicativa de sítio com rochedos não se aplica aqui pois esta é uma zona plana, mais correctamente, uma extensa e uniforme agra de cultivo.

[42] ALARCÃO, Jorge - *Portugal Romano*, Lisboa, 1974, pág. 110.

[43]ALARCÃO, Jorge, op. cit. pág. 92.

[44] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, op. cit., pág. 100-101.

[45] MARÇAL, Horácio; DACIANO, Bertino - *Vilar do Pinheiro*, Porto, 1959, pág. 52-53.

[46] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, op. cit., pág. 22 e 102.

- e estava repartida em 19.425 prédios rústicos superiores a 0,2 ha, os quais por sua vez pertenciam a 2.085 proprietários[47]. Mas como a uniformidade não é igual para toda a área, é natural que as manchas florestais tenham vindo a diminuir anualmente por pressão do aumento demográfico, da deslocação de populações para o litoral, pelo aumento do parque habitacional em áreas adjacentes à praia e à foz do rio Ave e pela procura de terrenos não agrícolas para a construção de fábricas e zonas industriais e outras infraestruturas destinadas ao desenvolvimento regional[48]. E se dúvidas houvesse, bastaria lembrar o crescimento da cidade de Vila do Conde para norte, a implantação de novíssimos núcleos habitacionais ao longo da faixa costeira a sul do Ave, com expressão máxima em Mindelo e Vila Chã e a descaracterização das manchas florestais que ladeiam a estrada nacional nº 13 (Modivas-Árvore), após a construção de unidades fabris e armazéns. Situações análogas, embora de menor expressão, documentam-se, igualmente nos lugares de Palmazão (Guilhabreu), Farilhe (Canidelo) e Vila Verde (Fornelo), aqui acrescidas por alterações orográficas e ambientais provocadas pela presença de uma pedreira que labora em moldes industriais.

O clima benigno da faixa costeira de Vila do Conde advém da baixa altitude das colinas que permitem a passagem do ar húmido do mar e da boa exposição solar que a maior parte das terras tem. Mesmo no interior, a alteração não é muita pois até ao Monte Grande - Marão, embora a altitude vá subindo gradualmente até aos 230 metros, não há de permeio acidentes orográficos capazes de alterar significativamente o ritmo climático normal. Todavia, independentemente dos fatores climáticos, há outras variáveis que são responsáveis pelas presentes formas de ocupação do solo na região[49].

A orla marítima, como já vimos, é uma vasta plataforma de abrasão onde coexistem afloramentos de gnaisses, granitos, quartzitos, xistos e outras rochas metamórficas. Sobre elas depositaram-se as areias que podem atingir a espessura de 4 metros e nas quais crescem herbáceas como a luzerna das praias (Medicago Marina Lin) e, nas bordas dos campos, caniços (Phreagmites Vulgaris Sang.) que foram aproveitados como sebes protetoras das culturas contra as areias. Para além destas, desenvolvem-se também outras espécies próprias deste tipo de solos como sejam o tojo arnal (Ulex Europaeus Lin.), o trovisco (Daphne Gnidium Lin.) e a cebola-albarrã (Urginea Maritima Bak.). É neste cenário que crescem os pinheiros de pequeno porte cujos troncos inclinados e deformados indicam a incidência e a intensidade dos ventos marítimos[50]. Caso não

---

[47] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit. pág. 208.

[48] Um bom exemplo é o Parque da NARSICA e a Zona Industrial da Varziela instalados em antigos terrenos florestais.

[49] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit. pág. 120.

[50] LOPES, José da Cruz - *Formações Dunares no Litotal do Alto Minho*, in Boletim do Centro de Estudos Regionais, Vol. 3, Viana do Castelo, 1986, pág. 57-58.

fossem enriquecidos com elementos orgânicos e químicos[51], estes solos arenosos (regossolos) teriam baixos índices de produção. Para obstar a que tal acontecesse, o homem, eterno moldador de paisagens, cavou neste sistema dunar os campos em "*gamela*" ou "*masseira*" fertilizando-os com as algas que os sargaceiros apanhavam no mar durante os meses de Verão[52]. As masseiras, muito numerosas a norte da Póvoa de Varzim, tiveram também grande desenvolvimento a sul do Ave, especialmente nas freguesias de Árvore, Mindelo e Vila Chã, até ao momento em que começaram a ser destruídas com a ocupação do litoral pelas casas de veraneio e urbanizações que modificaram por completo a fisionomia da costa[53]. É nestes solos, intensamente revolvidos e adubados, que se cultiva toda uma gama de produtos, entre os quais avultam, pela sua importância, os hortícolas. Couves, cenouras, couve-flor, rabanetes, espinafres, alface, tomate, batata e cebola são alguns dos vegetais que nos campos em masseira atingem altos níveis de produção e permitem, consequentemente, lucros aceitáveis em função do capital investido[54].

Na plataforma costeira, fora da linha das masseiras, os solos são menos arenosos, mais ricos em húmus e em água, tendo sido excluídas as zonas deprimidas e lagunares, objeto de uma agricultura intensa que remonta, em alguns casos, ao período da romanização. É nestes solos arroteados que se tem praticado, vezes sem fim, uma agricultura de regadio, de tipo intensivo, em alvéolos abertos na margem norte do Ave e bacia do Este e nas grandes agras que ocupam uma substancial parte dos terrenos agrícolas localizados na parte sul do concelho.

Agricultura de rotação caracteriza-se pelo cultivo do milho associado ao feijão e à abóbora que são semeados durante a Primavera. Pelo contrário, no Inverno é o tempo de semear os cereais de pragana e os prados, limados sempre que possível nos meses de maior incidência de geadas. Na atualidade, a rega por aspersão acabou por antecipar o renascer cíclico dos prados com as suas ervas forrageiras - azevém (Lolium Perenne Lin.), erva-molar (Holcus Moltis Lin.), cerradela (Ornithopus Sativus Lin.), língua-de-ovelha (Plantago Lanceolata Lin.) – e a cultura ervense a passar a competir com os cereais de pragana tradicionais (trigo e centeio) e a reduzir ao ínfimo a cultura do nabo[55]. Este, ao adaptar-se a todo o tipo de solos e ao exigir bastante humidade, era a cultura ideal de Inverno e ótimo complemento forrageiro para os bovinos embora, segundo o testemunho de Alberto Sampaio[56], já em fins do século passado se visse ameaçado

---

[51] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit. pág. 139.

[52] MATOS, Maria da Conceição Faria de - *A Vida Rural de Apúlia*, in Finisterra, 1973, pág. 66-103.

[53] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit., pág. 299-302.

[54] Muitas destas culturas são hoje feitas em estufas devido às irregularidades do clima na faixa marítima.

[55] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Modivas, uma Aldeia Maita,* Vila do Conde, 1983, pág. 23-24.

[56] SAMPAIO, Alberto - *Estudos Económicos*, Vol. II, 2ª edi., Lisboa, 1988, pág. 191.

pelo incremento da batata. Hoje, só subsiste como cultura dominante em áreas restritas localizadas a norte do rio Ave, especialmente na área do concelho de Esposende.

O quadro agrícola não podia ficar completo sem uma referência, mesmo que breve, à vinha que, na Região dos Vinhos Verdes, pode atingir excelente qualidade, desde que encontre as condições climatéricas favoráveis e adequada exposição solar. Harmonia difícil de conjugar neste território devido ao elevado grau de humidade que contêm a maioria das agras litorâneas[57], situação que em nada favorece a cultura da vinha que necessita de terrenos de meia encosta, arejados, ensolarados, com boa drenagem e proteção contra ventos dominantes. É, convenhamos, cenário difícil de encontrar, em substância, em boa parte do concelho de Vila do Conde.

Importante, desde que o homem se tornou sedentário, foi e é a floresta. Na primitiva, como já vimos, imperava a família dos "*quercus"*, com carvalhos e castanheiros à cabeça. Hoje, nas áreas arborizadas, dominam os pinheiros bravos e os eucaliptos (Eucaliptos Globolus Laab.)[58], estes por razões de ordem económica que se prendem com a política das empresas ligadas ao sector da celulose ou pasta de papel.

Falar de explorações agrícolas, de maior ou menor dimensão, sem se referir à criação de animais é, no mínimo, um erro que falseia a realidade atual.

É natural, como já vimos ao analisarmos a toponímia, que os dados referentes à criação de animais sejam escassos. Desde a Idade Média que o pastoreio mais generalizado era o das cabras, com a ressalva de, no litoral, as condições climatéricas favorecerem o pasto das ovelhas e a existência de muitos *soutos* propiciar a criação do porco. Este seria tão vulgar nas casas de lavoura como o eram as galinhas e os patos. Mas o animal por excelência desta região foi, sem dúvida, o bovino. Animal de estábulo e de pasto, produtor de estrume e de força de trabalho, indispensável ao transporte e ao arroteamento dos campos, foi ao longo dos séculos o companheiro fiel e inseparável do agricultor do Minho. Sem ele, dificilmente se poderá entender o ciclo anual das sementeiras, o transporte de mato, da madeira e da lenha das zonas a bravio até à respetiva casa de lavoura. Escrevia Carlos Alberto Ferreira de Almeida que "*a faixa marítima, desde o Lima a Aveiro, foi, nos séculos XI, XII e ainda XIII, uma área de intensa pastoreação de bovinos*"[59] . Embora na toponímia faltem os "*bustelos*", tradicionais zonas de pastoreio deste tipo de animais, eles são, embora desligados do seu antigo papel nos tempos de hoje, através das

---

[57] SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, op. cit., pág. 307.

[58] Nas duas últimas décadas o eucalipto tem invadido grande parte da área florestal do concelho, arrastando consigo uma série de consequências nefastas que lhe vêm sendo atribuídas.

[59] ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho,* tese de doutoramento à FLUP, Porto, 1980, pág. 104.

vacarias[60], um dos principais suportes económicos das explorações agrícolas do concelho. Animal em desuso, mas que até há anos teve algum peso, é o cavalo. Ao contrário dos bovinos, raramente terá sido utilizado na região como animal de tiro, apesar das condições morfológicas serem propícias à sua implantação. Zonas planas, vales amplos e abertos favoreciam à partida o seu uso como animal de trabalho. Apesar disso, restringiu-se ao papel de animal de estimação e de afirmação social, sendo utilizado como força motriz nos tradicionais carros de cavalos, o veículo festivo e domingueiro das famílias de maiores possibilidades económicas.

2 - Do Paleolítico à Idade do Ferro

Se o quadro ocupacional do aro Vilacondense não diferir daquele que é normalmente proposto para a região litoral do Entre-Douro-e-Minho, as mais antigas referências à presença do Homem devem remontar, pelo menos, ao Paleolítico Superior[61]. Só que, à fase mais antiga, não temos nenhum instrumento lítico que garantidamente se lhe possa atribuir. É possível que as peças líticas recolhidas no lugar de Modivas de Baixo, freguesia de Modivas[62], possam ser considerados do tipo Acheulense, mas há muitas dúvidas quanto à sua cronologia e também quanto à localização desta possível estação paleolítica. É que, na zona do rio Donda, a Carta Geológica não apresenta depósitos de antigas praias bem assinaladas, mas antes, uma formação areno-pelítica de cobertura, semelhante àquela que cobre uma boa parte da plataforma continental, localizada de Vilar do Pinheiro a Árvore. Ora se estas formações areno-argilosas são o resultado da deslocação de solos das vertentes para a plataforma tirreniana, praticamente liberta de detritos no final da regressão pré-flandrina (final do Wurm- tardiglaciar), então estes instrumentos líticos estão certamente deslocados e a sua credibilidade, do ponto de vista cultural, é parcelar e difícil de aceitar, no caso daqueles instrumentos líticos de Modivas de Baixo, como pertencentes ao período Languedocenses[63].

---

[60] Muitas são as vacarias registadas no concelho e que são um importante vector económico para a região. De registar que a maior fábrica de produtos lácteos de Portugal, a LACTOGAL, se situa em Modivas, uma das freguesias da parte meridional do concelho de Vila do Conde.

[61] CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José - *Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do Litoral Minhoto (Portugal)*, in "Cadernos de Arqueologia", vol. 2, Braga, 1982, pág. 75-84.

[62] PAÇO, Afonso do PINTO, Elísero - *Subsídios para uma Carta Geológica do Concelho de Vila do Conde,* in "Revista de Guimarães", vol. LXXIV, Guimarães, 1964, pág. 143-148.

[63] CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José - *O Quaternário do Minho. Estado actual dos nossos conhecimentos*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/1984, Porto, pág. 17.

Se olharmos para a Carta Geológica do concelho, deparamos com restos de antigas praias em Vila Chã, Mindelo, Árvore, Azurara e no lugar da Joudina, freguesia de Gião. Esta, com 15-20 m, é a mais baixa e de menor expressão, ao contrário das de 30-40 m que se distribuem pelas freguesias de Vila Chã, Mindelo, Árvore e Azurara e que devem ter sido a fonte abastecedora dos materiais líquidos depositados em níveis inferiores, quando aconteceu a regressão pré-flandrina. O mesmo se poderá dizer dos terraços fluviais localizados nas margens do rio Ave - Sabariz e Moinhos (Macieira da Maia), Olaia e Mata das Freiras em Fornelo, Cima de Cheira e Trindade (Ferreiró), Figueiró de Cima, Figueiró de Baixo e Vila Verde (Bagunte) - que contribuíram, através de movimentos coluviões, para a formação da bacia sedimentar que acompanha o curso final do rio Ave.

Pelo que acabamos de expor, dificilmente se encontrará uma jazida paleolítica com sólidas garantias de não ter sido deslocada, isto é, de permanecer *in situ* na área em estudo. A haver alguma, será certamente nestas antigas praias e terraços, pois terá sido aí que o Homem pré Tirreniano e Tirreniano terá abandonado os seus instrumentos, muitos dos quais terão sido arrastados e incorporados na base da formação areno-pelítica, quando o clima se tornou mais chuvoso e, "*por solifluxão, os solos derivados dos granitos e de outras rochas foram deslocados para a base das vertentes e para a plataforma tirreniana*"[64].

De época mais recente são os restantes instrumentos líticos. São eles, basicamente, machados de pedra polida de anfibolito, recolhidos no lugar de Azevedo, em Fornelo e na Quinta do Paço de Caracoi, em Canidelo, bem como uma lâmina de sílex, proveniente do sítio do Eirado, igualmente em Canidelo. São peças que pertenciam à coleção do Abade Sousa Maia e que foram estudadas por Domingos Cruz e Mário Brito[65]. Desconhecemos o seu contexto cultural e dificilmente lhe poderemos atribuir uma cronologia segura. São materiais normalmente atribuídos ao Neolítico, mas que também são vulgares em épocas posteriores, isto é, no III/II milénio a.C., altura em que o conhecimento da região se tornou mais sólido, alicerçado em materiais e estruturas conotadas com o fenómeno megalítico.

Quanto a isto é, já, normal dizer-se que, a partir do IV milénio a.C., aos povos dependentes da caça, recolha de frutos e raízes e dos produtos do mar, sucederam as sociedades sedentárias, mais estáveis, que lançaram as bases de uma economia agrícola e pastoril. Ao evoluir, diferenciaram as matérias-primas, produziram instrumentos e adornos metálicos, bem como os

---

[64] CARVALHO, G. Soares de LEMOS, Francisco Sande; MEIRELES, José, op. cit. pág. 82.

[65] CRUZ, Domingos de Jesus; BRITO, Mário - *A Colecção Arqueológica do Abade Sousa Maia,* in Vila do Conde, Nova Série, Vol. 1, Vila do Conde, 1991, pág. 5-13.

primeiros vasos cerâmicos. São povos com dinâmicas específicas, capazes de produzir Culturas diferenciadas, mesmo entre comunidades com certas e determinadas similitudes[66].

À Cultura Megalítica é atribuída uma cronologia bem lata - do V milénio a.C. aos inícios do II a.C. - isto é, do Neolítico à Idade do Bronze. Durante este espaço temporal, construiu-se uma grande diversidade de monumentos funerários providos de "*tumulus*" - as mámuas (terra e couraça pétrea) - que cobre dólmens ou antas de arquitetura simples (abertos ou fechados), providos de corredores simples ou elaborados e cistas de planta retangular[67].

Tal como acontece noutras áreas do país, também no concelho de Vila do Conde desconhecemos a localização dos habitats dos pastores-agricultores megalíticos. Estarão eles nas imediações dos túmulos que ergueram? Serão povoados de tipo sazonal e, portanto, com poucas estruturas remanescentes? Seriam povoados do tipo aberto sem qualquer carácter defensivo e com habitações feitas de materiais perecíveis? Sinceramente não o sabemos e esta é, ainda hoje, uma das grandes lacunas na investigação arqueológica deste período da Pré-história.

Quanto aos túmulos, esses conhecemo-los pelas estruturas que ainda subsistem, ou pelos topónimos, não raras vezes a única reminiscência que ficou após deliberadas ou infelizes intervenções que levaram à sua destruição.

Algumas das referências documentais à presença de monumentos deste tipo no aro de Vila do Conde, remontam à Idade Média, mais concretamente às Inquirições de 1258. As mais conhecidas localizam-se na freguesia de Azurara/Fajozes (*Mámua da Pedra, Mamoa do Bicho e Mamoela)*, em Fajozes (*Mamua Petrosa*), em Formariz - Vila do Conde (*Mamua da Forca de Barreiros*) e em Palmazão – Guilhabreu, com a célebre "*Mamua da Ciada*", que tanto pode ser um exemplar recentemente destruído, junto à Fábrica de Cartonagem, como uma outra em Alvarelhos, ficando, portanto, fora do âmbito deste estudo. A estas podemos juntar ainda topónimos existentes, ou já desaparecidos, como *Leira das Mámuas* e a *Agra de Trás das Mámuas* em Labruge, *Mamoas do Fulão, Mamoa da Gira, Mamoa de Cavaleiros, Vilar da Anta* e *Outeiro da Anta* em São Simão da Junqueira.

Para além das Inquirições, ou outra documentação[68], também a toponímia pode prestar preciosas achegas quanto à localização de possíveis túmulos megalíticos. Bons exemplos do que acabamos de afirmar são nomes como Madorna, Madorra, Pedarca ou Pena d´Orca.

Madorna, por exemplo, é um lugar de Vairão, como *Madorra* o é de Touguinha e de Macieira da Maia. Ambos estão conotados com a ambiência funerária megalítica, tal como o poderão estar *Pedarca,* em Rio Mau e *Pena d´Orca,* em Guilhabreu. Mas se estes poderão suscitar

---

[66] JORGE, Susana Oliveira - Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar, vol. I-B, Porto, 1982, p. 915 e seguintes.

[67] JORGE, Susana Oliveira, op. cit. pág. 849 e 875.

[68] São parricularmente importantes os Tombos das freguesias dos séculos XVI a XVIII.

dúvidas por poderem conduzir a outro tipo de interpretações, já o mesmo se não poderá dizer de topónimos como "mámoa" e "anta", indiscutivelmente relacionados com os túmulos da época megalítica. Túmulos esses que, na presente e na maioria dos casos, já não existem, porque deram lugar a campos de cultivo, caso de *Agra atrás da Mamuas*, em Modivas e a casa de habitação em *Agra de Sob as Antas*, em Labruge. O mesmo de pode afirmar da *Mamua do Freixo,* em Guilhabreu, mas no caso da *Antela de Farilhe*, outrora escavada pelo Abade Sousa Maia, no seu local foi construída uma fábrica.

O quadro do megalitismo em Vila do Conde não se esgota nos indícios documentais e toponímicos. Os inventários e estudos elaborados por Martins Sarmento, Abade Sousa Maia e, mais recentemente, por Vítor Oliveira Jorge e Maria de Jesus Sanches[69], provam que ainda restavam, entre violados e em adiantado estado de degradação, nos inícios do século XX, dez daqueles túmulos, número que já decresceu para sete, após a destruição da Mámua do Freixo em Guilhabreu, da Antela de Farilhe e, muito recentemente, de uma que existia nas imediações do lado norte da Fábrica de Cartonagem de Palmazão a qual podia ser, como atrás já referimos, a tal "*Mámua de Ciada*", mencionada na documentação medieval.

Das dez mamoas que se conheciam nos alvores do século XX, duas foram escavadas em 1905 pelo Abade Sousa Maia. Foram elas as denominadas Antelas das Alminhas e de Farilhe, locais pertencentes à freguesia de Canidelo. Na primeira, que ainda conservava a estrutura tumular, foram encontrados vários artefactos líticos (quadro V), um conjunto completo de mó manual e fragmentos de dois vasos cerâmicos: um com forma hemisférica e o outro com uma perfuração junto ao bordo. Na Antela de Farilhe o mesmo sacerdote recolheu machados de pedra polida, pontas de seta, lâminas de sílex, parte de uma mó manual, seixos e bocados de cerâmica, alguns dos quais permitiram a reconstituição de um vaso em forma de calote esférica[70].

Passados anos, em 1952, a dupla Elísero Pinto e Afonso do Paço, escavaram mamoas em Guilhabreu e em Vilar.

A primeira, situada na Bouça de Carrazedo, no Lugar do Freixo[71], revelou-se uma estação de capital importância pelo variado espólio funerário que continha - micrólitos trapezoidais, facas de sílex, pontas de seta, machados de pedra polida, parte de uma mó manual, contas de colar -

---

[69] SARMENTO, Martins - *Os Dispersos*, Coimbra, 1933, pág.171; MAIA, Abade Sousa- *A Necrópole de Canidelo*, in "Portugália", vol. I, Porto, 1982, pág. 489; JORGE, Vítor Oliveira - *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, pág. 489.

[70] MAIA, Abade Sousa- *A Necrópole de Canidelo*, in "Portugália", vol. I, Porto, 1982, pág. 621-624.

[71] JORGE, Vítor Oliveira- *O Megalitismo do Norte de Portugal: O Distrito do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 1982, pág. 487-488.

e, em especial, pelos fragmentos de cerâmica campaniforme[72]. É a partir de um tal espólio que é possível apontar uma cronologia para o funcionamento deste túmulo que, na opinião dos vários autores que se têm debruçado sobre a origem e desenvolvimento do estilo marítimo da cerâmica campaniforme, oscilará entre 2000 e 1900 a.C.[73].

Cronologia mais recente, entre 1900 e 1700 a.C., tem a mamoa de Vilar. De grandes proporções, na sua primeira intervenção[74] deu um espólio bem interessante, tendo em conta o braçal de arqueiro em xisto e a ponta de Palmela em cobre arsenical[75], o que a coloca no mesmo âmbito cultural da sua congénere de Guilhabreu e de outras bem conhecidas no contexto megalítico do norte de Portugal.

O grande pioneiro da Arqueologia Portuguesa que foi Martins Sarmento, deixou-nos algumas referências acerca das mamoas de Cavaleiros, Folão e Mourão[76].

A mamoa de Cavaleiros situava-se no lugar de Corvos (Bagunte) e começou a ser conhecida nos final do século XIX, quando o conhecido investigador a visitou e aí recolheu "*dois machados de pedra, decerto relíquias da mamoa, que as escavações continuadas tinham destruído"*[77]. Mais para ocidente está a freguesia de S. Simão da Junqueira e junto da estrada que conduz a Barcelos, no lugar de Barros, distanciadas entre si cerca de 50 metros, estão as duas mamoas do Folão. Ambas estão esventradas, conservando-se somente a couraça de revestimento. Numa delas, a fazer fé em Martins Sarmento, haveria uma "*ave gravada*" num dos esteios que formavam a câmara[78] .

A mamoa de Mourão, também descrita por Martins Sarmento, está situada no lugar de Contra-Mourão, freguesia de Tougues. Foi noticiado que aí apareceram "*pontas de seta*" e uma

---

[72] JORGE, Vítor Oliveira, op. cit. pág. 489.

[73] PAÇO, Afonso do PINTO, Elísero- Vasos Campaniformes da Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde), Vila do Conde, vol. 2, 1961; JORGE, Susana Oliveira - Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves- Vila Pouca de Aguiar, vol. I-B, Porto, 1982, pág. Nº 935; CRIADO BOADO, F.; VASQUEZ VARELA, J. M. - La Ceramica Campaniforme en Galicia, in "Cuadernos de Sargadelos", vol. 42, Coruña, 1982.

[74] Esta mamoa foi mais recentemente objeto de uma nova intervenção arqueológica por parte de uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a direção da Prof. Maria de Jesus Sanches. Desconhecemos os resultados desta investigação pelo facto de não termos tido acesso ao respetivo relatório.

[75] JORGE, Vítor Oliveira, op. cit. pág. 491-492; JORGE, Susana Oliveira, op. cit., pág. 858.

[76] SARMENTO, Martins, op. cit. pág.171.

[77] SARMENTO, Martins - *Notícia Arqueológica*, in O Archeólogo Português, Vol. VI, Lisboa, 1901, pág. 47.

[78] SARMENTO, Martins, op. cit. pág. 142.

"*pedra esquisit*[79], desconhecendo-se, no entanto, o seu paradeiro. A 120 metros para norte e do lado oposto da estrada, nas proximidades do *"marco da vela*", que tem gravada a data de 1697, está a mamoa de Sabariz, freguesia de Macieira da Maia. Está violada no espaço da câmara funerária onde se vislumbra ainda um esteio caído[80].

É indubitável que, do ponto de vista megalítico, Vila do Conde era naquela altura uma região largamente ocupada. As mámuas, mamoas ou antas distribuíam-se por catorze das trinta freguesias, estando a maior concentração a sul do rio Ave (Macieira da Maia, Tougues, Azurara, Vairão, Guilhabreu, Modivas, Labruge, Vilar e Canidelo), contra cinco da margem norte (Rio Mau, Touguinha, Junqueira, Formariz-Vila do Conde e Bagunte). Aparecem agrupadas duas a duas: Sabariz-Mourão; Farilhe- Alminhas, ou mesmo mais, caso a informação prestada a Martins Sarmento acerca de haver mais de duas na Bouça do Folão seja verídica[81]. Nos restantes casos, parecem estar isoladas, mas convirá não esquecer que a informação disponível é pouco consistente e, portanto, capaz de induzir em erro.

Observando o quadro distributivo, torna-se evidente que havia mamoas em freguesias limítrofes do mar, casos de Labruge e, em certa medida, Azurara, Modivas e Vilar. Isto quer dizer que por volta do III milénio a.C., a linha da costa já estava mais ou menos estabilizada e que na orla costeira havia condições para que se pudesse pastorear, erguer aldeias, mesmo que temporárias, semear campos e construir os respetivos túmulos. Isto não invalida o que escrevemos na introdução quando, baseados nos dados dos geólogos e na toponímia, afirmávamos haver zonas deprimidas, encharcadas e pantanosas, bem como extensas gândaras nada convidativas à fixação de agricultores, mas que poderiam despertar o interesse de pastores e dos seus animais por ausência de grandes arvoredos e densos matagais. De qualquer modo, não foi aí que eles construíram os túmulos, antes escolheram, em zonas planas, sítios enxutos e, na medida do possível, no epicentro dos seus territórios e na vizinhança dos caminhos de penetração[82].

É evidente que falar de povos que estão na génese do megalitismo é falar de gado, de cabras, de ovelhas e, em certa medida, de colonização agrária, enfim, de uma economia mista onde, para além da caça (sugerida pela presença de micrólitos e pontas de seta), está presente o pastoreio e a agricultura[83].

---

[79] SARMENTO, Martins, op. cit. pág. 47.

[80] JORGE, Vítor Oliveira, op. cit. pág. 490-491.

[81] SARMENTO, Martins, op. cit. pág. 171.

[82] É interessante notar que alguns dos caminhos romanos desta região passem precisamente na periferia de algumas destas sepulturas megalíticas; Labruge e São Simão da Junqueira/Bagunte.

[83] JORGE, Vitor Oliveira - *O Megalitismo do Norte de Portugal*, in "Portugália", N/S, vol. IV/V, 1983/84, pág. 44.

Parece ser ponto mais ou menos assente que a partir do início do III milénio a.C., o norte de Portugal avançou para uma progressiva ocupação sedentária do espaço que se traduziu no aparecimento de povoados de vários tipos[84].

É neste contexto que a agricultura ganhou incremento, o que na zona litoral poderá ter analogias com os dólmens de corredor. Não sabemos se os habitats estariam nas proximidades ou se, pelo contrário, se situariam a uma, duas ou mais horas de marcha. Nesse caso, os túmulos marcariam "*apenas a propriedade de uma área, num território mais vasto"* [85] . Seja qual for a hipótese mais viável, o certo é que pelo menos três dos túmulos deste concelho deram mós manuais, entre completas e incompletas (Alminhas, Farilhe e Carrazedo), cujo uso só pode ser entendido na trituração de cereais. Ilação semelhante poderemos tirar dos machados de pedra polida que, de uma certa maneira, estão ligados ao ciclo agrário. Os campos, esses, obtinham-se por desmatação e queimada num ciclo que levava ao esgotamento do solo e ao abandono, obrigando, assim à deslocação do habitat para novas paragens.

A deslocação periódica do habitat obrigava a estruturas frágeis, facilmente apagadas em posterior reocupação, caso imperasse o rotativismo geográfico. Neste caso, seriam os novos campos, ou os novos habitats, os responsáveis pela destruição dos vestígios anteriores e pela dispersão e inutilização de alguns dos artefactos, como as mós manuais[86]. Pena é não sabermos se as recolhidas nos túmulos o foram na couraça, sintoma de abandono, ou no interior da câmara, juntamente com os demais mobiliários funerários.

No universo do megalitismo também cabiam os menhires e destes conhece-se pelo menos um exemplar na divisão administrativa da freguesia de São Miguel de Arcos (Vila do Conde) com Santa Eulália de Balasar (Póvoa de Varzim), o que equivale a dizer que marca a divisão entre os concelhos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim. Está no interior da quinta Agro-Pecuária & Oliveira, que se dedica à criação de cavalos e que parcialmente pertence à freguesia de Balasar, concelho da Póvoa de Varzim. Aqui há dois marcos. Um é de divisão de terras que outrora pertenceram à Casa de Bragança[87] e está integralmente em território de Balasar, enquanto o segundo é marco de divisão de freguesia e de concelho.

Este marco é muito mais que um simples indicador administrativo. É simplesmente um menhir que foi aproveitado como marco de divisão. É provável que esteja *in situ*, mas também se

---

[84] JORGE, Susana Oliveira- *Povoados da Pré-história Vila Pouca de Aguiar*, vol. I-B, Porto, 1982, pág. 919.

[85] JORGE, Susana Oliveira, op. cit. pág. 916.

[86] JORGE, Vitor Oliveira, op. cit. pág. 44.

[87] Pela sua tipologia com coroa real saliente a sobrepôr-se ao campo epigráfico onde está esculpida a letra B, é uma peça que se deve atribuir ao início da IV dinastia, possivelmente já de D. Pedro II.

pode dar o caso de ter sido deslocado, embora de não muito longe, porque na freguesia de Balasar está assinalada a existência de uma mamoa em Godim. Esta sepultura megalítica que, por vezes, anda associada aos menhires, foi escolhida como ponto de referência de uma propriedade reguenga que se situava em *Agistin*, topónimo que se revê no atual lugar de Agistrim (Balazar – Póvoa de Varzim): "*et deinde ad Petram Curveiram, quomodo vadit ad fontem de Gotegia, deinde ad mamonam de Godin*"[88].

O marco de divisão entre São Miguel Arcos (Vila do Conde) e Balazar (Póvoa de Varzim) é um monólito granítico, semienterrado, sumariamente desbastado, cujas formas arredondadas sugerem mais a sua filiação ao grupo dos monólitos que integravam os cromeleques que propriamente um menhir.

Pode-se aventar a hipótese que este monólito pode ter feito parte integrante de um cromeleque que parece ter havido por alturas da "*Petra Curveira*". A ter existido, será que ele perdurou o tempo suficiente para no século XIII tenha sido de local de reunião? De acordo com as Inquirições de 1258 para a freguesia de "*Santa Eolalie de Belsar*" era neste local que se reuniam os homens da "*onra de Macenaria"* com os "*homines de Agistin*" para dirimirem questões que houvesse entre ambos os lados: "*quod homines de Agistin quando habebant contencionem suam cum hominibus de onra de Macenaria, faciebant cum illis concilium in loco qui dicitur Petra Curveira. Et iste erat teminus utriusque partis*"[89].

Importantes, sem dúvida, são os materiais conotados com o universo dos vasos campaniformes. Eles estão presentes na parte sul do concelho, nas mamoas de Guilhabreu e de Vilar, duas zonas com bons solos agrícolas e ótimas áreas para pastoreio. O contexto é funerário, mas tudo parece indicar que na área possam ter havido habitats sedentários, que conjugados com enterramentos individualizados seriam o reflexo de um poder "*individualizado*". O aparecimento de objetos metálicos, caso da ponta tipo "*palmela"* da mamoa de Vilar, pode significar objetos de prestígio e a existência de sociedades hierarquizadas que controlavam a produção de objetos de luxo e as melhores terras de cultivo e pastoreio[90].

Apesar da diminuta quantidade de vestígios, não temos dúvidas que esta região continuou a ser "percorrida" por pastores e agricultores, a partir da segunda metade do II milénio a.C. (1500-1100 a.C.). É o tempo da metalurgia do bronze onde, entre outros objectos, pontificam os machados de talão com ou sem duplo anel (quadro VI). Destes últimos, há um exemplar oriundo de Palmazão (Guilhabreu), lugar que, para além da mamoa, teve posteriormente estruturas relacionadas com um habitat da Idade do Ferro (Castro de Alvarelhos) e correspondente Romanização.

---

[88] PMH, Inquis. pág. 1426.

[89] PMH, Inquis. 1426.

[90] JORGE, Susana Oliveira, op. cit. pág. 104-105.

Uma tão grande dinâmica metalúrgica que parece sugerir a existência de uma vasta rede de contactos comerciais, está dependente da presença de um grande número de minas de estanho e certamente de uma elite que terá produzido um povoamento hierarquizado e multifacetado de acordo com as várias funções assumidas.

Se as teorias acerca do povoamento são válidas para a Península Ibérica e para fora dela, também o serão para o atual concelho de Vila do Conde. Só que dele, pouco ou nada sabemos, à exceção do provável habitat da Quinta de Cavaleiros, na encosta sul da Cividade de Bagunte e do sítio do Corgo, em Azurara.

Observando a topografia da Quinta de Cavaleiros e sua envolvente percebe-se que este era um povoado de tipo aberto, sem pretensões defensivas, vivendo da floresta situada na encosta do monte da Cividade e das terras que se estendem em patamares para sul, ao qual poderiam estar associados enterramentos em cistas alongadas, produtoras dos chamados vasos de largo bordo horizontal. Destes só conhecemos os que José Fortes descreveu e atribui a Touguinha[91]. Sabemos que são dois, um dos quais de largo bordo e com a aba decorada em espinha, mas desconhecemos o seu contexto original. A única nota de aproximação será a existência naquela freguesia, do lugar da Madorra, um topónimo com provável ascendência megalítica, mas que não chega para atribuir a este lugar o privilégio de ter tido enterramentos da segunda metade do II milénio a.C..

Mais consistente é o sítio do Corgo, freguesia de Azurara que foi objeto de uma intervenção arqueológica de imergência entre 2007 e 2008, na altura em que foi rasgado o novo canal da linha do metro Porto-Póvoa de Varzim. Nessa intervenção foram encontradas fossas circulares cavadas no solo saibrento do local e dentro de uma delas três vasos cerâmicos e uma mó dormente tipo sela. Os vasos com forma troncocónica, ou próxima disso e fundo plano, com sinais de fuligem exterior apontam para uma cronologia do Bronze Final e para um povoado de ar livre que assentava na exploração dos recursos agrários da zona envolvente. Tem paralelos em sítios como Regueira em Vitorino de Piães, Bouça em Carvalhal (Barcelos)[92], Pego (Braga)[93] e Cimalhas (Felgueiras)[94].

---

[91] FORTES, José- Vasos em Forma de Chapéu Invertido, in “Portugália”, Porto, 1905, p. 662-665.

[92] Este povoado apareceu na altura da construção da autoestrada A-11.

[93] SAMPAIO, Hugo Aluai et alii - *Importância do povoado do Pego no Bronze Final do Noroeste de Portugal,* in Férveder, Vilalba -Lugo, 2008, pág. 227-233.

[94] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A Necrópole do Bronze Final da Regueira - Vitorino de Piães,* in "Revista da Faculdade de Letras", História, II Série, XI, 1994; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Brochado; FERNANDES, Francisco - *Povoado do Bronze Final da Cimalha, Sernande - Felgueiras,* Felgueiras, 2008.

3 - Idade do Ferro

Entre os investigadores atuais é relativamente pacífico aceitar-se que que foi nos alvores do I milénio a.C. que nasceu aquela que tem sido a Cultura mais mediática da antiga *Gallecia,* território que hoje se reparte, maioritariamente, pela Galiza (Espanha) e pelo Entre-Douro-e-Minho (Portugal).

Para muitos investigadores o Bronze Final do Noroeste Peninsular estendeu a sua cronologia para os primeiros séculos do I milénio a.C., provavelmente, porque, no quadro peninsular, esta região tinha sido uma das mais dinâmicas do ponto de vista metalúrgico, por força dos seus recursos naturais, nomeadamente o estanho. Em defesa desta teoria vem o valioso depósito de fundidor do castro de Baiões, em Viseu[95], os achados do castro do Coto da Pena, em Caminha[96] e de São Julião, em Vila Verde[97], os quais, de um modo geral, podem inserir-se entre a fase III e a V de M. Almagro Gorbea, isto é, um período cronológico que medeia entre 900 e 600 a.C.[98]. Será, pois, no seio de uma metalurgia desenvolvida do Bronze, onde pontificam os típicos machados de talão com anéis duplos, onde ainda estão patentes os cones e as rebarbas da fundição, os machados de alvado, os machados planos tipo Bujões/Barcelos e os punhais de antenas, cujos esconderijos têm sido encontrados, com frequência, na Galiza, Astúrias e Norte de Portugal[99], que se devem procurar as origens da Cultura Castreja e, também, o começo da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular.

Esta Cultura, como o reconheceu Almagro Gorbea, começou por sentir sérias dificuldades de afirmação face à raridade de artefactos de ferro, em contraste com os de bronze, encontrados

---

[95] SILVA, Armando C. Ferreira da et alii - *Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões - S. Pedro do Sul - Viseu),* in Lucerna, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1984, pág. 73-95.

[96] SILVA, Armando C. Ferreira da - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 1ª edição, Paços de Ferreira, 1986, pág. 34.

[97] MARTINS, Manuela - O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Cávado, Braga, 1990, pág. 108-109.

[98] ALMAGRO GORBEA, M. - *Bronce Final e Edad del Hierro. La Formación de las Etnias e Culturas Prerromanas*, in História de España, 1, Prehistoria, Editorial Gredos, Madrid, 1986, pág. 341-552.

[99] MONTEAGUDO, Luis - *Dieb Beile auf der Iberischen Halbinsel*, Munchen-Beck, 1977; VILAÇA, Raquel - *Depósitos de Bronze do Território Português*, in O Arqueólogo Português, Série IV, Vol. 24, Lisboa, 2000, pág. 9-150; VILAÇA, Raquel- *Depósitos de Bronze do Território Português, Um debate em aberto*, Conimbriga, Anexos 5, Universidade de Coimbra, 2007.

nas diversas estações arqueológicas desta região com níveis de ocupação do Bronze Final[100]. É, portanto, perfeitamente legítimo aceitar-se que a Idade do Ferro do Noroeste Peninsular começou a ganhar corpo a partir do século IX a.C. e se muitas transformações ocorridas nesta área têm carácter endógeno, outras estarão relacionadas com as movimentações dos Túrdulos e Célticos referidos por Estrabão. A fazer fé neste autor, já na ponta final da Iª Idade do Ferro, a parte meridional da Ibéria foi sujeita a uma série de convulsões político-militares derivadas da batalha de Alália (540-535 aC), que opôs gregos focenses a etrusco e púnicos. Esta realidade viria a causar sérias perturbações nas populações que ocupavam esta parte da Península Ibérica. Desta confrontação, foi Cartago quem tirou mais benefícios de tais rivalidades, já que ocupou largas faixas do sul da península, pelo menos até ao momento da conquista romana, que começou por volta de 218 a.C.[101]. Tais movimentações, que atingiram o Noroeste e estarão na base da lenda do rio Lethes - "*nas redondezas se acham também os keltikoi, parentes dos habitam sobre o Anas (Guadiana). Estes empreenderam com os Túrdulos uma campanha e dizem que passado o rio Lima desertaram; e como depois da deserção tivesse ocorrido a morte de seu chefe, permaneceram por ali dispersos, que fez que a este rio se lhe chamasse também Lehes.*" [102] - terão originado um reordenamento do território e valorizado os sistemas defensivos, em conexão com o local de implantação, fosse ele um esporão, uma colina isolada sobranceira a uma linha de água, ou junto às tradicionais vias de comunicação, às cavaleiras das travessia de cursos de água e portelas que permitem a transposição de vales. Foi igualmente na passagem da Idade do Bronze para a Iª Idade do Ferro que as populações abandonaram os seus habitats de planície e começaram a concentrar-se em pontos estratégicos de altura, - a Quinta dos Cavaleiros é um bom exemplo - onde havia meios naturais de defesa e onde os não havia ou estes eram deficientes, foram os próprios moradores que colmataram as lacunas existentes, situação que se poderia tornar catastrófica numa altura em que aumentava a instabilidade social[103].

---

[100] ALMAGRO GORBEA, M., op. cit.; ACUNA CASTROVIEJO, F. - *Excavaciones en el Castro de "O Neixon". Campaña de 1973,* in Noticiário Arqueológico Hispanico, Vol. 5, Madrid, 1976, pág. 325-330. CALO LOURIDO, Francisco - *A Cultura Castrexa*, in Historia de Galicia, 3, Edicións "A Nosa Terra", 1993; SILVA, Armando C. Ferreira da - *A Cultura Castreja*...pág. 33-41.

[101] ESTRABÃO - *Geografia*, III, 3, 5; PALLOTINO, M. - *Etruscologia*, Buenos Aires, 1965; RODÁN HERVÁS, José Manuel - *História de Roma*, Ediciones Universidad, Salamanca, 1995, pág. 43-51; MARTINELLI, Maurizio; PAOLUCCI, Giulio - *Lieux Étrusques*, Scala, Florence, 2006, pág.14.

[102] ESTRABÃO - *Geografia*, III, 3, 5.

[103] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit.

A Iª Idade do Ferro da Cultura Castreja está patente, entre outros povoados do Minho, no Coto da Pena (Viana do Castelo/Caminha), em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), na Citânia de Roriz/Oliveira (Barcelos), no Monte Facho de Abade de Neiva (Viana do Castelo), no Castelo de Faria (Barcelos), no Castro de São Lourenço (Esposende), na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e naturalmente na Cividade de Bagunte (Vila do Conde) e no castro de Alvarelhos (Trofa)[104].

Se quisermos aplicar a taxonomia de Carlos A. Ferreira de Almeida à Cultura Castreja[105] diríamos que o espaço cronológico anterior ao século V a.C., ou seja a Iª Idade do Ferro, é aquele em que predominam as estruturas habitacionais feitas à base de elementos vegetais misturados com barro. Encontramos restos destas habitações em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) e no Castelo de Faria (Barcelos), mas certamente que também as havia nos outros povoados, como é o caso de alguns castros galegos[106]. De qualquer modo o uso da pedra na diversidade das estruturas de um castro nunca foi uma escolha sincrónica. Por exemplo, no Coto da Pena (Viana do Castelo/Caminha), o uso da pedra está documentada no século IX a.C., a fazer fé no registo arqueológico que a associa a uma estrutura defensiva e a uma outra de uso habitacional[107]. Sabemos também que habitações em forma curvilínea e com cronologias entre os séculos VII e VI a.C. estão patentes no Castro de Torroso (Pontevedra)[108] e num outro castro galego, O Neixón[109].

---

[104] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de et alii - *Escavações Arqueológicas em Sto. Estevão da Facha*, Separata do Arquivo de Ponte de Lima, Vol. 3, Ponte de Lima, 1981; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Barcelos Norte do Cávado, Inventário Arqueológico*, Vol. I, in Barcelos Património, Vol. 5, Barcelos, 1997; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Barcelos Sul do Cávado, Inventário Arqueológico,* Vol. II, in Barcelos Património, Vol. 5, Barcelos, 1997; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, 2008; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Ana Paula - *Memórias Arqueológicas do Castro de São Lourenço*, Esposende, 2015.

[105] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Cultura Castreja. Evolução e Proiblemática*, in Arqueologia, Vol. 8, Porto, 1983, pág. 70

[106] Estão documentadas estruturas em materiais perecíveis nos castros galegos de Penalba, Castromao e A Lanzada. Cfr. SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit., pág. 36.

[107] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 34-35.

[108] PEÑA SANTO, A. - *Castro de Torroso, Mos, Pontevedra*, in Arqueoloxia - Memórias, Vol. 11, A Coruña, 1992

[109] CALO LOURIDO, F.; SIERRA RODRRÍGUEZ, X.C. - *As origens do castrexo no Bronce Final,* 1983, pág. 19-85.

Através do registo arqueológico disponível é possível afirmar-se que, ao longo da Iª Idade do Ferro (Fase I de Armando Coelho), que as populações indígenas que se acantonaram em locais defensáveis de média altitude, rodearam as suas habitações de muralhas em pedra e terra, ao mesmo tempo que as casas, maioritariamente em materiais perecíveis, passaram a incorporar pedra obtida por lascamento na sua composição. Os telhados, até ao começo da Romanização, esses continuaram a utilizar matéria-prima local como a giesta e as herbáceas de caules mais compridos e entre as quais estavam, necessariamente, as de trigo, nas suas várias espécies. Foi, portanto, ao longo de um espaçoso ciclo diacrónico (século X-IX/VI a.C.) que a pedra foi sendo incorporada na tipologia das habitações - por norma circulares, ou próximas disso - para se sistematizar ao longo da fase seguinte, ou seja, no período *La Tène.* Foi ao longo do período que Armando Coelho definiu como Fase II[110] que a pedra entrou em definitivo na "petrificação" da Cultura Castreja, não mais abandonando o velho Entre-Douro-e-Minho, pelo menos até à introdução do ciclo do cimento.

A matéria-prima era a pedra, o granito que abunda nesta região, salvo a pequena mancha onde o predomínio é do xisto. Nas muralhas usaram-se grandes blocos, uns *in situ*, outros para ali levados após terem sido cortados através do velho método de lascamento por meio de cunha de madeira e onde não há qualquer sinal de pico. Em qualquer dos casos as falhas eram colmatadas com terra, formando, a mesma, um amontoado na parte superior, sendo fácil a sua reparação, sempre que, por qualquer motivo, entrava em rutura[111]. A partir meados do I milénio a.C., as muralhas começaram a ser construídas com muros de faces, mais ou menos verticais, por vezes argamassadas e com o recheio preenchido com pedra miúda e terra. A sua altura variava com o sítio, se este precisava de um fosso na sua base exterior, enquanto a largura oscilava entre os 1,50m e os 2,80m.

As casas eram feitas com pedra relativamente miúda, sem qualquer tipo de preparação e ajuste com instrumentos de ferro, nomeadamente o pico. A solidez conseguia-se com aplicação de barro amassado. Só com o avançar da cronologia da Idade do Ferro, quando instrumentos de corte e de ajustamento, como picos, marretas, martelos e macetas começaram a vulgarizar-se, é que os pedreiros indígenas atingiram, nas palavras de Ferreira de Almeida, um *extraordinário labor*[112]. Sem a metalurgia do ferro, que permitiu trabalhar tão diligentemente a pedra, nunca a Cultura Castreja teria atingido o apogeu que teve a nível da arquitetura familiar e funcional, a qual está bem visível no chamado aparelho poligonal em muitos dos habitats desta região.

No interior do sistema defensivo, as casas foram construídas de acordo com os condicionalismos topográficos de cada sítio. Quando a coroa e as encostas eram demasiado

---

[110] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 41 e seguintes.

[111] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 27.

[112] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, op. cit.

inclinadas, os obreiros castrejos surribaram o terreno, cortaram a penedia excedente e com ela construíram muros de suporte de terras, enquanto a sobrante foi usada nas paredes das habitações e nos muros que as circundavam. Criaram-se assim patamares artificiais onde as diversas unidades familiares foram dispostas, sempre de forma a não impedir a circulação de pessoas e bens.

Até à conquista romana, as habitações dos castros distribuíram-se pelo interior do espaço amuralhado numa anarquia distributiva, mas bem controlada, tendo as casas de forma circular ou próxima disso, a porta orientada de modo a não impedir o acesso às que lhe estavam adjacentes.

A grande maioria dos habitats com espaços já escavados e com casas descobertas mostram que as diversas estruturas se organizavam em torno de espaços comuns, aproveitando ao máximo o pouco espaço disponível que, por norma, era empedrado e delimitados por muros. Foi com a aproximação à conquista romana (século II-I a.C.) que algumas alterações importantes aconteceram no interior dos povoados castrejos. Independentemente de terem adotado os modelos do urbanismo ortogonal mediterrânico, as casas foram dotadas de novos espaços complementares (*vestíbulos* ou *caranguejos*), introduziram o modelo oblongo e passaram a organizar-se em núcleos habitacionais (núcleos familiares) que se distribuem em torno de um espaço comum lajeado (*pátio central*) e estão separados dos demais por muros de divisão.

Nos castros, com espaços inter-muralhas topograficamente pouco desnivelados, os seus habitantes, por influência meridional, reorganizaram o interior dos seus habitats, passando a adotar, sempre que possível, o modelo das casas agrupadas por núcleos familiares dispostos ao longo de arruamentos de tipo ortogonal. Este modelo está bem patente na Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo), no Castro do Monte Mozinho (Penafiel), na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), na Cividade de Bagunte (Vila do Conde) e mais timidamente na Cividade de Terroso.

O modelo de habitação mais usual dos castros e também o mais antigo, é o circular, ou forma aproximada, independentemente de ter sido usado o granito, ou o xisto. Com a remodelação urbanísticas do câmbio da Era - arruamentos, núcleos familiares individualizados - outras formas apareceram como as casas de tipo oblongo. Estas eram parte integrante de um núcleo familiar e tinham como função servir de celeiro, de local de arrumos e de apoio às mais diversas atividades familiares.

Também na parte final da Idade do Ferro algumas das casas circulares dos castros foram remodeladas e acrescidas de um espaço em frente da porta que, devido à sua forma característica, foi batizada com o nome de caranguejo. A sua função era aumentar o espaço disponível da casa, colocando aí estruturas funcionais até aí inexistentes como o forno doméstico. Este era colocado num dos cantos do átrio para aproveitar a parede da construção, ou então junto de um muro de divisão de um núcleo familiar. Ao contrário dos atuais, eram totalmente construídos em pedra, não entrando na sua composição ainda os tijolos compactos que equipam os fornos mais recentes. Estes fornos estão patentes em castros com a Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo),

São Lourenço (Esposende), Santo Estêvão da Facha (ponte de Lima) e mais a norte em Santa Tecla (Galiza).

É comum defender-se que as casas dos castros, circulares, subcirculares e oblongas eram construídas em pedra, não picada, mas próximo da romanização já com sinais de corte e uso do pico de pedreiro, sempre desprovidas de argamassas exteriores de proteção. Todavia, na ponta final da Idade do Ferro uma boa parte das casas dos castros já eram interiormente rebocadas e caiadas, como o têm demonstrado as escavações arqueológicas realizadas em alguns dos castros do Minho. O mesmo também começou a acontecer com o tratamento das paredes exteriores das suas casas, pois há casos conhecidos de castros com casas com restos de argamassa a cobrir a pedra da face exterior.

Todas as casas, fossem elas de habitação ou de apoio familiar, tinham uma única porta de acesso. Quando a casa foi dotada de um vestíbulo, a porta ficou perfeitamente alinhada com a entrada daquele.

Por norma também sempre se defendeu que as casas dos castros não tinham janelas ou postigos, todavia a investigação mais recente tem vindo a demonstrar que havia casas com um postigo e que este se situava no polo oposto à porta. Há exemplos na cividade de Paderne (Melgaço) e no castro de São Lourenço (Esposende). A sua presença entende-se, porque havia necessidade de aumentar a luminosidade no interior do espaço familiar e também porque facilitava a circulação de ar e ajudava a expelir os fumos das lareiras que ardiam no seu interior.

As casas castrejas, sejam elas circulares, oblongas ou mesmo já quadradas (estas de influência romana), têm o pavimento feito à base de saibro muito bem calcado e endurecido, à base de calor. Por sua vez, os telhados das casas circulares castrejas são, por norma, cónicos. Foram feitos com palha, giestas e outros arbustos que houvesse nas imediações, sendo internamente sustentados por um poste central. Há bons exemplos nos castros da região como Bagunte (Vila do Conde), Alvarelhos (Trofa), São Paio de Labruge (Vila do Conde) e Terroso (Póvoa de Varzim).

A presença da administração romana trouxe consigo as primeiras formas de um urbanismo ainda incipiente, mas já funcional, o qual está bem visível em castros como a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Luzia (Viana do Castelo), Castro Mau (Orense) e Monte Mozinho (Penafiel), Terroso (Póvoa de Varzim) e Bagunte (Vila do Conde). Foi sob influência romana que apareceram os primeiros fornos de cozer pão no interior dos vestíbulos, ou num ângulo recatado do espaço familiar e que as habitações passaram a adotar modelos quadrados e retangulares, paredes internas e externas revestidas a argamassa e pintadas e que as coberturas passaram a privilegiar as telhas de tipo romano (*tegulae* e *imbrex*).

A vida familiar organizava-se em torno de um pátio central, por norma empedrado, para o qual se abriam os diversos compartimentos que constituíam a habitação de uma família e que os arqueólogos designam por núcleos familiares. As dimensões e o aparato técnico dependiam do

gosto e da riqueza do proprietário. Ora, esta realidade está, por exemplo, bem patente, na acrópole da Cividade de Bagunte, onde dois a três núcleos familiares demonstram que no interior de cada povoado havia ricos e pobres e pessoas política e socialmente influentes no seio de cada comunidade.

A cozinha castreja era muito simples. Cozinhava-se ao ar livre quando o clima o permitia, mas sempre no interior do núcleo familiar. Em dias climaticamente avessos a cozinha funcionava no interior de uma das habitações, estando a lareira situada, consoante os casos, no epicentro da casa, ou então junto de uma das paredes. A presença do fogo no interior da casa era sobretudo importante nos dias mais frios, porque aquecia o seu interior, local onde também dormiam os membros da família.

Os recipientes eram feitos de barro e era nas panelas e nos potes que se cozinhavam os alimentos. Havia panelas com asas interiores que eram suspensas sobre o fogo. Comiam a carne da caça e dos animais que pastoreavam, como a cabra e a ovelha. O pão mais tradicional era feito a partir da bolota, mas também havia trigo, milho miúdo, ervilhas, favas e hortaliças.

O castro é também uma povoação onde coabitam pessoas e seus bens. Alguns eram animais de pastoreio, como cabras e ovelhas e em menor escala os bovinos e os equídeos. Para estes estavam reservados, em alguns dos habitats, espaços próprios de recolha - na Citânia de Briteiros (Guimarães) há bons exemplos -, mas sendo em número diminuto eram levados para o interior de cada núcleo familiar, onde têm sido encontradas algumas pedras fusiformes, umas decoradas outras a rematar em cotovelo, que são classificadas como prisões de gado.

A reorganização residencial e urbanística dos castros a partir do século II a.C., que aconteceu entre as diversas etnias que habitavam este território - *Bracari, Limici, Leuni, Grovii, Naebisoci, Tamacani, Quarqueni, Nemetati, etc* - motivou igualmente uma hierarquização dos diversos povoados. Os mais importantes, designados por lugares centrais, tinham na sua órbita outros de menor dimensão. Por norma e conforme a investigação arqueológica o vem demonstrando tinha havido certo número de equipamentos sociais e símbolos políticos que os de menor dimensão não comportavam. Entre os primeiros estão os balneários, onde se realizavam rituais iniciáticos relacionados com o culto da água e certamente com a guerra, enquanto aos segundos se podem agregar os guerreiros e as casas e locais destinados a reuniões, sejam elas familiares, ou do povoado. No primeiro grupo incluem-se as casas dotadas de bancos interiores dispostos em redor da parede e no segundo os recintos ovalados que ocupam a parte mais alta da acrópole.

Os guerreiros galaicos estavam postados sobre a porta principal do castro e são a representação simbólica do chefe guerreiro. Na região do Minho Litoral conhecem-se quatro exemplares: o guerreiro de Cendufe (Arcos de Valdevez), o de Meixedo (Viana do Castelo), o de Roriz/Oliveira (Barcelos) e o de Sanfins (Paços de Ferreira). Genericamente, um guerreiro está

equipado com uma cota de malha em linho, capacete, escudo redondo, espada (falcata), punhal e polainas nos pés. Como símbolo de Chefe que é, traz ao pescoço um torque e nos braços vírias.

Os locais de reunião situavam-se no interior de cada povoado. Havia casas com bancos corridos, colocados em redor da parede interior das casas e locais públicos de reunião. No primeiro caso há castros com casas com bancos interiores distribuídos por núcleos, o que significa ser local de reunião familiar. Os locais públicos de reunião estão bem patentes na Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo) e no castro do Monte Mozinho (Penafiel). Pela sua localização, no topo da acrópole, eram sítios onde os moradores se reuniam para tomar decisões coletivas e para a realização de eventos importantes[113].

Considerados por alguns autores latinos como ateístas[114], as diversas etnias galaicas estavam longe de o ser, pois adoravam divindades relacionadas com a guerra, com os astros (sol e lua) e com as forças da natureza (montes, árvores, rios e fontes). A deusa *Nabia*[115] teve uma certa aceitação nesta região, do mesmo modo que os montes foram cultuados, como a Serra de Arga, através do deus *Tiauranceaicus* (Estorãos) e a serra do Larouco com o deus Laraucus[116]. A par destas, havia outras divindades, como *Bandua* (Beiriz*), Beiradiegus* (Sta Maria de Arnoso)*, Bormanicus (*Vizela*), Cosuneae (*Sanfins de Ferreira*), Corougia Vesuecus* (Minhotães*),* etc*.*

---

[113] Para estes e outros temas relacionados da Cultura Castreja da região da antiga Gallaecia meridional, Cfr: SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, 2008; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, ALMEIDA, Ana Paula - *Memórias Arqueológicas do Castro de São Lourenço*, Esposende, 2015; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Alguns Apontamentos sobre a Cividade de Bagunte - Vila do Conde,* in Portugália, Nova Série, Vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, 2015, pág. 49-62; MARQUES, Marta Sofia Alves de Miranda - *O povoamento litoral entre Cávado e o Lima: das origens às invasões árabes* doutoramento em Arqueologia, FLUP, 2013; GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda - S*ubtus Montis Terroso*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 2005; DINIS, António Pereira - *Ordenamento do Território do Baixo Ave no I Milénio A.C*., Tese de Mestrado, FLUP, 1993.

[114] ESTRABÃO, Geografia, III, 4,16.

[115] Está presente em algumas inscrições, como a de Fonte do Ídolo em Braga (Tongus Nabiagus) ou na toponímia de rios como Neiva e Neboinho: Cfr. BLÁZQUEZ MARTINEZ, J.M. - *Religiones primitivas de Hispania, Roma*, 1962; BERMEJO, J. C. - *Mitologia y mitos en la Hispania prerromana*, Madrid, 1986; SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição, pág. 457-458.

[116] SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição, pág. 461.

Olhando para os habitats da Idade do Ferro do atual concelho de Vila do Conde percebemos que a sua distribuição e localização em nada difere do que se passa no restante território da antiga *Gallaecia* meridional.

Os castros do concelho de Vila do Conde dividem-se em habitats de tipo tradional e em *castros agrícolas*. Os primeiros são os castros que foram implantados no topo dos montes, ou então em colinas isoladas que se evidenciam no meio da planura que é, em certa medida, a parte mais considerável do território Vilacondense. Os segundos são os castros *agrícolas* que ocuparam pequenas colinas nas bacias terminais de certos rios, como o Ave, o Cávado, o Lima e o Minho. Todos eles são povoados implantados na mancha agrícola, que têm uma diminuta população residente, que foram construídos entre o século I a.C. e o reinado de Augusto/Tibério e que estão dotados de um sistema defensivo bem peculiar. Este, num modelo bastante uniforme, alicerçava-se numa muralha de terra internamente sustentada por uma parede de pedra que circunda a periferia da coroa, seguida de um talude, no fundo do qual foi cavado um ou mais fossos. A terra dali extraída serviu para construir um pequeno parapeito que antecede o talude. O habitat que melhor encaixa nesta definição é, sem dúvida, o castro de Santagões (Bagunte), postado às cavaleiras do rio Ave.

Dos castros de tipo tradicional aqui recenseados, um está na berma do Oceano Atlântico (Castro de São Paio), enquanto os restantes ou estão sobre o rio Ave (Retorta e Ferreiró) e seu afluente, o rio Este (Castro de Casais - Arcos), ou então um pouco mais resguardados no interior, como é o caso do Castro Boi (Vairão) e em certa medida da Cividade de Bagunte. Este, aliás, é o único sítio que se pode classificar como um habitat de relevo, apesar dos seus 208m de altitude, pois está situado no topo de uma pequena serrania aplanada.

Se tomarmos o rio Ave como linha que divide o concelho em duas metades, diríamos que há uma certa uniformidade distributiva, na medida que cinco se situam na metade norte - Casais/Argifonso, Bagunte, Ferreiró, São João e Santagões - e os restantes na parte meridional: Retorta, Castro Boi e São Paio. Junto da linha divisória deste concelho com os seus vizinhos há ainda o castro de Argivai (Póvoa de Varzim), no sítio onde foi construído o complexo da AGROS e o castro de Alvarelhos (Trofa) no limite com a freguesia de Guilhabreu.

Em termos orográficos a Cividade de Bagunte representa o ponto mais elevado da metade norte do concelho, enquanto a sul é o Castro Boi (Vairão), com uma cota de 100m. Se olharmos para leste vemos montes com cotas mais elevadas, como o monte Marão, entre Fornelos e Guidões, mas onde não se conhecem povoados da Idade do Ferro e o monte de Santa Eufémia com 238m e o seu castro, só que pertence ao concelho da Trofa. Os restantes oscilam entre os 85m em Casais/Argifonso e os 18m da pequena colina onde estão os vestígios do pequeno castro de São Paio, em Labruge. Tais cotas, postas em confronto com a média concelhia, leva a admitir que não foi a altitude dos sítios que motivou a localização de cada povoado, antes outros vetores, como os recursos económicos e o controle estratégico da região. É com estes parâmetros que

podemos entender a localização do castro de São Paio (pesca, sal e navegação costeira), em certa medida o castro de São João de Vila do Conde (pesca, sal e navegação na foz do rio) e os castros Boi (Vairão) e de Retorta, estes ligados ao controle do território. O primeiro vigiava uma antiga via proto-histórica de penetração, que mais tarde se veio a chamar de *Via Veteris*, enquanto o segundo vigiava, em correlação ou não com o vizinho de Beiriz (Póvoa de Vazrim), uma travessia, também ela, pré-romana, no rio Ave, no sítio da Lagoa[117].

O castro de São Paio (Labruge)[118] está implantado numa pequena colina rochosa, tão sobranceira ao mar, que a água, independentemente da maré, está sempre presente na sua base poente. Está muito degradado[119], mas os vestígios ainda patentes, apontam para uma pequena aldeia concentrada, cujos moradores viviam dos recursos marinhos, nomeadamente, a pesca e o sal[120].

O sistema defensivo deste povoado é bem peculiar. Do lado do oceano é a penedia escarpada e a própria água que, praticamente, impedem a ascensão à zona habitacional[121], enquanto no lado oposto a defesa assentava num talude, na base do qual havia um fosso cuja profundidade e largura desconhecemos, por estar atulhado. Na pequena coroa estavam as casas dos habitantes, feitas em pedra, pelo menos uma delas com caranguejo e que tinham, por norma,

---

[117] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de -*Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2011; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

[118] O seu conhecimento já vem da década de sessenta do século passado. Cfr. LANHAS, Fernando - *Inventário de Objectos e Lugares com Interesse Histórico*, in Revista de Etnografia, Vol. XII, Porto, 1969, pág. 326.

[119] Para além da erosão marinha é preciso perceber também que ali foi construída uma capela dedicada a São Paio e durante muitos anos aquele local serviu de parque de estacionamento a quem demandava a praia vizinha.

[120] A curta distância, para norte, está o pequeno porto da pesca artesanal de Vila Chã e transposta a foz do rio Donda, para sul está um outro porto de pesca, este em Angeiras, vila de Lavra (Matosinhos), Cfr. DIAS, António de Azevedo -*Vila Chã e suas Origens*, Vila do Conde, 2009; RAMOS, António Francisco - *Lavra. Apontamentos para a sua Monografia*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943.

[121] Solução análoga existe no castro de Baroña na entrada da ria de Muros e Noia. Cfr. CALO LORIDO; SOEIRO, Teresa - *Castro de Baroña, Campanha de 1980-1984*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1986.

a forma circular. O espólio recolhido é basicamente castrejo, mas também se conhecem alguns fragmentos de *tegulae*[122].

Muitas semelhanças com este tinha o castro de São João (Vila do Conde). Foi também ele uma pequena aldeia de pescadores, o qual seria um pouco maior que o de Labruge, mas as obras que ali se fizeram desde a Idade Média e que estão na origem do mosteiro e cerca do Mosteiro de Santa Clara, bem como do mosteiro dos frades franciscanos (no presente Ordem Terceira de São Francisco) alteraram substancialmente o sítio[123]. Situado num morro isolado sobranceiro ao rio Ave e relativamente próximo da sua foz, estava numa situação privilegiada para defender a travessia do rio, controlar navegação que demandasse a barra do mesmo rio e beneficiar da exploração dos recursos agromarinhos, situados nas suas imediações. Em ambas as margens havia extensos sapais, com realce para o de Azurara[124], onde se estabeleceram salinas bem documentadas, pelo menos, nos alvores da nacionalidade[125].

Ambos os povoados não tiveram como vocação primeira a atividade agropecuária, embora o pudesse ter o de São Paio (Labruge), pois tinha, à sua ilharga nascente, bons solos agrícolas. Na parcela meridional do concelho esta vocação foi claramente assumida pelo Castro Boi (Vairão) construído no cimo de um pequeno monte que se destaca na orla de uma vasta campina onde nasceram, posteriormente, as freguesias de Árvore, Mindelo, Fajozes e parte de Vairão. Na sua base, mesmo antes da Romanização, corria uma estrada que se virá a chamar *Via Veteris*, a qual atravessava o rio Ave na Ponte de D. Zameiro que estava em construção no reinado de D. Afonso Henriques[126].

Á imagem dos acima referidos, também este era um pequeno povoado localizado num morro, onde posteriormente se viria a construir uma capela de invocação a Santo António, embora

---

[122] Este pequeno povoado foi objeto de duas intervenções arqueológicas que permitiram descobrir algumas casas circulares e ténues sinais de romanização.

[123] FERREIRA, Mons. J. Augusto Ferreira - *Vila do Conde e o seu Alfoz*, Porto, 1923; MIRANDA, Marta - Vila do Conde, Lisboa, 1998.

[124] Este já foi amputada com a localização recente dos estaleiros navais de Vila do Conde e com o seu aproveitamento para solos agrícolas.

[125] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média, i*n I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Instituto de História Moderna, FLUP, Porto, 2005, pág. 140- 170.

[126] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Vias medievais no Entre Douro e Minho*, FLUP, policopiado, 1968; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Via Veteris. Antiga Via Romana*? in Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III, Guimarães, 1980; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2011.

a presença de uma imagem de Santo Ovídio, por vezes distorça a sua designação. O habitat está muito destruído, mas foi um importante centro de referência notarial ao longo da Idade Média, pois não faltam documentos a mencionar a sua localização, como este diploma datado de 907: "*subtus civitas albarelios et castro de bove territorio bragarense et portugalense"*[127]*.* Os seus vestígios são ténues e encontram-se, sobretudo, na encosta voltada a poente e estendem-se praticamente até às imediações da Quinta do Alferes. É nesta encosta que se podem encontrar fragmentos cerâmicos, alguma pedra de construção de características castrejas e sinais de uma, ou mais, muralhas. No lado oposto este seria complementado com um, ou mais, fossos que estão no presente muito diluídos e disfarçados.

Sobranceiro ao rio Ave, sobre um pequeno morro, está o castro de Retorta. Na Idade Média, à sua sombra, nasceu a igreja dedicada a Santa Marinha, mas antes disso o castro controlou a passagem[128] e a navegação do rio e aproveitou as potencialidades agroflorestais da área envolvente. Hoje é um habitat bastante descaracterizado por uma exploração agrícola que ocupa uma parte dele, mas é fácil de perceber que foi um castro de média dimensão, cuja vivência ainda coincidiu com a Romanização plena deste território, a fazer fé nas cerâmicas e nos vidros aqui encontrados e que se encontram depositados no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães[129].

Na margem norte do rio Ave e muito próximo dele está o castro de São João (Vila do Conde), que já referimos e ainda o castro de Ferreiró e o castro de Santagões (Bagunte).

O castro de Santagões, pela sua tipologia é, o único que verdadeiramente podemos enquadrar no grupo dos "castros agrícolas". Situado no meio de uma mancha de eucaliptal e muito próximo ao rio, tem uma cota muito baixa face aos terrenos adjacentes, sobretudo os agrícolas que se estendem para Norte, espaço onde viria a assentar a antiga paróquia de Santagões, de invocação a São Miguel, hoje lugar integrante da freguesia de Bagunte[130]. Do povoado pouco sabemos, salvo que se trata de um habitat de pequenas dimensões, que assentava o seu sistema defensivo num talude na base do qual terá sido aberto um ou mais fossos, exceto a sul, porque aí era o próprio rio que funcionava como obstáculo que não era fácil de transpor. A atividade básica dos moradores era a agricultura, mas podiam complementar as suas necessidades com peixe do rio e os frutos que a floresta fornecia, nomeadamente a bolota que abundava na floresta primitiva desta região.

---

[127] PMH, DC, doc. 14.

[128] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

[129] ALARCÃO, J.; Adília - *Vidros Romanos do Museu de "Martins Sarmento*" in Revista de Guimarães, Vol. LXXIII, Guimarães, 1963.

[130] FERREIRA, José - *Páginas da História de Bagunte*, II, Bagunte, 2016.

Com laivos de *castro agrícola* parece, à partida, também ser o castro de Ferreiró, mas analisando bem o seu espaço de implantação e sobretudo a tipologia das suas estruturas - das que ainda restam - achamos que encaixa melhor numa classificação de habitat castrejo do tipo tradicional. Para esta mudança de classificação contou, o que ainda se consegue ver do seu sistema defensivo e sobretudo a mole granítica em que o povoado assenta[131]. No que toca ao sistema defensivo, é óbvio que aquele que ainda subsiste consta de um talude na base do qual funcionava um ou mais fossos, mas os habitats de cronologia mais antiga, podiam combinar perfeitamente mais que um modelo.

É óbvio que os moradores deste castro viviam da exploração agroflorestal, pois, logo na sua base norte há excelentes terrenos agrícolas. Foi, aliás, neste espaço que nasceu a parte mais antiga da freguesia e onde se construiu a igreja dedicada a Santa Marinha.

Abstraindo-nos do castro de Casais (Arcos) e em certa medida do castro/castelo de Argifonso (Arcos), resta-nos o grande povoado deste concelho e também da *Gallaecia* meridional, que é conhecida desde antanho por cividade de Bagunte. O primeiro porque está muito descaracterizado, embora junto do rio Este. O segundo, porque está na órbita da cividade de Bagunte e é difícil de ajuizar se foi na realidade um castro ou antes uma estrutura diferente, embora ali tenha sido encontrado cerâmica castreja e *tegulae.*

O castro de Argifonso está localizado no outeiro conhecido por *Caramouchos* e por *Alto dos Castelos,* numa cota que ronda os 120m de altitude. Está situado a nordeste da cividade de Bagunte, a meio caminho entre esta e o castro de Casais, numa situação geográfica que lhe permite dominar o vale do rio Este e de comunicar, visualmente, com uma série de povoados localizados mais para poente e para norte.

A ajuizar por algumas cerâmicas da Idade do Ferro aqui encontradas este pequeno outeiro teve uma ocupação, cujas dimensões e estruturas desconhecemos em absoluto, mas não tanto a sua cronologia já que, juntamente com as cerâmicas típicas de um castro da ponta final da Cultura Castreja, também há fragmentos de *tegulae*, ou seja, também estão ali, presentes, sintomas de romanização.

Independentemente de ter sido um pequeno povoado da Idade do Ferro, possivelmente subsidiário da cividade de Bagunte, tal como o de Casais, este pequeno outeiro foi usado no período da Reconquista como castelo roqueiro. Em prol desta afirmação estão os penedos que ainda subsistem no local, sítio assaz destruído por uma florestação recente e sobretudo as referências documentais que a ele se referem. O mais antigo, que data de 985, vem mencionado como castro - *in loco predictu fiqueirola suptos castro argefonsi discurrentis ribulus ave*[132] - num

---

[131] A base geológica deste sítio motivou a exploração de granito em boa parte do perímetro do castro, facto que originou a destruição de uma boa parte das estaruturas.

[132] PMH, DC, doc. cl.

documento que pertenceu ao mosteiro de Moreira (Maia). Interessante é o facto do sítio documentado como *fiqueirola* corresponder atualmente a Figueiró de Cimo ou de Baixo, uma extensa área de cultivo, situado nas cercanias do rio Ave e de Carcavelos topónimo que indicia uma zona de prédios rústicos delimitados possivelmente por um valado, embora haja quem veja neste uma reminiscência céltica e até árabe[133].

Esta área de produção agrícola encontra-se precisamente no vale oposto àquele onde se encontra o outeiro do castro de Argifonso e a relação visual entre os dois sítios é inexistente, pelo facto de haver, de permeio, o monte onde está a cividade de Bagunte. Concordantes com a opinião de Carlos A. Ferreira de Almeida, este pequeno outeiro, onde houve um castro, foi tomado como referencial documental, a partir do momento em que no seio das suas penedias foi estruturado um castelo roqueiro nos tempos da Reconquista[134].

Deste castelo roqueiro não conhecemos, nada mais que as referências documentais. Não passou, certamente, de um local de refúgio, mais ou menos permanente, nos períodos mais conturbados da Reconquista desta região. Dele, subsistem algumas fragas e talvez algumas cerâmicas, caso seja possível vislumbrar entre o mato e a densa vegetação que quase sempre cobre o local. Talvez, também lhe pertença um vislumbre de muralha que se percebe no meio do matagal[135].

A cividade de Bagunte é a mais divulgada estação arqueológica do concelho de Vila do Conde. Está localizada num monte com ótima visibilidade para os territórios situados a norte e a sul do rio Ave, mereceu, já ponta final do século XIX o interesse de arqueólogos como Ricardo Severo e Martins Sarmento e na década de 40 da centúria seguinte de F. Russel Cortez. Sobretudo este, realizou ali algumas campanhas de escavações que puseram a descoberto um misto de construções castrejas e romanas, distribuídas por espaços ortogonais que têm já a chancela da influência romana na região. A reorganização urbana do povoado aconteceu ao longo do século I, mas há arruamentos ladeados de estruturas que são mais tardias, possivelmente do século IV e cuja função estaria relacionada com atividades comerciais.

O povoado tem uma grande extensão e estende-se por uma série de hectares. Visíveis são algumas das estruturas de pedra que faziam parte do seu sistema defensivo. Algumas destas

---

[133] FERNANDES; A. de Almeida - *Toponímia de Ponte de Lima - Estudo Toponímico II,* Ponte de Lima, 2001, pág. 58-59.

[134] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Castelogia Medieval de Entre-Douro-e-MInho,* policopiado, FLUP, Porto, 1978, pág.a 26-27.

[135] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Castelogia Medieval de Entre Douro e Minho*, policopiado, FLUP, 1978; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro, Brochado de - *Alguns apontamentos sobre a Cividade de Bagunte*, in Portugália, N/S, Vol. XXXVI, Porto, 2015, pág. 49-62.

muralhas, construídas em pedra, têm na sua base exterior um fosso e no interior, sobretudo na acrópole, há uma série de núcleos habitacionais, alguns de muito boa qualidade estética os quais explicam a pujança arquitetónica ali patente.

No espólio recolhido e conservado merece destaque o conjunto de cinco torques de prata e um razoável número de fragmentos cerâmicos de origem indígena (castreja) e romana[136].

4 - Idade do Ferro

Entre os investigadores atuais é relativamente pacífico aceitar-se que que foi nos alvores do I milénio a.C. que nasceu aquela que tem sido a Cultura mais mediática da antiga *Gallecia,* território que hoje se reparte, maioritariamente, pela Galiza (Espanha) e pelo Entre-Douro-e-Minho (Portugal).

Para muitos investigadores o Bronze Final do Noroeste Peninsular estendeu a sua cronologia para os primeiros séculos do I milénio a.C., provavelmente, porque, no quadro peninsular, esta região tinha sido uma das mais dinâmicas do ponto de vista metalúrgico, por força dos seus recursos naturais, nomeadamente o estanho. Em defesa desta teoria vem o valioso depósito de fundidor do castro de Baiões, em Viseu[137], os achados do castro do Coto da Pena, em Caminha[138] e de São Julião, em Vila Verde[139], os quais, de um modo geral, podem inserir-se entre a fase III e a V de M. Almagro Gorbea, isto é, um período cronológico que medeia entre 900 e 600 a.C.[140]. Será, pois, no seio de uma metalurgia desenvolvida do Bronze, onde pontificam os típicos machados de talão com anéis duplos, onde ainda estão patentes os cones e as rebarbas da fundição, os machados de alvado, os machados planos tipo Bujões/Barcelos e os punhais de antenas, cujos esconderijos têm sido encontrados, com frequência, na Galiza, Astúrias e Norte de

---

[136] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro, Brochado de - *Alguns apontamentos sobre a Cividade de Bagunte*, in Portugália, N/S, Vol. XXXVI, Porto, 2015, pág. 49-62.

[137] SILVA, Armando C. Ferreira da et alii - *Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões - S. Pedro do Sul - Viseu),* in Lucerna, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1984, pág. 73-95.

[138] SILVA, Armando C. Ferreira da - *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 1ª edição, Paços de Ferreira, 1986, pág. 34.

[139] MARTINS, Manuela - O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Médio Cávado, Braga, 1990, pág. 108-109.

[140] ALMAGRO GORBEA, M. - *Bronce Final e Edad del Hierro. La Formación de las Etnias e Culturas Prerromanas*, in História de España, 1, Prehistoria, Editorial Gredos, Madrid, 1986, pág. 341-552.

Portugal[141], que se devem procurar as origens da Cultura Castreja e, também, o começo da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular.

Esta Cultura, como o reconheceu Almagro Gorbea, começou por sentir sérias dificuldades de afirmação face à raridade de artefactos de ferro, em contraste com os de bronze, encontrados nas diversas estações arqueológicas desta região com níveis de ocupação do Bronze Final[142]. É, portanto, perfeitamente legítimo aceitar-se que a Idade do Ferro do Noroeste Peninsular começou a ganhar corpo a partir do século IX a.C. e se muitas transformações ocorridas nesta área têm carácter endógeno, outras estarão relacionadas com as movimentações dos Túrdulos e Célticos referidos por Estrabão. A fazer fé neste autor, já na ponta final da Iª Idade do Ferro, a parte meridional da Ibéria foi sujeita a uma série de convulsões político-militares derivadas da batalha de Alália (540-535 aC), que opôs gregos focenses a etrusco e púnicos. Esta realidade viria a causar sérias perturbações nas populações que ocupavam esta parte da Península Ibérica. Desta confrontação, foi Cartago quem tirou mais benefícios de tais rivalidades, já que ocupou largas faixas do sul da península, pelo menos até ao momento da conquista romana, que começou por volta de 218 a.C.[143]. Tais movimentações, que atingiram o Noroeste e estarão na base da lenda do rio Lethes - "*nas redondezas se acham também os keltikoi, parentes dos habitam sobre o Anas (Guadiana). Estes empreenderam com os Túrdulos uma campanha e dizem que passado o rio Lima desertaram; e como depois da deserção tivesse ocorrido a morte de seu chefe, permaneceram por ali dispersos, que fez que a este rio se lhe chamasse também Lehes.*" [144] - terão originado um reordenamento do território e valorizado os sistemas defensivos, em conexão com o local de implantação, fosse ele um esporão, uma colina isolada sobranceira a uma linha de água, ou junto às tradicionais vias de comunicação, às cavaleiras das travessia de cursos de água

---

[141] MONTEAGUDO, Luis - *Dieb Beile auf der Iberischen Halbinsel*, Munchen-Beck, 1977; VILAÇA, Raquel - *Depósitos de Bronze do Território Português*, in O Arqueólogo Português, Série IV, Vol. 24, Lisboa, 2000, pág. 9-150; VILAÇA, Raquel- *Depósitos de Bronze do Território Português, Um debate em aberto*, Conimbriga, Anexos 5, Universidade de Coimbra, 2007.

[142] ALMAGRO GORBEA, M., op. cit.; ACUNA CASTROVIEJO, F. - *Excavaciones en el Castro de "O Neixon". Campaña de 1973*, in Noticiário Arqueológico Hispanico, Vol. 5, Madrid, 1976, pág. 325-330. CALO LOURIDO, Francisco - *A Cultura Castrexa*, in Historia de Galicia, 3, Edicións "A Nosa Terra", 1993; SILVA, Armando C. Ferreira da - *A Cultura Castreja*, pág. 33-41.

[143] ESTRABÃO - *Geografia*, III, 3, 5; PALLOTINO, M. - *Etruscologia*, Buenos Aires, 1965; RODÁN HERVÁS, José Manuel - *História de Roma*, Ediciones Universidad, Salamanca, 1995, pág. 43-51; MARTINELLI, Maurizio; PAOLUCCI, Giulio - *Lieux Étrusques*, Scala, Florence, 2006, pág.14.

[144] ESTRABÃO - *Geografia*, III, 3, 5.

e portelas que permitem a transposição de vales. Foi igualmente na passagem da Idade do Bronze para a Iª Idade do Ferro que as populações abandonaram os seus habitats de planície e começaram a concentrar-se em pontos estratégicos de altura, - a Quinta dos Cavaleiros é um bom exemplo - onde havia meios naturais de defesa e onde os não havia ou estes eram deficientes, foram os próprios moradores que colmataram as lacunas existentes, situação que se poderia tornar catastrófica numa altura em que aumentava a instabilidade social[145].

A Iª Idade do Ferro da Cultura Castreja está patente, entre outros povoados do Minho, no Coto da Pena (Viana do Castelo/Caminha), em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), na Citânia de Roriz/Oliveira (Barcelos), no Monte Facho de Abade de Neiva (Viana do Castelo), no Castelo de Faria (Barcelos), no Castro de São Lourenço (Esposende), na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) e naturalmente na Cividade de Bagunte (Vila do Conde) e no castro de Alvarelhos (Trofa)[146].

Se quisermos aplicar a taxonomia de Carlos A. Ferreira de Almeida à Cultura Castreja[147] diríamos que o espaço cronológico anterior ao século V a.C., ou seja a Iª Idade do Ferro, é aquele em que predominam as estruturas habitacionais feitas à base de elementos vegetais misturados com barro. Encontramos restos destas habitações em Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) e no Castelo de Faria (Barcelos), mas certamente que também as havia nos outros povoados, como é o caso de alguns castros galegos[148]. De qualquer modo o uso da pedra na diversidade das estruturas de um castro nunca foi uma escolha sincrónica. Por exemplo, no Coto da Pena (Viana do Castelo/Caminha), o uso da pedra está documentada no século IX a.C., a fazer fé no registo arqueológico que a associa a uma estrutura defensiva e a uma outra de uso habitacional[149]. Sabemos também que habitações em forma curvilínea e com cronologias entre os séculos VII e

---

[145] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit.

[146] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de et alii - *Escavações Arqueológicas em Sto. Estevão da Facha*, Separata do Arquivo de Ponte de Lima, Vol. 3, Ponte de Lima, 1981; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Barcelos Norte do Cávado, Inventário Arqueológico*, Vol. I, in Barcelos Património, Vol. 5, Barcelos, 1997; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Barcelos Sul do Cávado, Inventário Arqueológico,* Vol. II, in Barcelos Património, Vol. 5, Barcelos, 1997; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, 2008; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Ana Paula - *Memórias Arqueológicas do Castro de São Lourenço*, Esposende, 2015.

[147] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Cultura Castreja. Evolução e Problemática*, in Arqueologia, Vol. 8, Porto, 1983, pág. 70.

[148] Estão documentadas estruturas em materiais perecíveis nos castros galegos de Penalba, Castromao e A Lanzada. Cfr. SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 36.

[149] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 34-35.

VI a.C. estão patentes no Castro de Torroso (Pontevedra)[150] e num outro castro galego, O Neixón[151].

Através do registo arqueológico disponível é possível afirmar-se que, ao longo da Iª Idade do Ferro (Fase I de Armando Coelho), que as populações indígenas que se acantonaram em locais defensáveis de média altitude, rodearam as suas habitações de muralhas em pedra e terra, ao mesmo tempo que as casas, maioritariamente em materiais perecíveis, passaram a incorporar pedra obtida por lascamento na sua composição. Os telhados, até ao começo da Romanização, esses continuaram a utilizar matéria-prima local como a giesta e as herbáceas de caules mais compridos e entre as quais estavam, necessariamente, as de trigo, nas suas várias espécies. Foi, portanto, ao longo de um espaçoso ciclo diacrónico (século X-IX/VI a.C.) que a pedra foi sendo incorporada na tipologia das habitações - por norma circulares, ou próximas disso - para se sistematizar ao longo da fase seguinte, ou seja, no período *La Tène.* Foi ao longo do período que Armando Coelho definiu como Fase II[152] que a pedra entrou em definitivo na "petrificação" da Cultura Castreja, não mais abandonando o velho Entre-Douro-e-Minho, pelo menos até à introdução do ciclo do cimento.

A matéria-prima era a pedra, o granito que abunda nesta região, salvo a pequena mancha onde o predomínio é do xisto. Nas muralhas usaram-se grandes blocos, uns *in situ*, outros para ali levados após terem sido cortados através do velho método de lascamento por meio de cunha de madeira e onde não há qualquer sinal de pico. Em qualquer dos casos as falhas eram colmatadas com terra, formando, a mesma, um amontoado na parte superior, sendo fácil a sua reparação, sempre que, por qualquer motivo, entrava em rutura[153]. A partir meados do I milénio a.C., as muralhas começaram a ser construídas com muros de faces, mais ou menos verticais, por vezes argamassadas e com o recheio preenchido com pedra miúda e terra. A sua altura variava com o sítio, se este precisava de um fosso na sua base exterior, enquanto a largura oscilava entre os 1,50m e os 2,80m.

As casas eram feitas com pedra relativamente miúda, sem qualquer tipo de preparação e ajuste com instrumentos de ferro, nomeadamente o pico. A solidez conseguia-se com aplicação de barro amassado. Só com o avançar da cronologia da Idade do Ferro, quando instrumentos de corte e de ajustamento, como picos, marretas, martelos e macetas começaram a vulgarizar-se, é que os pedreiros indígenas atingiram, nas palavras de Ferreira de Almeida, um *extraordinário*

---

[150] PEÑA SANTO, A. - *Castro de Torroso, Mos, Pontevedra*, in Arqueoloxia - Memórias, Vol. 11, A Coruña, 1992.

[151] CALO LOURIDO, F.; SIERRA RODRRÍGUEZ, X.C. - *As origens do castrexo no Bronce Final,* 1983, pág. 19-85.

[152] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 41 e seguintes.

[153] SILVA, Armando C. Ferreira da, op. cit. pág. 27.

labor[154]. Sem a metalurgia do ferro, que permitiu trabalhar tão diligentemente a pedra, nunca a Cultura Castreja teria atingido o apogeu que teve a nível da arquitetura familiar e funcional, a qual está bem visível no chamado aparelho poligonal em muitos dos habitats desta região.

No interior do sistema defensivo, as casas foram construídas de acordo com os condicionalismos topográficos de cada sítio. Quando a coroa e as encostas eram demasiado inclinadas, os obreiros castrejos surribaram o terreno, cortaram a penedia excedente e com ela construíram muros de suporte de terras, enquanto a sobrante foi usada nas paredes das habitações e nos muros que as circundavam. Criaram-se assim patamares artificiais onde as diversas unidades familiares foram dispostas, sempre de forma a não impedir a circulação de pessoas e bens.

Até à conquista romana, as habitações dos castros distribuíram-se pelo interior do espaço amuralhado numa anarquia distributiva, mas bem controlada, tendo as casas de forma circular ou próxima disso, a porta orientada de modo a não impedir o acesso às que lhe estavam adjacentes.

A grande maioria dos habitats com espaços já escavados e com casas descobertas mostram que as diversas estruturas se organizavam em torno de espaços comuns, aproveitando ao máximo o pouco espaço disponível que, por norma, era empedrado e delimitados por muros. Foi com a aproximação à conquista romana (século II-I a.C.) que algumas alterações importantes aconteceram no interior dos povoados castrejos. Independentemente de terem adotado os modelos do urbanismo ortogonal mediterrânico, as casas foram dotadas de novos espaços complementares (*vestíbulos* ou *caranguejos*), introduziram o modelo oblongo e passaram a organizar-se em núcleos habitacionais (núcleos familiares) que se distribuem em torno de um espaço comum lajeado (*pátio central*) e estão separados dos demais por muros de divisão.

Nos castros, com espaços inter-muralhas topograficamente pouco desnivelados, os seus habitantes, por influência meridional, reorganizaram o interior dos seus habitats, passando a adotar, sempre que possível, o modelo das casas agrupadas por núcleos familiares dispostos ao longo de arruamentos de tipo ortogonal. Este modelo está bem patente na Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo), no Castro do Monte Mozinho (Penafiel), na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), na Cividade de Bagunte (Vila do Conde) e mais timidamente na Cividade de Terroso.

O modelo de habitação mais usual dos castros e também o mais antigo, é o circular, ou forma aproximada, independentemente de ter sido usado o granito, ou o xisto. Com a remodelação urbanísticas do câmbio da Era - arruamentos, núcleos familiares individualizados - outras formas apareceram como as casas de tipo oblongo. Estas eram parte integrante de um núcleo familiar e tinham como função servir de celeiro, de local de arrumos e de apoio às mais diversas atividades familiares.

---

[154] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, op. cit.

Também na parte final da Idade do Ferro algumas das casas circulares dos castros foram remodeladas e acrescidas de um espaço em frente da porta que, devido à sua forma característica, foi batizada com o nome de caranguejo. A sua função era aumentar o espaço disponível da casa, colocando aí estruturas funcionais até aí inexistentes como o forno doméstico. Este era colocado num dos cantos do átrio para aproveitar a parede da construção, ou então junto de um muro de divisão de um núcleo familiar. Ao contrário dos atuais, eram totalmente construídos em pedra, não entrando na sua composição ainda os tijolos compactos que equipam os fornos mais recentes. Estes fornos estão patentes em castros com a Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo), São Lourenço (Esposende), Santo Estêvão da Facha (ponte de Lima) e mais a norte em Santa Tecla (Galiza).

É comum defender-se que as casas dos castros, circulares, subcirculares e oblongas eram construídas em pedra, não picada, mas próximo da romanização já com sinais de corte e uso do pico de pedreiro, sempre desprovidas de argamassas exteriores de proteção. Todavia, na ponta final da Idade do Ferro uma boa parte das casas dos castros já eram interiormente rebocadas e caiadas, como o têm demonstrado as escavações arqueológicas realizadas em alguns dos castros do Minho. O mesmo também começou a acontecer com o tratamento das paredes exteriores das suas casas, pois há casos conhecidos de castros com casas com restos de argamassa a cobrir a pedra da face exterior.

Todas as casas, fossem elas de habitação ou de apoio familiar, tinham uma única porta de acesso. Quando a casa foi dotada de um vestíbulo, a porta ficou perfeitamente alinhada com a entrada daquele.

Por norma também sempre se defendeu que as casas dos castros não tinham janelas ou postigos, todavia a investigação mais recente tem vindo a demonstrar que havia casas com um postigo e que este se situava no polo oposto à porta. Há exemplos na cividade de Paderne (Melgaço) e no castro de São Lourenço (Esposende). A sua presença entende-se, porque havia necessidade de aumentar a luminosidade no interior do espaço familiar e também porque facilitava a circulação de ar e ajudava a expelir os fumos das lareiras que ardiam no seu interior.

As casas castrejas, sejam elas circulares, oblongas ou mesmo já quadradas (estas de influência romana), têm o pavimento feito à base de saibro muito bem calcado e endurecido, à base de calor. Por sua vez, os telhados das casas circulares castrejas são, por norma, cónicos. Foram feitos com palha, giestas e outros arbustos que houvesse nas imediações, sendo internamente sustentados por um poste central. Há bons exemplos nos castros da região como Bagunte (Vila do Conde), Alvarelhos (Trofa), São Paio de Labruge (Vila do Conde) e Terroso (Póvoa de Varzim).

A presença da administração romana trouxe consigo as primeiras formas de um urbanismo ainda incipiente, mas já funcional, o qual está bem visível em castros como a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Luzia (Viana do Castelo), Castro Mau (Orense) e Monte

Mozinho (Penafiel), Terroso (Póvoa de Varzim) e Bagunte (Vila do Conde). Foi sob influência romana que apareceram os primeiros fornos de cozer pão no interior dos vestíbulos, ou num ângulo recatado do espaço familiar e que as habitações passaram a adotar modelos quadrados e retangulares, paredes internas e externas revestidas a argamassa e pintadas e que as coberturas passaram a privilegiar as telhas de tipo romano (*tegulae* e *imbrex*).

A vida familiar organizava-se em torno de um pátio central, por norma empedrado, para o qual se abriam os diversos compartimentos que constituíam a habitação de uma família e que os arqueólogos designam por núcleos familiares. As dimensões e o aparato técnico dependiam do gosto e da riqueza do proprietário. Ora, esta realidade está, por exemplo, bem patente, na acrópole da Cividade de Bagunte, onde dois a três núcleos familiares demonstram que no interior de cada povoado havia ricos e pobres e pessoas política e socialmente influentes no seio de cada comunidade.

A cozinha castreja era muito simples. Cozinhava-se ao ar livre quando o clima o permitia, mas sempre no interior do núcleo familiar. Em dias climaticamente avessos a cozinha funcionava no interior de uma das habitações, estando a lareira situada, consoante os casos, no epicentro da casa, ou então junto de uma das paredes. A presença do fogo no interior da casa era sobretudo importante nos dias mais frios, porque aquecia o seu interior, local onde também dormiam os membros da família.

Os recipientes eram feitos de barro e era nas panelas e nos potes que se cozinhavam os alimentos. Havia panelas com asas interiores que eram suspensas sobre o fogo. Comiam a carne da caça e dos animais que pastoreavam, como a cabra e a ovelha. O pão mais tradicional era feito a partir da bolota, mas também havia trigo, milho miúdo, ervilhas, favas e hortaliças.

O castro é também uma povoação onde coabitam pessoas e seus bens. Alguns eram animais de pastoreio, como cabras e ovelhas e em menor escala os bovinos e os equídeos. Para estes estavam reservados, em alguns dos habitats, espaços próprios de recolha - na Citânia de Briteiros (Guimarães) há bons exemplos -, mas sendo em número diminuto eram levados para o interior de cada núcleo familiar, onde têm sido encontradas algumas pedras fusiformes, umas decoradas outras a rematar em cotovelo, que são classificadas como prisões de gado.

A reorganização residencial e urbanística dos castros a partir do século II a.C., que aconteceu entre as diversas etnias que habitavam este território - *Bracari, Limici, Leuni, Grovii, Naebisoci, Tamacani, Quarqueni, Nemetati, etc* - motivou igualmente uma hierarquização dos diversos povoados. Os mais importantes, designados por lugares centrais, tinham na sua órbita outros de menor dimensão. Por norma e conforme a investigação arqueológica o vem demonstrando tinha havido certo número de equipamentos sociais e símbolos políticos que os de menor dimensão não comportavam. Entre os primeiros estão os balneários, onde se realizavam rituais iniciáticos relacionados com o culto da água e certamente com a guerra, enquanto aos segundos se podem agregar os guerreiros e as casas e locais destinados a reuniões, sejam elas

familiares, ou do povoado. No primeiro grupo incluem-se as casas dotadas de bancos interiores dispostos em redor da parede e no segundo os recintos ovalados que ocupam a parte mais alta da acrópole.

Os guerreiros galaicos estavam postados sobre a porta principal do castro e são a representação simbólica do chefe guerreiro. Na região do Minho Litoral conhecem-se quatro exemplares: o guerreiro de Cendufe (Arcos de Valdevez), o de Meixedo (Viana do Castelo), o de Roriz/Oliveira (Barcelos) e o de Sanfins (Paços de Ferreira). Genericamente, um guerreiro está equipado com uma cota de malha em linho, capacete, escudo redondo, espada (falcata), punhal e polainas nos pés. Como símbolo de Chefe que é, traz ao pescoço um torque e nos braços vírias.

Os locais de reunião situavam-se no interior de cada povoado. Havia casas com bancos corridos, colocados em redor da parede interior das casas e locais públicos de reunião. No primeiro caso há castros com casas com bancos interiores distribuídos por núcleos, o que significa ser local de reunião familiar. Os locais públicos de reunião estão bem patentes na Cidade Velha de Santa Luzia (Viana do Castelo) e no castro do Monte Mozinho (Penafiel). Pela sua localização, no topo da acrópole, eram sítios onde os moradores se reuniam para tomar decisões coletivas e para a realização de eventos importantes[155].

Considerados por alguns autores latinos como ateístas[156], as diversas etnias galaicas estavam longe de o ser, pois adoravam divindades relacionadas com a guerra, com os astros (sol e lua) e com as forças da natureza (montes, árvores, rios e fontes). A deusa *Nabia*[157] teve uma

---

[155] Para estes e outros temas relacionados da Cultura Castreja da região da antiga Gallaecia meridional, Cfr: SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, 2008; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, ALMEIDA, Ana Paula - *Memórias Arqueológicas do Castro de São Lourenço*, Esposende, 2015; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Alguns Apontamentos sobre a Cividade de Bagunte - Vila do Conde,* in Portugália, Nova Série, Vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, 2015, pág. 49-62; MARQUES, Marta Sofia Alves de Miranda - *O povoamento litoral entre Cávado e o Lima: das origens às invasões árabes* doutoramento em Arqueologia, FLUP, 2013; GOMES, José Manuel Flores; CARNEIRO, Deolinda - S*ubtus Montis Terroso*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 2005; DINIS, António Pereira - *Ordenamento do Território do Baixo Ave no I Milénio A.C*., Tese de Mestrado, FLUP, 1993.

[156] ESTRABÃO, Geografia, III, 4,16.

[157] Está presente em algumas inscrições, como a de Fonte do Ídolo em Braga (Tongus Nabiagus) ou na toponímia de rios como Neiva e Neboinho: Cfr. BLÁZQUEZ MARTINEZ, J.M. - *Religiones primitivas de Hispania, Roma*, 1962; BERMEJO, J. C. - *Mitologia y mitos en la Hispania prerromana*, Madrid, 1986; SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição, pág. 457-458.

certa aceitação nesta região, do mesmo modo que os montes foram cultuados, como a Serra de Arga, através do deus *Tiauranceaicus* (Estorãos) e a serra do Larouco com o deus Laraucus[158]. A par destas, havia outras divindades, como *Bandua* (Beiriz*), Beiradiegus* (Sta Maria de Arnoso)*, Bormanicus (*Vizela*), Cosuneae (*Sanfins de Ferreira*), Corougia Vesuecus* (Minhotães*),* etc*.*

Olhando para os habitats da Idade do Ferro do atual concelho de Vila do Conde percebemos que a sua distribuição e localização em nada difere do que se passa no restante território da antiga *Gallaecia* meridional.

Os castros do concelho de Vila do Conde dividem-se em habitats de tipo tradicional e em *castros agrícolas*. Os primeiros são os castros que foram implantados no topo dos montes, ou então em colinas isoladas que se evidenciam no meio da planura que é, em certa medida, a parte mais considerável do território Vilacondense. Os segundos são os castros *agrícolas* que ocuparam pequenas colinas nas bacias terminais de certos rios, como o Ave, o Cávado, o Lima e o Minho. Todos eles são povoados implantados na mancha agrícola, que têm uma diminuta população residente, que foram construídos entre o século I a.C. e o reinado de Augusto/Tibério e que estão dotados de um sistema defensivo bem peculiar. Este, num modelo bastante uniforme, alicerçava-se numa muralha de terra internamente sustentada por uma parede de pedra que circunda a periferia da coroa, seguida de um talude, no fundo do qual foi cavado um ou mais fossos. A terra dali extraída serviu para construir um pequeno parapeito que antecede o talude. O habitat que melhor encaixa nesta definição é, sem dúvida, o castro de Santagões (Bagunte), postado às cavaleiras do rio Ave.

Dos castros de tipo tradicional aqui recenseados, um está na berma do Oceano Atlântico (Castro de São Paio), enquanto os restantes ou estão sobre o rio Ave (Retorta e Ferreiró) e seu afluente, o rio Este (Castro de Casais - Arcos), ou então um pouco mais resguardados no interior, como é o caso do Castro Boi (Vairão) e em certa medida da Cividade de Bagunte. Este, aliás, é o único sítio que se pode classificar como um habitat de relevo, apesar dos seus 208m de altitude, pois está situado no topo de uma pequena serrania aplanada.

Se tomarmos o rio Ave como linha que divide o concelho em duas metades, diríamos que há uma certa uniformidade distributiva, na medida que cinco se situam na metade norte - Casais/Argifonso, Bagunte, Ferreiró, São João e Santagões - e os restantes na parte meridional: Retorta, Castro Boi e São Paio. Junto da linha divisória deste concelho com os seus vizinhos há ainda o castro de Argivai (Póvoa de Varzim), no sítio onde foi construído o complexo da AGROS e o castro de Alvarelhos (Trofa) no limite com a freguesia de Guilhabreu.

Em termos orográficos a Cividade de Bagunte representa o ponto mais elevado da metade norte do concelho, enquanto a sul é o Castro Boi (Vairão), com uma cota de 100m. Se olharmos para leste vemos montes com cotas mais elevadas, como o monte Marão, entre Fornelos e

---

[158] SILVA, Armando C. Ferreira da Silva, op. cit., 2ª edição, pág. 461.

Guidões, mas onde não se conhecem povoados da Idade do Ferro e o monte de Santa Eufémia com 238m e o seu castro, só que pertence ao concelho da Trofa. Os restantes oscilam entre os 85m em Casais/Argifonso e os 18m da pequena colina onde estão os vestígios do pequeno castro de São Paio, em Labruge. Tais cotas, postas em confronto com a média concelhia, leva a admitir que não foi a altitude dos sítios que motivou a localização de cada povoado, antes outros vetores, como os recursos económicos e o controle estratégico da região. É com estes parâmetros que podemos entender a localização do castro de São Paio (pesca, sal e navegação costeira), em certa medida o castro de São João de Vila do Conde (pesca, sal e navegação na foz do rio) e os castros Boi (Vairão) e de Retorta, estes ligados ao controle do território. O primeiro vigiava uma antiga via proto-histórica de penetração, que mais tarde se veio a chamar de *Via Veteris*, enquanto o segundo vigiava, em correlação ou não com o vizinho de Beiriz (Póvoa de Vazrim), uma travessia, também ela, pré-romana, no rio Ave, no sítio da Lagoa[159].

O castro de São Paio (Labruge)[160] está implantado numa pequena colina rochosa, tão sobranceira ao mar, que a água, independentemente da maré, está sempre presente na sua base poente. Está muito degradado[161], mas os vestígios ainda patentes, apontam para uma pequena aldeia concentrada, cujos moradores viviam dos recursos marinhos, nomeadamente, a pesca e o sal[162].

---

[159] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de -*Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2011; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

[160] O seu conhecimento já vem da década de sessenta do século passado. Cfr. LANHAS, Fernando - *Inventário de Objectos e Lugares com Interesse Histórico*, in Revista de Etnografia, Vol. XII, Porto, 1969, pág. 326.

[161] Para além da erosão marinha é preciso perceber também que ali foi construída uma capela dedicada a São Paio e durante muitos anos aquele local serviu de parque de estacionamento a quem demandava a praia vizinha.

[162] A curta distância, para norte, está o pequeno porto da pesca artesanal de Vila Chã e transposta a foz do rio Donda, para sul está um outro porto de pesca, este em Angeiras, vila de Lavra (Matosinhos), Cfr. DIAS, António de Azevedo -*Vila Chã e suas Origens*, Vila do Conde, 2009; RAMOS, António Francisco - *Lavra. Apontamentos para a sua Monografia*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1943.

O sistema defensivo deste povoado é bem peculiar. Do lado do oceano é a penedia escarpada e a própria água que, praticamente, impedem a ascensão à zona habitacional[163], enquanto no lado oposto a defesa assentava num talude, na base do qual havia um fosso cuja profundidade e largura desconhecemos, por estar atulhado. Na pequena coroa estavam as casas dos habitantes, feitas em pedra, pelo menos uma delas com caranguejo e que tinham, por norma, a forma circular. O espólio recolhido é basicamente castrejo, mas também se conhecem alguns fragmentos de *tegulae*[164].

Muitas semelhanças com este tinha o castro de São João (Vila do Conde). Foi também ele uma pequena aldeia de pescadores, o qual seria um pouco maior que o de Labruge, mas as obras que ali se fizeram desde a Idade Média e que estão na origem do mosteiro e cerca do Mosteiro de Santa Clara, bem como do mosteiro dos frades franciscanos (no presente Ordem Terceira de São Francisco) alteraram substancialmente o sítio[165]. Situado num morro isolado sobranceiro ao rio Ave e relativamente próximo da sua foz, estava numa situação privilegiada para defender a travessia do rio, controlar navegação que demandasse a barra do mesmo rio e beneficiar da exploração dos recursos agromarinhos, situados nas suas imediações. Em ambas as margens havia extensos sapais, com realce para o de Azurara[166], onde se estabeleceram salinas bem documentadas, pelo menos, nos alvores da nacionalidade[167].

Ambos os povoados não tiveram como vocação primeira a atividade agropecuária, embora o pudesse ter o de São Paio (Labruge), pois tinha, à sua ilharga nascente, bons solos agrícolas. Na parcela meridional do concelho esta vocação foi claramente assumida pelo Castro Boi (Vairão) construído no cimo de um pequeno monte que se destaca na orla de uma vasta campina onde nasceram, posteriormente, as freguesias de Árvore, Mindelo, Fajozes e parte de Vairão. Na sua base, mesmo antes da Romanização, corria uma estrada que se virá a chamar *Via Veteris*, a qual

---

[163] Solução análoga existe no castro de Baroña na entrada da ria de Muros e Noia. Cfr. CALO LORIDO; SOEIRO, Teresa - *Castro de Baroña, Campanha de 1980-1984*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1986.

[164] Este pequeno povoado foi objeto de duas intervenções arqueológicas que permitiram descobrir algumas casas circulares e ténues sinais de romanização.

[165] FERREIRA, Mons. J. Augusto Ferreira - *Vila do Conde e o seu Alfoz*, Porto, 1923; MIRANDA, Marta - Vila do Conde, Lisboa, 1998.

[166] Este já foi amputada com a localização recente dos estaleiros navais de Vila do Conde e com o seu aproveitamento para solos agrícolas.

[167] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média, i*n I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Instituto de História Moderna, FLUP, Porto, 2005, pág. 140- 170.

atravessava o rio Ave na Ponte de D. Zameiro que estava em construção no reinado de D. Afonso Henriques[168].

Á imagem dos acima referidos, também este era um pequeno povoado localizado num morro, onde posteriormente se viria a construir uma capela de invocação a Santo António, embora a presença de uma imagem de Santo Ovídio, por vezes distorça a sua designação. O habitat está muito destruído, mas foi um importante centro de referência notarial ao longo da Idade Média, pois não faltam documentos a mencionar a sua localização, como este diploma datado de 907: "*subtus civitas albarelios et castro de bove territorio bragarense et portugalense"*[169]*.* Os seus vestígios são ténues e encontram-se, sobretudo, na encosta voltada a poente e estendem-se praticamente até às imediações da Quinta do Alferes. É nesta encosta que se podem encontrar fragmentos cerâmicos, alguma pedra de construção de características castrejas e sinais de uma, ou mais, muralhas. No lado oposto este seria complementado com um, ou mais, fossos que estão no presente muito diluídos e disfarçados.

Sobranceiro ao rio Ave, sobre um pequeno morro, está o castro de Retorta. Na Idade Média, à sua sombra, nasceu a igreja dedicada a Santa Marinha, mas antes disso o castro controlou a passagem[170] e a navegação do rio e aproveitou as potencialidades agroflorestais da área envolvente. Hoje é um habitat bastante descaracterizado por uma exploração agrícola que ocupa uma parte dele, mas é fácil de perceber que foi um castro de média dimensão, cuja vivência ainda coincidiu com a Romanização plena deste território, a fazer fé nas cerâmicas e nos vidros aqui encontrados e que se encontram depositados no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães[171].

Na margem norte do rio Ave e muito próximo dele está o castro de São João (Vila do Conde), que já referimos e ainda o castro de Ferreiró e o castro de Santagões (Bagunte).

O castro de Santagões, pela sua tipologia é, o único que verdadeiramente podemos enquadrar no grupo dos "castros agrícolas". Situado no meio de uma mancha de eucaliptal e muito próximo ao rio, tem uma cota muito baixa face aos terrenos adjacentes, sobretudo os agrícolas

---

[168] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Vias medievais no Entre Douro e Minho*, FLUP, policopiado, 1968; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Via Veteris. Antiga Via Romana*? in Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III, Guimarães, 1980; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2011.

[169] PMH, DC, doc. 14.

[170] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

[171] ALARCÃO, J.; Adília - *Vidros Romanos do Museu de "Martins Sarmento*" in Revista de Guimarães, Vol. LXXIII, Guimarães, 1963.

que se estendem para Norte, espaço onde viria a assentar a antiga paróquia de Santagões, de invocação a São Miguel, hoje lugar integrante da freguesia de Bagunte[172]. Do povoado pouco sabemos, salvo que se trata de um habitat de pequenas dimensões, que assentava o seu sistema defensivo num talude na base do qual terá sido aberto um ou mais fossos, exceto a sul, porque aí era o próprio rio que funcionava como obstáculo que não era fácil de transpor. A atividade básica dos moradores era a agricultura, mas podiam complementar as suas necessidades com peixe do rio e os frutos que a floresta fornecia, nomeadamente a bolota que abundava na floresta primitiva desta região.

Com laivos de *castro agrícola* parece, à partida, também ser o castro de Ferreiró, mas analisando bem o seu espaço de implantação e sobretudo a tipologia das suas estruturas - das que ainda restam - achamos que encaixa melhor numa classificação de habitat castrejo do tipo tradicional. Para esta mudança de classificação contou, o que ainda se consegue ver do seu sistema defensivo e sobretudo a mole granítica em que o povoado assenta[173]. No que toca ao sistema defensivo, é óbvio que aquele que ainda subsiste consta de um talude na base do qual funcionava um ou mais fossos, mas os habitats de cronologia mais antiga, podiam combinar perfeitamente mais que um modelo.

É óbvio que os moradores deste castro viviam da exploração agroflorestal, pois, logo na sua base norte há excelentes terrenos agrícolas. Foi, aliás, neste espaço que nasceu a parte mais antiga da freguesia e onde se construiu a igreja dedicada a Santa Marinha.

Abstraindo-nos do castro de Casais (Arcos) e em certa medida do castro/castelo de Argifonso (Arcos), resta-nos o grande povoado deste concelho e também da *Gallaecia* meridional, que é conhecida desde antanho por cividade de Bagunte. O primeiro porque está muito descaracterizado, embora junto do rio Este. O segundo, porque está na órbita da cividade de Bagunte e é difícil de ajuizar se foi na realidade um castro ou antes uma estrutura diferente, embora ali tenha sido encontrado cerâmica castreja e *tegulae.*

O castro de Argifonso está localizado no outeiro conhecido por *Caramouchos* e por *Alto dos Castelos,* numa cota que ronda os 120m de altitude. Está situado a nordeste da cividade de Bagunte, a meio caminho entre esta e o castro de Casais, numa situação geográfica que lhe permite dominar o vale do rio Este e de comunicar, visualmente, com uma série de povoados localizados mais para poente e para norte.

A ajuizar por algumas cerâmicas da Idade do Ferro aqui encontradas este pequeno outeiro teve uma ocupação, cujas dimensões e estruturas desconhecemos em absoluto, mas não tanto a sua cronologia já que, juntamente com as cerâmicas típicas de um castro da ponta final da Cultura

---

[172] FERREIRA, José - *Páginas da História de Bagunte*, II, Bagunte, 2016.

[173] A base geológica deste sítio motivou a exploração de granito em boa parte do perímetro do castro, facto que originou a destruição de uma boa parte das estaruturas.

Castreja, também há fragmentos de *tegulae*, ou seja, também estão ali, presentes, sintomas de romanização.

Independentemente de ter sido um pequeno povoado da Idade do Ferro, possivelmente subsidiário da cividade de Bagunte, tal como o de Casais, este pequeno outeiro foi usado no período da Reconquista como castelo roqueiro. Em prol desta afirmação estão os penedos que ainda subsistem no local, sítio assaz destruído por uma florestação recente e sobretudo as referências documentais que a ele se referem. O mais antigo, que data de 985, vem mencionado como castro - *in loco predictu fiqueirola suptos castro argefonsi discurrentis ribulus ave*[174] - num documento que pertenceu ao mosteiro de Moreira (Maia). Interessante é o facto do sítio documentado como *fiqueirola* corresponder atualmente a Figueiró de Cimo ou de Baixo, uma extensa área de cultivo, situado nas cercanias do rio Ave e de Carcavelos topónimo que indicia uma zona de prédios rústicos delimitados possivelmente por um valado, embora haja quem veja neste uma reminiscência céltica e até árabe[175].

Esta área de produção agrícola encontra-se precisamente no vale oposto àquele onde se encontra o outeiro do castro de Argifonso e a relação visual entre os dois sítios é inexistente, pelo facto de haver, de permeio, o monte onde está a cividade de Bagunte. Concordantes com a opinião de Carlos A. Ferreira de Almeida, este pequeno outeiro, onde houve um castro, foi tomado como referencial documental, a partir do momento em que no seio das suas penedias foi estruturado um castelo roqueiro nos tempos da Reconquista[176].

Deste castelo roqueiro não conhecemos, nada mais que as referências documentais. Não passou, certamente, de um local de refúgio, mais ou menos permanente, nos períodos mais conturbados da Reconquista desta região. Dele, subsistem algumas fragas e talvez algumas cerâmicas, caso seja possível vislumbrar entre o mato e a densa vegetação que quase sempre cobre o local. Talvez, também lhe pertença um vislumbre de muralha que se percebe no meio do matagal[177].

A cividade de Bagunte é a mais divulgada estação arqueológica do concelho de Vila do Conde. Está localizada num monte com ótima visibilidade para os territórios situados a norte e a

---

[174] PMH, DC, doc. cl.

[175] FERNANDES; A. de Almeida - *Toponímia de Ponte de Lima - Estudo Toponímico II,* Ponte de Lima, 2001, pág. 58-59.

[176] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Castelogia Medieval de Entre-Douro-e-MInho,* policopiado, FLUP, Porto, 1978, pág. 26-27.

[177] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Castelogia Medieval de Entre Douro e Minho*, policopiado, FLUP, 1978; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro, Brochado de - *Alguns apontamentos sobre a Cividade de Bagunte*, in Portugália, N/S, Vol. XXXVI, Porto, 2015, pág. 49-62.

sul do rio Ave, mereceu, já ponta final do século XIX o interesse de arqueólogos como Ricardo Severo e Martins Sarmento e na década de 40 da centúria seguinte de F. Russel Cortez. Sobretudo este, realizou ali algumas campanhas de escavações que puseram a descoberto um misto de construções castrejas e romanas, distribuídas por espaços ortogonais que têm já a chancela da influência romana na região. A reorganização urbana do povoado aconteceu ao longo do século I, mas há arruamentos ladeados de estruturas que são mais tardias, possivelmente do século IV e cuja função estaria relacionada com atividades comerciais.

O povoado tem uma grande extensão e estende-se por uma série de hectares. Visíveis são algumas das estruturas de pedra que faziam parte do seu sistema defensivo. Algumas destas muralhas, construídas em pedra, têm na sua base exterior um fosso e no interior, sobretudo na acrópole, há uma série de núcleos habitacionais, alguns de muito boa qualidade estética os quais explicam a pujança arquitetónica ali patente.

No espólio recolhido e conservado merece destaque o conjunto de cinco torques de prata e um razoável número de fragmentos cerâmicos de origem indígena (castreja) e romana[178].

5 - Da Idade Média à Atualidade

A paz social e o surto económico nascidos da dinâmica imposta pela administração romana, sediada nas várias províncias e circunscrições espalhadas pela Península Ibérica, ao longo do Alto Império, começou a ser posto em causa partir da segunda metade do século III. As causas foram certamente múltiplas, mas à cabeça, estão as disputas entre os diversos chefes militares pela liderança do Império, a chamada "Anarquia Militar", que começou com a morte de Alexandre Severo, em 235, e terminou com a morte de Caro e de seus filhos, em 283 e 284, e a chegada ao poder de Diocleciano em 285. Este foi o fundador de um novo modelo de governação, que ficou conhecida por Tetrarquia Imperial[179].

A instabilidade militar fez-se sentir nos mais diversos campos da administração das regiões e provocou insegurança entre as populações mais vulneráveis, que viram agravada a sua situação com o aparecimento de grupos organizados que se dedicavam a pilhagens, caso dos

---

[178] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro, Brochado de - *Alguns apontamentos sobre a Cividade de Bagunte*, in Portugália, N/S, Vol. XXXVI, Porto, 2015, pág. 49-62.

[179]ARCE, Javier - *El último siglo de la España romana: 284-409*, Alianza Universidad, Madrid, 1982; BARNES, T.D. - *The New Empire of Diocletian and Constantine*, Cambridge-Mass., 1982; HEKSTER, Oliver - *Rome and its Empire, AD 193–284*, Edimburgo, 2008.

movimentos bagáudicos originários da Gália e Hispânia[180] e das primeiras tentativas de invasão vindas do norte de África, estas preconizadas pelos mouros.

A insegurança espalhou-se por toda a região ocidental do Império Romano e motivou que as populações mais em risco, as que estavam dispersas pelos campos, se reorganizassem, a pontos de criarem novos povoados concentrados na proximidade das terras que agricultavam, dotando-os, no caso da *Gallaecia* meridional, de estruturas defensivas copiadas dos modelos dos *castros agrícolas*[181]. Esta realidade também se aplicou aos centros urbanos, muitos dos quais se viram na necessidade de diminuir a sua área habitável e de se protegerem com muralhas. Exemplos podemos colhê-los em cidades conventuais como Lugo e Astorga, em Conímbriga, cuja muralha sacrificou uma série de estruturas habitacionais[182] e em *Bracara Augusta*, cuja cronologia não está ainda bem aferida[183].

Apesar das dificuldades sentidas, a ruralização da *Gallaecia* meridional continuou de vento em popa, pois, como escreveu Ferreira de Almeida "*desde Vila do Conde a Baião, desde Rio Tinto até Ferreira, Fafe ou Amarante a rede de cemitérios luso-romanos é tão vasta que nos garante a existência, no século IV, de grupos de agricultores, praticamente, em todas a planícies e vales*"[184]. Esta é, em certa medida, também a radiografia que se pode fazer do espaço territorial do atual concelho de Vila do Conde. Há necrópoles com materiais do Baixo Império nas Caxinas (Vila do Conde), em Vila Verde (Bagunte) e em Paiço (Guilhabreu) e não faltam restos cerâmicos romanos tardios em Modivas de Baixo (Modivas), Mosteiró, Bagunte, Outeiro Maior, Junqueira, Palmazão (Guilhabreu) e Azurara e que estão relacionados com estruturas habitacionais dedicadas à prática agrícola.

Ao longo do século IV e mesmo do V, uma boa parte do espaço agrário desta parte do litoral do Entre-Douro-e-Minho tinha os seus agricultores dispersos pelo *ager,* pescadores junto ao mar, mas também moradores em alguns dos castros desta região, como Alvarelhos (Trofa)[185] e

---

[180] Crónica de Idácio, versão castelhana. IDÁCIO, 59 e SOVERINI, Paolo (edit.) - *Escritores da Augusta History*, Torino, 1983.

[181] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o CÁvado e o Minho,* Vila Nova de Cerveira, 2003, pág. 395 e segs.

[182] ALARCÃO, J. et alii - *L'Arquitecture* in Fouilles de Conimbriga, Vol. II, Paris, 1977.

[183] LEMOS, Francisco Sande et alii - *A muralha romana de Bracara Augusta*, Braga, 2002.

[184] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*, in Revista da Faculdade de Letras, Vol. 3, Porto, 1972, pág. 113-136.

[185] MOREIRA, Álvaro Brito - "Castellum Madiae". Formação e desenvolvimento de um aglomeradoi urbano secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de doutoramento, Univ. Santiago de Compostela, Departamento de História, 2009.

Cividade de Bagunte (Vila do Conde)[186]. Embora não esteja ainda muito bem explicada a sua presença de moradores nestes dois locais, tudo indica que, até pela tipologia das estruturas que se conservam no interior destes dois sítios e à imagem do castro do Monte Mozinho (Penafiel), que se está perante habitantes que se dedicavam a outros ofícios, que não propriamente a agricultura. Pela certa eram locais onde trabalhavam artífices de diversos ramos, funcionado mais como *vici* e menos como castros.

Olhando para o território de Vila do Conde deparamo-nos com um espaço demasiado aberto, com os obstáculos orográficos relegados um pouco para uma linha bastante recuada em relação ao mar e ao rio Ave que corre, no seu percurso terminal, um pouco sinuoso, mas com escassa profundidade, entre campinas de margens pouco elevadas. Por outro lado e a ajuizar pela toponímia, uma parcela significativa deste território estava ocupado por vegetação autóctone que perdurou nos nomes de lugares como Souto, Vila Verde e Figueira e freguesias como Mindelo (amieiro), Fajozes (feijão, ou similar), Pindelo, Árvore, Aveleda (aveleira), Macieira[187] e Junqueira, já para não falar de outros bem mais inóspitos como Areia, Gândara, Lama ou Lameira. Por outras palavras, conjugando os vestígios arqueológicos com a toponímia, percebe-se que, mesmo em pleno aproveitamento do espaço agrícola durante a Romanização que havia largas manchas improdutivas, sobretudo na parte meridional do concelho e que estas assim permaneceram até à ponta final da Idade Média.

Passado o fulgor do renascimento económico constantiniano, a Península Ibérica e em especial o Noroeste Peninsular viram-se a braços com uma série de complicações político-militares.

O enfraquecimento do poder de Roma e as contínuas quezílias entre os governantes aceleraram a perda de autoridade por parte de Roma, abrindo assim caminho, a partir de 409, aos grupos de germanos que atravessaram os Perineus e se instalaram na Ibéria, que culminou com a instalação do caos nesta região. Esta realidade está refletida na Crónica do Bispo Idácio, que foi figura presencial destes acontecimentos, os quais também são corroborados por Santo Isidoro de Sevilha. De acordo com as fontes, Vândalos e Suevos ocuparam a Galiza, os Alanos a Lusitânia e os Vândalos Silingos a Bética[188].

---

[186] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Alguns apontamentos sobre a Cividade de Bagunte – Vila do Conde*, in Portugália, Vol. 36, Porto, 2015.

[187] Interesssante é o facto de se ter descoberto, na Cividade de Bagunte uma maçã carbonizada entre o espólio analisado em laboratório.

[188] Os Vândalos acabariam por atravessar o Mediterrâneo e a instalar-se no Norte de África. Cfr. Crónica de Idácio, versão castelhana. IDÁCIO, 51.

Os Suevos acabaram por se fixar na *Galaecia*, formando mesmo um reino independente, não sem antes terem assolado e destruído casas quintas e herdades, morto a população que os hostilizava, a qual não raras vezes procuraram um refúgio seguro. Nas palavras de Idácio, muita da população refugiou-se nos "*seus castelos mais seguros*", pois no *conventus* bracarense pululavam "*quadrilhas de bandidos que se entregavam às pilhagens"*[189].

Se a antiga *Gallaecia* sofreu, na generalidade, os horrores da invasão e das guerras, a parcela do território que se estende do rio Minho ao Douro não escapou ao surto de violência. Em *Portucale* foi, em 457, aprisionado Requiário, rei dos Suevos, pelo visigodo Teodorico II, mas antes deste acontecimento esta região já havia sofrido os horrores das pilhagens dos Suevos. Segundo Idácio, estes "*voltando à sua costumada perfídia por ordem de Maldras depredaram a região da Galícia mais próxima do rio Douro*"[190].

Face a estes acontecimentos ao longo do século V e nos primeiros tempos da Alta Idade Média esta região passou por diversas aflições, tanto mais que os locais de refúgio não eram assim tantos. Sem dúvida que aproveitaram as estruturas defensivas que ainda havia na Cividade de Bagunte e no vizinho castro-castelo de Argifonso[191] e do outro lado do rio Ave, provavelmente no castro de Retorta e indubitavelmente no castro Boi, em Vairão, que na documentação medieval foi inúmeras vezes mencionado como local defensivo e de referência notarial , como o indica um documento datado de 974: "*villa que dicent valeriani que est iusta castellu de bove rribulum ave inter villa mazanaria et fornellu*"[192]. Excluído está, por exemplo, o castro de Ferreiró, porque um documento notarial datado de 1172, coloca a "*villa quos vocitant Ferreiroa*" sob a dependência da cividade de Bagunte (*subtus mons Bogonti*) e não do castro que está próximo ao rio a à igreja velha de Santa Marinha de Ferreiró[193].

A orografia plana da região facilitava a progressão rápida de tropas e de grupos organizados a cavalo, do mesmo modo que pelo rio facilmente se chegava ao interior do território, como aconteceu na viragem do milénio quando um grupo de vikings atacou o castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão) e fez incursões nas costas do Minho e da Galiza[194]. Perante uma exposição tão negativa a invasões oriundas do mar, os galaico-romanos, sempre que puderam, procuraram proteção, mas também continuaram a viver por estas paragens como o indica a estrutura agrária encontrada no Corgo (Azurara). O material arqueológico que dali provém, diz-

---

[189] Crónica de Idácio, versão castelhana. IDÁCIO, 49.

[190] Crónica de Idácio, versão castelhana. IDÁCIO, 51, 458.

[191] Encontram-se ali cerâmicas tardo-romanas e alto-medievais.

[192] PMH,DC, doc. CXII

[193] ANTT, Junqueira, Tombo, III, fl. 47v.

[194] MORENO, Eduardo Morais - *Os viquingues em Espanha*, in *História de Iberia Velha*, Vol. 12, HRH Editores, Madrid, 2006; PIRES, Hélio - *Os Vikings em Portugal e na Galiza*, Ed. Zéfiro, 2017.

nos que o sítio começou a ser ocupado na ponta final da Romanização e continuou a sê-lo durante os primeiros séculos da Alta Idade Média. O que não sabemos são as razões que estão na origem do seu posterior abandono, mas duas hipóteses se podem colocar. Ataques de piratas - a foz do Ave está bem próxima -, ou fuga perante a razia imposta pelo avanço das tropas muçulmanas por altura da conquista do reino Visigótico, que começou em 711.

Que este território esteve sob domínio muçulmano cerca de dois séculos não há qualquer dúvida historiográfica, mas não há vestígios materiais da sua presença e eles tão pouco deixaram marcas na toponímia. Foi numa das ações de Reconquista que o território até ao rio Douro foi persuado pelo galego Vímara Peres (820-873), que tomou o Porto em 868 e que, com tal feito, tornou-se no primeiro Conde de Portucale[195]. Deve-se certamente a este presor a expulsão do poder muçulmano do vale do Ave e é provável que seja ele o responsável[196] pelo topónimo que se veio a colar ao pequeno burgo sediado no topo e em redor do castro de São João - *Vila de Comite* -, pois assim já nos parece referenciada no ano de 953 num documento do Liber Fidei: "*villa de comite et ecclesia que est fundata in castro vocitato sancto Johanne*"[197]. No entanto, outras figuras se destacaram no século que se seguiu nesta região, como a família dos da Maia. A sua ascensão, bem como a dos Sousas, de Baião e de Ribadouro aconteceu após a derrota do conde Nuno Mendes, em Pedroso, no ano de 1071, pelas tropas do rei Garcia da Galiza[198].

O retorno do território da antiga *Gallaecia* meridional ao seio do cristianismo extravasou e muito a realidade religiosa, porque esta nunca esteve, durante a dominação muçulmana, verdadeiramente em causa. As populações que aguentaram ações de pirataria, pilhagens e razias de germanos, muçulmanos e vikings e que tinham vindo gradualmente a aderir ao cristianismo a partir do Baixo Império, não deixaram de o ser com a dominação árabe e moura. Tal facto não significa que esta população já estivesse organizada por paróquias, como veio a acontecer após a instalação da administração político-militar do reino de Leão, ao qual o Condado de Portucale passou a pertencer até à independência de Portugal.

A reorganização do território assentou em dois pontos essenciais: encastelamento e organização paroquial.

---

[195] Sobre este presor Cfr. MATTOSO, José - *As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI*, Instituto de Alta Cultura: Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

[196] Há quem levante a hipótese de ter sido Afonso Betote, ou um seu filho, o presor destas terras. Cfr. MATTOSO, José - *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Rio de Mouro, 2001; NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 2ª edição, Vila do Conde, 1991, pág. 13.

[197] Liber Fidei, doc. 552

[198] MATTOSO, José - *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, Rio de Mouro, 2001.

O encastelamento do Entre-Douro-e-Minho foi um facto que ocorreu na ponta final da Alta Idade Média, muito por ação dos chefes militares (presores) que conduziram o processo de Reconquista, mas também das próprias populações residentes que viam nos antigos castros locais de refúgio e quando os não havia aproveitaram as penhas agrestes em sítios recônditos e íngremes para servirem de zonas de acolhimento e defesa. Assim, nasceram os "castelos roqueiros" muitos deles transformados em castelos cabeças de Terras, a partir do século XII.

A rede de locais usados neste período pelas populações do Entre-Douro-e-Minho é grande com o demonstrou Ferreira de Almeida[199]. Na sua grande maioria eram antigos castros levantados junto de portelas, da travessia de rios, na periferia das rotas terrestres, fluviais e marítimas e na foz dos rios. Assim se explica o retorno a sítios como o castro Boi (Vairão), Argifonso (Arcos), Retorta, ou Custóias (Matosinhos). Excluímos deste grupo o castro de São Paio (Labruge), levantado numa penha sobre o mar, mas que há muito estava abandonado, porque a sua localização o colocava na rota da pirataria e das incursões terrestes. Como não tinha condições defensivas, os agricultores e pescadores das suas redondezas, em dias de incertezas, obviamente que tiveram de procurar outro tipo de refúgios, mais para o interior.

No concelho de Vila do Conde a documentação medieval menciona o uso de antigos castros - Argifonso[200], Bagunte[201], Castro Boi[202] e possivelmente o de São João[203] - como locais de refúgio face às inclemências político-militares que assolaram a região durante alguns séculos, porque se sentia a ausência de uma força capaz de assegurar a proteção das populações espalhadas pelo campo, já que núcleos urbanos rodeadas de muralhas os não havia. Diga-se, no entanto, que estes e outros sítios não serviram para iniciar qualquer tipo de povoamento, porque

---

[199] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho*, policopiado, FLUP, Porto, 1978.

[200] PMH,DC, doc. CL de 985.

[201] PMH, DC, doc. CCLXXII de 1022.

[202] PMH,DC, doc. XIV de 907.

[203] A estes podemos juntar ainda Terroso (Póvoa de Varzim), Alvarelhos (Trofa), Gemunde (Maia) e Custóias (Matosinhos).

esta região não estava ermada[204], antes o fomentaram, ampliaram e até o cimentaram[205]. Para que esta realidade vingasse, muito contribuíram os cenóbios, que depois viraram mosteiros desta região. Veja-se o exemplo de Moreira (Maia), de Vairão (Vila do Conde) e da Junqueira (Vila do Conde), todos eles situados na periferia de vias de comunicação com chancela romana e localizados na proximidade de antigos castros, que pertenciam à enorme teia de locais conotados com o fenómeno do encastelamento.

O Mosteiro de Moreira (Maia) estava na periferia do castro de Pedras Rubras [206], enquanto o cenóbio de Vairão nasceu à sombra do velho castro Boi, antes de 974[207] e o mosteiro de São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira foi construído na base oeste da cividade de Bagunte[208]. Quanto ao mosteiro de Santa Clara, pode dizer-se que ele nasceu no interior do antigo castro de São João, numa altura em que o castro já não tinha qualquer préstimo e o perigo das incursões marítimas e terrestes já estavam muito reduzidas e o Estado já se encontrava estruturado e com fronteiras definidas. A sua construção foi em 1318 a expensas de Dona Teresa Martins e de Afonso Sanches, este filho bastardo de D. Dinis [209].

---

[204] Para a parte norte do concelho Cfr. COSTA, Avelino de Jesus da - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2ª edição, Braga, 2000; para a metade meridional Cfr. MOREIRA, Pe. Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-medievais. Parte II – Inventariação Onomástica (fascículo B-F)*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. 2.a Série, vol. 2. Porto, Câmara Municipal do Porto, 1984, pág. 7-86; MOREIRA, Pe. Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto*. *Elementos Onomásticos Alti-medievais. Parte II – Inventariação Onomástica (conclusão: fascículo R-V*) in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. 2.a Série, vols. 7/8, Câmara Municipal do Porto, 1989-1990, pág. 7-117.

[205] ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, op. cit. pág. 47.

[206] PMH, DC, doc. 197 de 1008.

[207] PMH, DC, doc. 112 de 974. A leitura da incrição que se conserva no mosteiro refere-se à conclusão da segunda igreja deste cenóbio. Cfr. BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422),* T. I, Vol. II, Porto, 1999, pág. 83-92; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira - *O Mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o Percurso de uma Comunidade Feminina*, Univ. Portucalense, Porto, 2001.

[208] PMH, DC, 633. É possível que este mosteiro tenha uma origem anterior a 1084. Cfr. LIRA, Sérgio - *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 1º Vol., Vila do Conde, 2001.

[209] MONS. FERREIRA, José Augusto - *Vila do Conde e o seu Alfoz*, Porto, 1923. A estes podemos juntar ainda Terroso os castros de Terroso (Póvoa de Varzim), Alvarelhos (Trofa), Gemunde (Maia) e Custóias (Matosinhos).

O último grande sobressalto ocorrido nesta latitude ocorreu por volta de 997 quando as tropas árabes sob o comando de Abu Amir Muhammad ibn Abdullah ibn Abi Amir, ou seja, Almansor empreendeu uma série de razias contra os cristãos e atravessou o Douro para atingir Santiago de Compostela. Esta foi, juntamente com as investidas piratas dos vikings, o corolário de uma longa série de campanhas que fustigaram o território a norte do rio Douro. A Almansor é-lhe atribuída a conquista do castelo de Aguiar de Sousa[210], pelo que não é de descartar a hipótese das suas tropas terem assediado as populações mais próximas do litoral, até porque havia mais que uma estrada e de pequenos burgos, quintas e herdades. Estas ocorrências podem ajudar a compreender porque a igreja primeira do cenóbio de São Salvador de Vairão teve de ser reconstruída em meados do século XI.

É ao longo do século X que começam a aparecer as primeiras notícias escritas sobre as paróquias do Entre-Douro-e-Minho. No atual concelho de Vila do Conde pensamos que a antiga paróquia de São Pedro de Formariz[211], conjuntamente com a de São João de Vila do Conde, seja uma das mais antigas desta região[212]. O documento em causa, de 953, diz-nos que a *villa fromarici* estava adjacente à *villa euracini* (Póvoa de Varzim) e à *villa comite* e ainda que esta já tinha uma igreja que "*est fundata in castro vocitato sancto iohannes".* Por outras palavras, estes três sítios, localizados numa planura adjacente ao mar e ao rio Ave, tinham aguentado as tropelias de todos os que agressivamente tinham invadido este território e não estavam despovoadas em meados do século X. Uma tinha população suficiente para ter uma igreja dedicada a São João, as outras duas, referidas como *villa*, também as teriam com certeza, porque seriam o que se convencionou chamar de *villa-ecclesia*.

A *villa-ecclesia* começou por ser o núcleo primitivo de uma paróquia. Surgia quando um punhado de agricultores se sentia irmanado num espaço contíguo e queria a presença de conforto espiritual. O passo seguinte era solicitar ao bispo a construção de uma igreja e a escolha de um orago, que fosse o defensor da comunidade junto de Deus. Formariz situada numa boa agra agrícola escolheu São Pedro, por sua vez, a "*villa de comite*" de meados do século X tinha escolhido São João Baptista e já tinha a sua igreja. Olhando para o texto nele se diz que a igreja foi fundada no castro de São João, portanto no morro onde foi construído o mosteiro e igreja de Santa Clara, o mosteiro e igreja dos frades franciscanos de Nossa Senhora da Encarnação, hoje

---

[210] BARROCA, Mário - *Castelos românicos portugueses (séc. XII e XIII),* in Românico em Portugal e na Galiza, catálogo de exposição, Lisboa, 2001, pág. 88-111.

[211] Foi incorporada na freguesia de São João de Vila do Conde em 1867.

[212] Há vestígios romanos nas imediações da antiga igreja.

igreja e o edifício da Ordem Secular dos Terceiros de São Francisco[213] e um pouco mais distante a capela dedicada a Santo Amaro. Excluída está a hipótese de ter sido a capela da Senhora da Guia, embora seja de admitir que a primeira igreja da vila estivesse para os lados da Praça Velha, já que aquele local e imediações eram parte integrante do primitivo núcleo habitacional[214].

A partir do século XI a documentação medieval começa a ser mais profícua acerca das "villas" e futuras paróquias. Pode-se dizer, com toda a segurança, que as freguesias deste concelho já estavam estruturadas no século XI, com os seus oragos e com as suas igrejas, das quais nenhuma chegou intacta até à atualidade, nem mesmo a igreja do convento de São Cristóvão de Rio Mau que é uma estrutura que começou a ser erguida em 1151[215].

O interesse pelos espaços religiosos está relacionado com o estilo arquitetónico, com a sua função (igreja paroquial, capela ou igreja conventual), com a imaginária e naturalmente com a tipologia dos enterramentos.

As igrejas mais antigas são as românicas e destas, intactas, só há a do Mosteiro de São Cristóvão de Rio Mau. Mais vestígios deste período podem ser encontrados, certamente, nos mosteiros beneditino de Vairão e da Junqueira, mas mesmo estes serão escassos. Segue-se em cronologia e importância a igreja do Convento de Santa Clara, a única estrutura gótica deste concelho, porque as demais ou são de estilo manuelino como a igreja matriz de Vila do Conde, a igreja de Azurara, bem como partes da igreja da igreja de São Francisco da Ordem Terceira e a capela de São Sebastião, em Azurara. Renascentista é a igreja da Misericórdia. Para os estilos maneirista, barroco e tardo-barroco relegamos as demais construções religiosas, sejam elas igrejas de mosteiros, igrejas paroquiais, ou capelas.

Como era usual e muito cedo aconteceu, o povo cristão enterrava-se no interior e nos adros dos templos paroquiais.

Desde tempos recuados que o enterramento no interior das igrejas virou norma, apesar alguns concílios provinciais, como o de Braga de 561, terem taxativamente condenado tal prática. No entanto, a ideia que o crente deveria esperar a ressurreição dos mortos num espaço sacralizado, à sombra da constante presença divina, conduziu aos enterramentos no interior dos templos, se possível o mais próximo possível das relíquias de um santo e do lugar onde se realizavam os atos litúrgicos. Assim nasceu o que ficou oficialmente designado por "*tumulatio ad sanctos*".

---

[213] As profundas obras que ocorreram neste local com a construção das duas casas conventuais e posteriormente do cemitério municipal podem ter destruído qualquer prova arqueológica da sua existência.

[214] Próximo a ela está o topónimo Cimo de Vila.

[215] BARROCA, Mário Jorge - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422),* Vol. II (T.I), Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, Lisboa, 1999, pág. 237.

O espaço paroquial sempre gravitou em torno do binómio comunidade de vivos e comunidade de mortos, mas o espaço de enterramento nem sempre foi o interior da igreja. Para isso também servia o adro e este foi mais que aproveitado, em muitas paróquias, desde a Idade Média até meados do século XIX. Os mortos cristãos podiam assim descansar à sombra protetora da cruz desenhada pela própria igreja e pelas outras que, coroando a construção, irradiavam em seu redor a força de quem acreditava na vida para além da morte e na crença da Ressurreição Final[216]. Em suma, se o interior da igreja estava sacralizado pelo cerimonial da unção presidido pelo bispo, o espaço envolvente também o era pela força que a cruz colocada no topo da empena, ou no alto da torre sineira, pela força que dela irradiava.

Como é facilmente entendível nas igrejas deste concelho houve enterramentos desde o primeiro momento. Há sinais de túmulos monolíticos e antropomórficos no adro da Igreja Românica de Rio Mau e outros ainda nos mosteiros de Vairão e de Santa Clara e na igreja de Canidelo. Tampas sepulcrais registam-se no Mosteiro de Vairão[217], na igreja de Vilar, em Santa Clara e ainda na igreja matriz, só que estas já são do começo da Idade Moderna[218]. Em Santa Clara estão os túmulos feitos em pedra de Ançã de D. Afonso Sanches e de sua mulher, D. Teresa Martins, que está representada com o hábito de monja clarissa. Os túmulos são da oficina Diogo Pires-o-Moço e são o exemplo da tipologia funerária da época, que faz lembrar o passado recente da arte funerária românica. Para além do túmulo dos fundadores estão ainda ali o do Conde de Cantanhede e de sua mulher, bem como o de D. Brites Pereira, que foi filha de D. Nuno Álvares Pereira e 1ª mulher de D. Afonso, filho bastardo de D. João I[219] .

De uma maneira geral, o espaço interior das igrejas é que era o preferido para os enterramentos, mas quando este se esgotava era o adro o local de substituição até ao momento em que foi necessário recorrer a uma nova fórmula: o cemitério paroquial.

Foi em 1835 que foi publicada a legislação que impunha a construção de cemitérios públicos em todas as freguesias do reino, os quais ficariam ao cuidado das Juntas de Paróquia, entretanto criadas. Saíam, assim, da esfera religiosa e passavam a ser administrados pelo poder civil saído das reformas liberais, mas tais medidas que foram acompanhadas da proibição de enterramento

---

[216] BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, tese de mestrado, FLUP, Porto, 1987, pág.18-22.

[217] MATTOS, Armando de - *Arqueologia Artística, III. Duas Pedras Sepulcrais de Vairão,* in Museu, Vol. IV, Fase 8, Porto, 1945, pág. 67-68.

[218] FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha ete alii - *Roteiro Arqueológico Entre Douro e Cávado,* in Lucerna, Vol. III, Porto, 1963, pág. 285-288.

[219] Mons. FERREIRA, José Augusto - Os túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Villa do Conde: estudo histórico, seguido do catalogo das abbadessas do referido Mosteiro, no qual estão representadas as principaes Casas Nobres do Entre Douro e Minho, Porto, 1925.

no interior das igrejas[220] viria a redundar numa autêntica guerra civil em 1846, a qual ficou conhecida por Revolta da Maria da Fonte. Como esta não tivesse vingado surgiram, então, os cemitérios paroquiais construídos, quase sempre, junto às respetivas igrejas paroquiais, mas sempre no interior de um espaço murado[221].

De interesse capital para o conhecimento deste território no decurso da Idade Média é a compreensão da rede viária que o cruzava no sentido norte-sul.

Pelo menos desde a Romanização que este território era atravessado por duas vias de ascendência romana, mas cuja origem pode ser anterior. Uma corresponde ao posterior traçado do Caminho Português Central para Santiago de Compostela, o qual, em certa medida, decalca uma via romana que atravessava o rio Leça na ponte da Azenha (Maia-Matosinhos) e mais adiante o Ave, em barca, mas no sítio onde depois viria a ser construída a Ponte D. Zameiro. É, no fundo, um misto de *karraria antigua* e de *via veteris* que a documentação medieval, de 1258, bem explicita. Convirá referir que para junto desta via vieram os mosteiros de São Salvador de Moreira, de São Salvador de Vairão e de São Simão e São Judas Tadeu da Junqueira, bem como o pequeno cenóbio de São Cristóvão de Rio Mau. É também patente que a mesma corria nas imediações do Castro Boi e da Cividade de Bagunte.

A segunda via corresponde ao denominado Caminho Português da Costa ou Caminho do Litoral. Teve, até Santigo de Custóias, um traçado comum com a anterior, mas a partir daqui obliquou mais para ocidente, atravessando o rio Leça na ponte de D. Goimil, para a atingir o rio Ave em Azurara, por um trajeto que a levava à igreja de São Tiago de Labruge e a São João Evangelista de Mindelo. Foi junto a ela que foi construída a capela de São Sebastião em Azurara, que conserva um arco gótico na sua fachada principal, sendo também junto a ela que também foi fundado o mosteiro franciscano da Observância[222] .

---

[220] Há que prestar uma especial atenção à remodelação de adros e interior de igrejas e capelas pois aí há uma preciosa informação arqueológica e antroplógica que não pode, nem deve ser ignorada.

[221] Ao que tudo indica o cemitério de Mosteiró será o mais antigo do concelho pois data de 1812.

[222] Sobre estas e outras vias Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de - *Vias medievais no Entre Douro e Minho*, FLUP, policopiado, 1968; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Via Veteris. Antiga Via Romana*? in Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III, Guimarães, 1980; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*, ISMAI, Maia, 2011; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

O património mais valioso destas vias, para além do seu traçado[223], indubitavelmente que são as suas pontes e, na sua ausência, as barcas de passagem.

As mais antigas pontes do concelho de Vila do Conde têm origem no período românico da Idade Média. Não há indícios de pontes romanas, mas é provável que as tivesse havido nos cursos de água mais pequenos, como é o caso da ponte da Azenha sobre o rio Leça.

Uma das pontes que pode ter tido um antepassado naquele local é a ponte de São Miguel de Arcos.

Esta ponte, que está na origem do topónimo da freguesia, deve ter tido um antecedente romana ou, no mínimo, alto-medieval da qual não restam vestígios, pelo menos visíveis. Foi levantada sobre o rio Este e serviu desde o seu começo um itinerário que ligava Cale (Porto), por Rates, à Barca do Lago, a Barcelos e a Ponte de Lima. Foi provavelmente, em todo ou em parte, um itinerário romano e seguramente um caminho medievo ligado às peregrinações a São Tiago de Compostela. O abade que redigiu o texto sobre esta freguesia para as Memórias Paroquiais de 1758 descreveu-a da seguinte maneira: "*Tem hua ponte de cantaria muito bem feita no meio da freguezia chamada a ponte de Arcos, por onde passa a estrada que vem do Porto para Barcellos e Vianna*"[224].

A ponte tem três arcos de volta perfeita de desigual amplitude, sendo o central o de maior envergadura. A proteger os fundamentos do arco central tem a montante dois talhamares triangulares e no lado oposto, a jusante, outros dois de formato retangular.

Os paramentos, tais como os arcos, são feitos com silhares de granito com acabamentos diferentes. Enquanto os arcos foram feitos com pedras retangulares de bom recorte técnico, os que formam o extradorso e demais enchimentos, apesar de dispostos em fiadas tendencialmente niveladas, mostram pouco cuidado no seu acabamento.

A ponte, que tem um cavalete pouco pronunciado disposto em duas rampas, possui ainda umas guardas em cantaria, sendo que o pavimento atual, não é o original. O primitivo deve ter sido construído em meados do século XIV pois por essa altura Rui Martins Boilouro, cavaleiro da Maia, deixava em testamento 40 soldos para se fazerem os peitoris da mesma: "*mando à ponte de Arcos para fazerem os peitioris 40 soldos*"[225].

---

[223] Procurar antigos pavimentos nestas estradas é uma pura ilusão.

[224] CAPELA, José Viriato - As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2009, pág. 706.

[225] FREITAS, Eugénio da Cunha e - *Vila do Conde. 2. História e Património*, in Cadernos, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001, pág. 341-342. A ponte está classificada como IIP pelo decreto nº 28/82 DR I Série, nº 47, de 26-2-1982.

A Ponte d'Ave, ou ponte de D. Zameiro como também é conhecida, é uma estrutura viária lançada sobre o rio Ave, entre as atuais freguesias de Bagunte e de Macieira da Maia. Servia a estrada nacional nº 306 até à construção de uma nova ponte sobre o rio Ave, que se situa duas centenas de metros mais a jusante.

A ponte atual não é anterior ao século XII, nem na sua estrutura se encontraram, para já, indícios que a possam considerar como obra anterior, por exemplo romana, já que seria neste mesmo sítio, ou muito próximo, que a via romana secundária, que pelo litoral vinha do Porto (Cale) para a Galiza[226] e que a documentação medieval apelidou de *via veteris,* faria a transposição do rio Ave: "*deinde quomodo venit ad Mazanariam, deinde qumodo venit inter ad fluvium Ave*"[227]. Certamente e porque não havia ponte, a travessia far-se-ia de barco, motivo que poderá explicar a presença do topónimo "barco" nas inquirições de 1258 na freguesia de Bagunte (*in Barco j leira*), a qual não ficava longe do Porto da Ínsua[228] (*sub portu de Insula ultra fluvium)*, uma ilhota que ali havia e da qual ainda restam resquícios, uma meia centena de metros abaixo da ponte e das azenhas que que estão postadas a jusante[229].

Tanto esta como a ponte de São Miguel de Arcos faziam parte da rede viária de então e no caso vertente, da estrada que vinda do Porto atravessava o rio Cávado na Barca do Lago (Esposende), mas que também tinha uma derivação em São Pedro de Rates para Barcelos e Ponte de Lima, dando origem a um itinerário que ficou célebre na Idade Média, após a descoberta do túmulo de São Tiago em Compostela, no início do século IX[230].

A ponte começou a ser construída algures no século XII, em data não calibrada, porque em 1185, quando o bispo do Porto D. Fernando Martins fez o seu testamento, esta já estava possivelmente em andamento, porque ele legou à ponte de *D. Cemario* (Zameiro), algo como cinco

---

[226] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *Via Veteris. Antiga Via Romana*? in Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III, Guimarães, 1980; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; Almeida, Pedro Miguel D. Brochado de - *Caminhos Portugueses de Peregrinação, O Caminho do Litoral para Santiago*, Edições ISMAI, Maia, 2011.

[227] PMH, Inquis. 1258, pág. 490

[228] Porto significa aqui, no caso vertente, travessia fluvial.

[229] PMH, Inquis. 1258, pág. 1418 -1420.

[230] A partir do Porto este era itinerário o mais concorrido pelo peregrinos que na Idade Média pretendiam ir até ao túmulo do apóstolo.

módios de pão: "*V ponti de domno Cemario*"[231]. Para a sua construção contribuíram outros clérigos, nobres[232] e naturalmente os poderes políticos à data instituídos.

De acordo com a Inquirição feita a Bagunte em 1220, os reis D. Afonso Henriques e D. Sancho I, legaram propriedades que tinham na região para a construção, ou manutenção da ponte: "*Habebantur ibi alii campi regalengi de quibus fecerunt ij casalia, et dicunt quod dominus Rex Alfonsus dedit illa ad Pontem de domno Zameiro, et postea Rex domnus Sancius ei illa"*[233]. Estas doações foram posteriormente confirmadas por D. Afonso II e em parte reafirmadas nas Inquirições seguintes, nas de 1258, as de D. Afonsso III: "quod *illa heremita que vocatur Sancta Cruz, que est in ponte de Zameiro, este ecclesie Sancte Marie de Bogonti, de qua habet magnam forciam et Dominus Rex habet ibi duo casalia que data fuerunt ad faciendum pontem et, pons perfecto, non habet*"[234], só que com uma novidade. Junto à ponte havia uma ermida dedicada à Santa Cruz. Onde se situava? Não sabemos, mas não nos admiraria que a pequena capela que alberga no interior um cruzeiro de traça românica, junto à de Nossa Senhora da Ajuda seja a sua herdeira.

Como estrutura, a ponte foi uma construção notável para a época e foi obra que demorou, pelo menos meio século a concluir-se. Para tão longa diacronia apontam as disparidades estilísticas dos arcos e a certeza que em 1210 ainda se ofereciam donativos para a sua construção: "*ad ponten de don Zameiro et de dona Goncina I morabitinum"*[235].

Os seus oito arcos têm dimensão desigual e apesar do assoreamento é claro que os centrais têm maior envergadura que os laterais. Como hoje a vemos é uma ponte compósita, pois aos arcos de feição românica se sucedem os apontados, de matriz gótica. Os arcos do lado de Macieira da Maia já são apontados à boa maneira gótica, os restantes estão mais próximos da volta perfeita, românicos[236], ou mais tardios se aceitarmos que ela foi seriamente remodelada na época moderna e posteriormente.

---

[231] MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Testamenti Ecclesiae Portugaliae /1071-1325)*, Centro de Estudos de História Religiosa da Univ. Católica Portuguesa, Lisboa, 2010, pág. 527.

[232] Pedro Fafes deixou, em 1210, um morabitino à ponte "*de don Zameiro*" Cfr. ANTT, Tombo de S. Simão da Junqueira, II, fl. 48.

[233] PMH, Inquis. de 1220, pág. 30; mais tarde, o *Censual do Cabido da Sé do Porto,* Porto, 1924, pág. 389 abordará estas doações e confirmações.

[234] PMH, Inquis. de 1258, pág. 1420.

[235] ANTT, Tombo de S. Simão da Junqueira, II, fl. 58.

[236] Pela tipologia construtiva dos arcos tudo indica que a ponte começou a ser construída do lado de Bagunte e que só mais tarde, já no período gótico, é que apareceram os arcos apontados que ligam à margem oposta.

A proteção dos pilares foi feita recorrendo a talhamares de perfil triangular colocados a montante e que são apoiados, no lado oposto, por talhantes de secção quadrangular, reforço que não impediu que a ponte sofresse sérios revezes por mais que uma vez, motivados pelo caudal das águas, sobretudo nas invernias mais rigorosas[237]. A última acorreu no inverno de 2010, levando à ruina parte da ponte situada do lado meridional, ou seja, do lado de Macieira da Maia. É também evidente que o talhamar do lado de Bagunte já está em terra, bem como um pequeno arco de descarga, o que significa que, inicialmente, o rio tinha uma largura bem mais avantajada que a atual e com os tempos a sua margem setentrional sofreu os efeitos gravosos do assoreamento.

A outra ponte de cariz românico é a Ponte d'Este que se situa no lugar de Sobreposta, freguesia de São Salvador de Touguinha.

A mais antiga referência documental que conhecemos acerca desta ponte está nas Inquirições de 1258 feitas à extinta freguesia de São Pedro de Formariz, hoje parte integrante de Vila do Conde. A propósito de umas azenhas que havia no rio Ave, os inquiridos afirmaram que os moradores haviam feito azenhas em Vila do Conde, no local onde o rio Este entra no rio Ave e também "*ultra circa pontem de Est*"[238] ou seja, junto da ponte de Este. Alguns séculos depois, em 1758, o abade redator das Memórias Paroquiais escrevia que no limite desta freguesia havia "*huma ponte de pedra de hum só arco chamada ponte d'Este e por elle assima há muitas pontes de pedra e pao*"[239].

A ponte d'Este é estruturalmente coeva da ponte d'Ave e da ponte de São Miguel de Arcos, embora servisse um itinerário distinto. As duas primeiras serviam a chamada *karraria antiqua*. Por sua vez a ponte d'Este é possível que servisse a *via veteris*, mas esta travessia é possível que seja bem anterior ao período medievo. Ao que tudo indica entre Gião e Vilarinho (Macieira da Maia) as duas vias tinham um traçado comum. A separação fazia-se no lugar de Vilarinho (Macieira da Maia) e sendo que aquela que ia para a ponte d'Este seguia o caminho que hoje é a Rua do Sr. do Padrão e Rua da *Estrada Velha* para, em Tougues, atravessar o rio Ave em barca, no sítio da Espinheira. A partir daqui estrada seguia próximo do rio (hoje Rua da Espinheira) até alcançar a ponte sobre o rio Este que tem junto a si, uma outra, bem mais nova, só que construída em 1865.

---

[237] A construção desta ponte terá começado no reinado de D. Afonso Henriques. Depois disso sofreu muitas reconstruções e reparações, mas também muitos legados. Cfr. VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses,* Vol. II, INCM, Lisboa, 1988, pág. 148 e Vol. III, pág. 186 e sgs.

[238] PMH, Inquis. 1258, pág. 1415.

[239] CAPELA, José Viriato - As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2009, pág.735.

A ponte, em adiantado estado de abandono, é uma estrutura de um só arco, ligeiramente abatido, mas construído com silhares retangulares de boa qualidade. Do mesmo modo o seriam os paramentos dos dois encontros, mas que hoje mal se notam devido ao adiantado estado de ruína e sobretudo porque a jusante se formou uma pequena ilha no leito do rio que encosta ao paramento, tapando-o na sua quase totalidade.

Esta ponte tem a jusante e do lado sul uma das azenhas que há no curso deste rio e que bem pode ser uma das herdeiras daquelas que o texto medieval do século XIII menciona. Olhando para o seu perfil, nota-se que o tabuleiro e respetivos acessos são em tabuleiro pouco pronunciado e que não tem guardas, o que facilita e muito o escoamento da água em momentos de aumento de caudal, funcionando assim como uma ponte de cheias[240].

Da ponta final da Idade Média é uma ponte, situada na Rua do Rio Este, em São Miguel de Arcos.

Esta ponte foi construída sobre o afluente do Rio Este. Tem um leve cavalete sobre um arco, ligeiramente assoreado, de volta perfeita, feito com silhares graníticos de muito boa qualidade. Os paramentos foram feitos com pedra de alvenaria, enquanto o pavimento atual, que não é o original, foi feito com cubos de granito.

Por ser uma zona de encharcamento e a rua correr paralela ao ribeiro, havia um passadiço lateral, mais elevado, feito com pedras de boa dimensão e que, em certa medida, ainda são as originais. Este passadiço servia para a circulação das pessoas em dias de inverno, enquanto os animais e carros seguiam pela via que acumulava água, a qual era escoada por boeiros laterais.

Barcas estão documentadas várias ao longo do Rio Ave. Umas estão registadas na toponímia, outras funcionaram até tempos relativamente recentes. De entre elas salientamos a barca da Espinheira (Junqueira), a barca de Retorta e a barca de Vila do Conde.

A barca da Espinheira servia uma estrada que saia do lugar de Vilarinho (Macieira da Maia) para, pelo caminho que hoje é a Rua do Sr. do Padrão e Rua da *Estrada Velha* atravessar o rio Ave em barca, no sítio da Espinheira. Daqui a estrada seguia para a ponte d'Este.

De todas estas travessias a mais famosa foi a barca das freiras clarissas de Vila do Conde. Esta funcionava entre Azurara e Vila do Conde e servia a estrada que vinha do Porto, pela ponte de D. Goimil e São Tiago de Labruge[241]. As notícias dela começam no século XVII, mas o seu uso deve ser bem anterior. Funcionou, com rendimentos para as Clarissas até final do século XVIII

---

[240] Cfr. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de - *A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral*, in Caminho Português da Costa. Estudos, Viana do Castelo, 2017, pág. 7-25.

[241] ALMEIDA, Carlos A. Brochado de op. cit.

altura em que se começou a construir a primeira ponte de pedra, que cedo ruiu por causa de uma cheia, tal como viria a suceder à sua sucessora, feita em madeira[242].

Em tempos mais recentes, ou seja, a partir de meados do século XVI, o litoral de Portugal viu-se fustigado por uma série de acontecimentos político-militares que afetaram, de um certo modo, a tradicional quietude das populações ribeirinhas.

Portugal de então durante sessenta anos ficou politicamente associado à Espanha e por causa disso viu-se embrulhado nas mesmas guerras que nação vizinha travava. Herdou, por essa via, a inimizade da França, da Holanda e da Inglaterra, vendo as suas costas atacadas por ações de pirataria que eram fomentadas e mesmo apoiadas pelas nações beligerantes, pois eram os reis que passavam as chamadas cartas de corso[243]. A estes há que juntar ainda a pirataria berbere que vinha dos portos do Norte de África, sobretudo de Argel.

O fito dos diversos tipos de pirataria marítima incidia sobre os carregamentos que vinham do Novo Mundo, nomeadamente os que traziam ouro e prata, enquanto o ataque às costas portugueses[244], feito essencialmente pela pirataria moura, ocorria sobre os bens e as pessoas que levavam cativas para os portos de origem para posteriormente serem transacionadas a troco de resgates[245] .

A costa de Vila do Conde teve desde muito cedo problemas de segurança. Era bastante vulnerável na parte meridional por alturas de Vila Chã, onde na ponta final da Idade Moderna se viria a construir um pequeno forte, do qual somente resta o topónimo[246]. Este foi das últimas

---

[242] FREITAS, Eugénio da Cunha e - *Vila do Conde. 2. História e Património*, Vila do Conde, 2001, pág. 342 e segs.

[243] NOGUEIRA, Miguel - *Pirataria e Corso sobre a costa portuguesa nos séculos XVI e XVII*, in Actas do Congresso de Geografia Portuguesa, Coimbra, 1995, pág. 511-522.

[244] A costa entre Matosinhos e Vila do Conde foi bastante fustigada, sendo mesmo a Praia da Memória também conhecida pela Praia dos Ladrões.

[245] O resgate de cativos estava sob a alçada dos Frades Trinos, Ordem da Santíssima Trindade. Para este tema Cfr. ALBERTO, Edite - *As Instituições de Resgate de Cativos em Portugal – sua estruturação e evolução no século XVI*, tese de mestrado, policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994 e ainda da mesma autora, *História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1999.

[246] Vila Chã tem uma pequena comunidade piscatória e um pequeno porto de pesca artesanal. De acordo com o abade das Memórias Paroquiais de 1758 na pequena enseada do núcleo piscatório um barco inglês fez fogo e desembarcou homens armados que incendiaram a povoação. Cfr.

fortalezas a ser construída na costa portuguesa, data da ponta final do século XVIII, já que o aval partiu de D. João, o futuro rei D. João VI que governava desde 1792 em nome de sua mãe, a rainha D. Maria I. O motivo da sua construção está relacionado com a necessidade de se defender "a lagoa a sul do rochedo d'Aguilhada, sítio onde se postavam barcos espanhóis para atacar os ingleses. O forte, cuja planta tinha uma forma circular, estava equipado com cinco bocas de fogo, foi construído com recurso a estacaria de madeira e pedra, razão que levou, muito cedo à sua destruição, sobretudo após as invasões francesas quando deixou de ter préstimo militar. Com o desinteresse militar a pedra aproveitável serviu para fazer os muros do adro que à data funcionava como cemitério paroquial[247] .

O ponto mais vulnerável da costa vilacondense era a foz do rio Ave. O burgo, que desde o século XV/XVI se organizava em torno da igreja matriz - obra manuelina - não ultrapassava o rochedo da capela da Senhora do Socorro, cuja construção sabemos ter começado entre 1599 e 1602 a expensas de Gaspar Manuel Carneiro, que foi piloto-mor da carreira da Índia, China e Japão[248]. O limite era, por assim dizer, uma pequena linha de água que escoava as águas pluviais desde o pequeno alto onde está a capela de Santa Catarina, vindo desaguar próximo da dita capela do Socorro. Toda a área ocidente era terreno baldio onde cresciam arbustos marinhos e se alojava muita da areia, que os ventos arrastavam para o interior.
Isolado esteve, durante alguns séculos, a capela dedicada a Nossa Senhora da Guia, tida por alguma historiografia como antepassada de uma outra dedicada a São Julião.

Os diversos autores que se têm debruçado sobre este tema baseiam-se numa citação de um documento, datado de 1059, onde estão mencionados os bens que na altura tinham sido inventariados e dados como pertencentes à condessa D. Mumadona. O texto refere que junto ao mar havia uma ermida dedicada ao mártir São Julião - "*et intus in mare heremita sancti Juliani Martyris*"[249] -, mas a informação, por si só, é tão vaga, que não vincula a sua localização à construção da futura capela dedicada à Senhora da Guia. Todos, no entanto, parecem concordar que não se sabe ao certo o período da construção da primeira capela, fosse ela de invocação a

---

CAPELA, José Viriato - *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, 2009, pág. 738.

[247] DIAS, António de Azevedo - Vila Chã e suas origens, Vila do Conde, 2009, pág. 48-50. O cemitério paroquial só foi construído em 1887.

[248] NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 2ª edição, *Vila do Conde*, 1991, pág. 96-97; MIRANDA, Marta - *Vila do Conde*, Editorial Presença, Lisboa, 1998, pág. 37-39.

[249] PMH, Dipl. et Chart. doc. CCCCXX

São Julião[250], ou já a Nossa Senhora da Guia, culto com origem na igreja ortodoxa, mas que foi bem recebido e adotado no Ocidente.

Tendo ou não havido uma ermida anterior à atual - esta é uma obra que se pode situar entre o final do século XVI e os primeiros tempos da centúria seguinte - o que se sabe é que o penedo, onde ela foi implantada, foi transformado, na ponta final do século XVI, num pequeno fortim para fazer face aos ataques corsários, numa altura em que o forte de São João estava em construção e não tinha capacidade para impedir a entrada na barra e assédio por terra através dos extensos areais que se estendiam quase até às portas da vila[251].

Este fortim, localizado mesmo sobre a boca da barra, foi um bom elemento dissuasor às pretensões dos navios de guerra e de corso em invadir o rio Ave, funcionando em uníssono com o a fortaleza de São João Baptista, uma estrutura abaluartada que foi erguida a escassas dezenas **de metros sobre a penedia que define a linha de costa e a entrada norte** da barra.

A ideia de se fortificar a foz do rio Ave começou a germinar no reinado de D. Dinis, mas ela só veria iniciada a sua construção por alturas de 1570 e demorará uma série de anos até se completar a obra[252].

A fortaleza da foz do Ave fez o seu papel, pelo menos, até às Guerras Liberais. No dia 8 de julho de 1832 as tropas leais a D. Miguel, que ocupavam o forte e a vila, opuseram-se ao desembarque das forças liberais comandadas pelo rei D. Pedro IV, pelo que aqueles se viram na contingência de fazer o desembarque na praia de Lavra (Matosinhos).

No capítulo da arqueologia mais recente, queremos destacar os antigos fornos de cal como aquele que ainda se conserva na freguesia de Santa Marinha de Ferreiró, nos muitos marcos de divisão de freguesia e de terras das antigas casas conventuais, como Junqueira, Vairão e Moreira e ainda os fachos253 e faróis postados ao longo da orla litoral. Na arqueologia vernacular o destaque vai para as azenhas e moinhos que desde a remota Idade Média se conhecem em todo o espaço do concelho de Vila do Conde.

A documentação medieva conhecida menciona a presença de azenhas e moinhos tanto no rio Ave como nos seus afluentes. As inquirições de D. Afonso III, a propósito da extinta freguesia

---

[250] No caso da primitiva invocação ter sido São Julião não se percebe porque que é que este santo que foi deitado ao mar num saco com serpentes e escorpiões no reinado de Deocleciano, perdeu o estatuto de primazia na capela, porque, por exemplo, em Oeiras, o forte de São Julião da Barra nasceu no local de uma ermida que ali havia de invocação a são Gião.

[251] ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *O Sistema defensivo de Vila do Conde (séc. XVI a XIX),* policpiado, FLUP, 1998.

[252]ALMEIDA, Pedro Miguel D. Brochado de - *O Sistema defensivo de Vila do Conde (séc. XVI a XIX),* policopiado, FLUP, 1998.

[253] Importante foi o facho localizado no monte de Santa Eufémia (Alvarelhos).

de Formariz, mencionam as "*azeniis de Vila do Conde*", mas estas situavam-se "*a loco ubi intrat fluvius de Este in Ave*", portanto na freguesia de Touguinhó, mais especificamente "*circa pontem de Est*[254]. Em Vila do Conde, propriamente dita, só em 1436 se faz referência a elas, numa doação de D. João I fez às freiras de Santa Clara: "*das nosas açenhas, que estam junto com elle*"[255]. Não explicita o texto em que margem se situavam as azenhas, mas até pode ser, como já foi sugerido, que fosse em ambas[256].

Será preciso chegar a 1518 para termos o comprovativo que havia azenhas em ambas as margens do rio "*na mesma açuda das sobre ditas azenhas"*, portanto também na margem meridional do rio Ave, frente ao mosteiro, em território de Azurara. Ainda e de acordo com o Tombo Verde do Mosteiro de Santa Clara a posse destas azenhas, mais uma pesqueira, eram objeto de litígio com Aires da Silva, senhor de Vagos e camareiro-mor de D. João II[257].

Foi este nobre, ou então D. Pedro de Meneses, 3º Marquês de Vila Real que tinha comprado o senhorio de Azurara e Pindelo, em 1532, a João da Silva, filho de Aires da Silva, quem terá promovido a construção da atual azenha[258], em estilo manuelino ou, no mínimo, ter ordenado a reconstrução, se chegarmos à conclusão que, naquele local, já havia uma ou mais azenhas a necessitar de obras.

Esta azenha, que se encontra em adiantado estado de degradação, tem planta retangular e a particularidade de ter sido toda feita em cantaria lavrada e da sua cornija saírem, nos ângulos, gárgulas de formato circular. Sobre a cornija elava-se uma platibanda que está coroada com ameias típicas da arquitetura defensiva manuelina. A porta principal está orientada para sul e sobre ela está apedra de armas do marquês de Vila Real. Na fachada voltada a poente abre-se uma janela que iluminava o interior, onde funcionava as moegas da azenha. É servida por um açude, que foi recentemente reparado, e funcionava como azenha de propulsão inferior com duas rodas.

As demais azenhas e moinhos estão longe de ter a fisionomia estética da azenha conventual de Azurara. São, no entanto, todas elas símbolos de um passado que até é bem recente e que são o reflexo da importância que agricultura, fosse ela do trigo, do centeio ou do milho, tinha no quotidiano dos habitantes deste concelho.

---

[254] PMH, Inq. 1258, pág. 1415.

[255] TAROUCA, Carlos da Silva - *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Sep. de Arqueologia e História, Vol. IV, 1947, pág. 77.

[256] FREITAS, Eugénio da Cunha e - *Vila do Conde - 1. Azurara*, Vila do Conde, 1998, pág. 146-147.

[257] ADP, *Freiras*, cód. 420.

[258] FREITAS, Eugénio da Cunha e, op. cit. pág. 147.